



**Agências das Nações Unidas
Em Angola**



**Ministério do Planeamento
Governo de Angola**

**OBJECTIVOS
DE DESENVOLVIMENTOS
DO MILÉNIO**

**Relatório de
Progresso
MDG/NEPAD**

**ANGOLA
2003**

ÍNDICE

	Página
Agradecimentos	1
Prefácio	3
Introdução	6
Objectivo 1: Erradicação da pobreza extrema e da fome	24
Meta 1: Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia	25
Meta 2: Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas que sofrem de fome	28
<i>Objectivo 2: Atingir a educação base universal</i>	31
Meta 3: Garantir que até 2015, todas as crianças, tanto rapazes como raparigas, possam completar o ensino primário	32
Objectivo 3: Promover a igualdade do género e conferir poderes às mulheres	37
<i>Meta 4: Eliminar a desigualdade do género no ensino primário e no secundário, de preferência até 2005 e a todos os níveis de educação nunca depois de 2015</i>	38
<i>Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil</i>	43
Meta 5: Entre 1990 e 2015, reduzir em dois terços a taxa de mortalidade em menores de cinco anos	44
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna	47
Meta 6: Entre 1990 e 2015, reduzir em três quartos a percentagem de mortalidade materna	48
Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças	51
Meta 7: Travar a disseminação do HIV/SIDA, até 2015 e dar início à sua erradicação	52
Meta 8.1: Travar a existência da malária e de outras doenças importantes até 2015 e dar início à sua erradicação	54
Meta 8.2: Controlar e começar a inverter a tendência actual da tuberculose	
Meta 8.3: Controlar e começar a inverter a tendência actual da tripanossomiase	
Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	65
Meta 9: Integrar nas políticas e programas nacionais os princípios de desenvolvimento sustentável e pôr termo à perda de recursos ambientais	65
Meta 10: Até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso sustentável a água potável	68
Meta 11: Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros pobres	68
Objectivo 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento	71
Avaliação Rápida	78

Relatório NEPAD (anexo)	80
Pré-condições para o desenvolvimento segundo a NEPAD	82
Integração Sub-Regional para o Desenvolvimento: Angola na SADC	86
Ações Desenvolvidas no Quadro da NEPAD	97
Conclusão	117

Os 189 Estados membros da Organização das Nações Unidas comprometeram-se a alcançar até ao ano 2015, os seguintes objectivos:

Objectivo 1: Erradicação da pobreza extrema e da fome		
Meta 1:	Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia	1. Percentagem da população com menos de \$1 por dia (valores-PPP) 2. Ratio do diferencial de pobreza [incidência x pobreza profunda] 3. Parte da “quintile” mais pobre no consumo nacional
Meta 2:	Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas que sofrem de fome	4. Preponderância de crianças abaixo do peso normal (menores de 5 anos) 5. Percentagem de população com uma dieta abaixo do nível mínimo do consumo energético.
Objectivo 2: Atingir a educação base universal		
Meta 3:	Garantir que até 2015, todas as crianças, tanto rapazes como raparigas, possam completar o ensino primário	6. Percentagem líquida de inscrições na escola primária 7. Percentagem de alunos que iniciam o 1º nível e que chegam ao 5º 8. Taxa de alfabetização dos 15-24 anos de idade
Objectivo 3: Promover a igualdade do género e conferir poderes às mulheres		
Meta 4:	Eliminar a desigualdade do género no ensino primário e no secundário, de preferência até 2005 e a todos os níveis de educação nunca depois de 2015	9. Proporção entre rapazes e raparigas no ensino primário, secundário e superior 10. Proporção entre mulheres e homens alfabetizados dos 15-24 anos 11. Percentagem de mulheres com emprego remunerado fora do sector agrícola 12. Proporção de mulheres com assento na Assembleia Nacional
Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil		
Meta 5:	Entre 1990 e 2015, reduzir em dois terços a taxa de mortalidade em menores de cinco anos	13. Taxa de mortalidade em menores de cinco anos 14. Taxa de mortalidade infantil 15. Percentagem de crianças com 1 ano imunizadas contra o sarampo
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna		
Meta 6:	Entre 1990 e 2015, reduzir em três quartos a percentagem de mortalidade materna	16. Percentagem de mortalidade materna 17. Percentagem de partos acompanhados por pessoal da saúde habilitado
Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças		
Meta 7:	Travar a disseminação do HIV/SIDA, até 2015 e dar início à sua erradicação	18. Incidência do HIV em mulheres grávidas entre os 15-24 anos de idade 19. Taxa de uso de contraceptivos 20. Número de crianças órfãs devido ao HIV/SIDA
Meta 8:	Travar a existência da malária e de outras doenças importantes até 2015 e dar início à sua erradicação	21. Taxas de incidência e morte associadas à malária 22. Percentagem da população nas áreas de risco de malária que fazem a sua prevenção efectiva e profilaxia 23. Taxas de incidência e morte associadas à tuberculose 24. Percentagem de casos de TB detectados e curados pelos DOTS (Tratamento de Observação Directa de Curta Duração)
Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental		
Meta 9:	Integrar nas políticas e programas nacionais os princípios de desenvolvimento sustentável e pôr termo à perda de recursos ambientais	25. Percentagem de terras cobertas por floresta. 26. Área de terras protegidas para manter a diversidade biológica 27. PIB por unidade de utilização de energia (como indicador de eficiência energética) 28. Emissão de dióxido de carbono (per capita)
[Mais dois algarismos na poluição atmosférica global: diminuição do ozono e acumulação de gases de aquecimento global]		
Meta 10:	Até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso sustentável a água potável	29. Percentagem da população com acesso sustentável ao abastecimento de água melhorado
Meta 11:	Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros pobres	30. Percentagem de pessoas com acesso a um melhor serviço de saúde pública 31. Percentagem de pessoas com acesso seguro à propriedade
[Desagregação urbana/rural de vários dos indicadores acima pode ser relevante para monitorizar a melhoria de vida dos moradores dos bairros pobres]		

Objectivo 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento*	
<p>Meta 12: Desenvolver mais um sistema comercial e financeiro aberto, regulamentado, previsível e não discriminatório</p> <p>Inclui o compromisso de boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza – quer nacional como internacionalmente</p>	<p><i>Alguns dos indicadores mencionados abaixo serão monitorados separadamente para os Países Menos Desenvolvidos (PMDs), África, países interiores e pequenos estados insulares em desenvolvimento</i></p> <p><u>Assistência de Desenvolvimento Oficial</u></p> <p>32. A ADO líquida como percentagem dos “GNI “dos doadores “DAC” [metas no total de 0.7% e de 0.15% para os PMDs]</p> <p>33. Percentagem de ADO nos serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água potável e saúde pública)</p> <p>34. Percentagem de ADO que não está comprometida</p> <p>35. Percentagem de ADO para o ambiente nos pequenos estados insulares em desenvolvimento</p> <p>36. Percentagem de ADO para o sector dos transportes nos países interiores</p> <p><u>Acesso ao Mercado</u></p> <p>37. Percentagem das exportações (pelo valor e excluindo armas) consideradas livres de impostos e quotas</p> <p>38. Tarifas médias e quotas sobre produtos agrícolas, têxteis e vestuário</p> <p>39. Subsídios para a agricultura de exportação e de consumo interno, nos países da OCDE</p> <p>40. Percentagem da ADO disponibilizada para edificar a capacidade comercial</p> <p><u>Sustentabilidade da Dívida</u></p> <p>41. Percentagem da dívida “HIPC” oficial bilateral, cancelada</p> <p>42. Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços</p> <p>43. Percentagem da ADO disponibilizada para a redução da dívida</p> <p>44. Número de países que satisfizeram a decisão “HIPC” e os aspectos conclusivos</p>
<p>Meta 13: Atender às Necessidades Especiais dos Países Menos Desenvolvidos</p> <p>Inclui: taxas e quotas de livre acesso para as exportações dos PMDs; reforço do programa de redução da dívida para o HIPC e cancelamento da dívida bilateral oficial; e ODA mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza</p>	
<p>Meta 14: Atender às Necessidades Especiais dos países e de pequenos estados em desenvolvimento, isolados</p> <p>(através do Programa de Barbados e das disposições da 22ª Assembleia Geral)</p>	
<p>Meta 15: Negociar de forma abrangente os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo</p>	
<p>Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, desenvolver e implementar estratégias que permitam trabalho apropriado e produtivo para a juventude</p>	<p>45. Taxa de Desemprego dos 15-24 anos de idade</p>
<p>Meta 17: Em cooperação com empresas farmacêuticas, permitir o acesso aos medicamentos essenciais disponíveis nos países em desenvolvimento</p>	<p>46. Percentagem da população com acesso aos medicamentos essenciais disponíveis, numa base sustentável</p>
<p>Meta 18: Em cooperação com o sector privado, disponibilizar as vantagens das novas tecnologias, especialmente na informação e nas comunicações</p>	<p>47. Linhas Telefónicas por 1000 pessoas</p> <p>48. “Personal computers” por 1000 pessoas</p>
<i>Outros Indicadores a serem designados</i>	

* A selecção de indicadores para os Objectivos 7 e 8 está sujeita a posterior revisão

Lista de acrônimos

AIDI	Atenção Integrada das Doenças da Infância
CNLS	Comissão Nacional de Luta contra o SIDA
DOTS	<i>Directly Observed Treatment Short-Course</i> tratamento curto directamente observado (para a tuberculose)
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para Ajuda a População
ICCT	Instituto de Combate e Controlo da Tripanossomiase
IEC	Informação, Educação e Comunicação
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITS	Infecções de Transmissão Sexual
MED	Ministério de Educação
MICS	<i>Multiple Indicators Cluster Survey</i> , Inquéritos de indicadores múltiplos
MINFIN	Ministério das Finanças
MINSA	Ministério da Saúde
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PNCT	Programa Nacional de Combate a Tuberculose
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIGFE	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
TLE	Taxa Líquida de Escolarização
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana

AGRADECIMENTOS

Este relatório foi preparado pelo Governo de Angola, sob a coordenação do Ministério do Planeamento e com o apoio da Equipa das Nações Unidas no País - Angola. Os co-autores são os Membros da Equipa Nacional do MDG/NEPAD. O Escritório do PNUD - Angola facilitou o processo, que também foi activamente apoiado por UNICEF, FNUAP, FAO, OMS, PAM,. As versões iniciais preparadas por consultores independentes foram revistas durante uma série de retiros temáticos por mais de 130 intelectuais angolanos, investigadores e outros intervenientes que congregaram os esforços e adaptaram os oito MDMs ao contexto de desenvolvimento nacional de Angola e alvos e indicadores específicos para a realização até 2015; a análise, conclusões e recomendações do relatório reflectem tais consultas.

A equipa de autores expressa a sua gratidão a Sua Excelência Dra. Ana Dias Lourenço e a Sua Excelência Severim de Moraes, respectivamente Ministra e Vice-Ministro do Planeamento, e ao Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas Erik de Mul, por demonstrarem dedicação ao processo de MDM e NEPAD.

Este relatório não teria sido possível sem a valiosa contribuição e participação das seguintes pessoas: Sra. Laurinda Hoygaard, Sr Kiamvu Tamo, Sra. Emília Fernandes, Sr Mia-Veta André, todos os consultores nacionais; KPMG em Luanda, Sr Llyuis Vinays (Colega da ODI em Luanda), Sr Tomás Paquete (UNOPS Genebra). A equipa de autores agradece ao Sr Bernard Ouandji, Economista Principal do PNUD, por dinamizar o processo de adaptação do MDM/NEPAD e pelos importantes comentários e sugestões às versões iniciais do relatório. A equipa de autores agradece igualmente aos membros da Equipa Nacional do MDG/NEPAD, e aos representantes dos diferentes ministérios, pela sua indispensável contribuição técnica. Deste modo a equipa expressa os seus melhores agradecimentos às pessoas abaixo mencionadas:

Carlos da Silva Eloy, Ministério do Planeamento, Chefe do Secretariado Nacional do MDG/NEPAD; Lando Teta, Especialista do Gabinete de Estudos e Planeamento; Basilio Cassoma, Chefe do Departamento de Estudos e Estatísticas- Ministério da Saúde; Dinis Ilunga N’Hemba, Chefe do Departamento de Estudos e Planeamento-Ministério da Educação; Maria Isabel Martins Gaspar, Directora do Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas -Ministério da Família e Promoção da Mulher; João Luis N’Gimbi, Director do Gabinete de Estudos e Intercâmbio Internacional-Ministério das Finanças; Carlos Santos, Director Nacional do Ambiente-Ministério do Urbanismo e Ambiente, Pedro Agostinho Canga, Ministério da Agricultura; João de Deus Andrade, Director de Gabinete da Direcção de Estudos, Planeamento e Estatísticas-Ministério da Administração do Território, Nilza de Fátima Batalha, Ministério da Assistência e Reinserção Social; Rui Mangueira, Director para a Integração Económica Regional-Ministério das Relações Exteriores; Maria Ferreira, Directora Nacional do Instituto de Estatísticas-INE.

A equipa agradece o aconselhamento editorial proporcionado pela Sra. Ana Maria Borges e a participação de todos os anónimos que, de uma forma directa ou indirecta estiveram implicados na feitura deste relatório.

Podem ser reproduzidos excertos desta publicação sem autorização, contanto que seja indicada a fonte.

Publicado pelo:

O Governo de Angola
Ministério do Planeamento, Luanda,

Desenho e Maquete : Bruno Herman, Luanda

PREFÁCIO

A Elaboração deste relatório

Este relatório segue nas suas linhas gerais de apresentação o formato indicado pelo Escritório do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas em relação aos relatórios por país e incorpora aspectos específicos da situação de pós-guerra de Angola. Este relatório apresenta (i) um breve historial sobre o processo conducente ao MDG; (ii) a situação actual de desenvolvimento social e económico de Angola em termos gerais e de forma consistente e coerente com a actual Estratégia Interina de Redução da Pobreza e a Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo ; e, tendo em conta a situação particular de Angola que acaba de sair de uma guerra de 27 anos e da importância da recuperação e reinserção social nos próximos cinco anos (iii) expõe as grandes linhas de recuperação e reinserção social, articuladas ao MDG, no período de transição.

Os oito capítulos do relatório apresentam os progressos e as dificuldades de Angola na marcha em direcção à realização dos objectivos e metas do desenvolvimento do Milénio. Para os objectivos 1, 2, 3, 7 e 8 incorporaram-se elementos relacionados com a recuperação e a reinserção social durante o período de transição. Para os objectivos 4, 5 e 6 a articulação entre a saúde e a recuperação e a reinserção social foi apresentada de forma global.

O Processo Conducente ao MDG

Durante a década dos anos noventa, várias conferências e cimeiras internacionais decidiram sobre objectivos e metas para áreas consideradas fundamentais para desenvolvimento. Esses objectivos e metas tornaram-se conhecidos com o acrónimo de Metas Internacionais para o Desenvolvimento. No final do século em Setembro de 2000, 191 países entre os quais 147 foram representados por Chefes de Estado ou de Governo, na Cimeira do Milénio e assinaram a Declaração do Milénio. Esta declaração levanta e sublinha questões que se prendem com a paz, a segurança, e o desenvolvimento, incluindo áreas problemáticas tais como o ambiente sustentável, direitos humanos e governação. A Declaração incorpora um pacote de objectivos interligados e mutuamente dependentes no quadro de uma agenda global. Considerando que as Metas Internacionais de Desenvolvimento e os objectivos contidos na Declaração do Milénio eram similares embora diferentes, recentemente ambos os pacotes foram fusionados num só, hoje conhecido como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o qual incorpora as Metas Internacionais de Desenvolvimento e sintetiza os objectivos e metas para a monitoragem do Desenvolvimento Humano.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão articulados a volta dos seguintes oito objectivos principais:

1. Erradicar a Pobreza e a Fome
2. Assegurar o Ensino Primário Universal
3. Promoção de Igualdade de Género e Conferir Poderes às Mulheres

4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde Materna
6. Combater o VIH/SIDA, Paludismo e outras doenças
7. Assegurar um Ambiente sustentável
8. Promover Parcerias Globais para o Desenvolvimento.

Para cada um destes objectivos foram identificadas metas. Foram também seleccionados indicadores apropriados que permitem a monitoragem do progresso na implementação de cada uma das metas. Uma lista de 18 metas e mais de 40 indicadores correspondentes a cada um dos oito objectivos foram propostos e elaborados conjuntamente entre o sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a OCDE, com o fim de se assegurar uma mesma compreensão e leitura dessas mesmas metas e indicadores a níveis global, regionais e nacionais.

Indicadores qualitativos e de impacto específicos à recuperação e reinserção social e articulados com os do desenvolvimento do milénio foram elaborados, tal como uma nota metodológica sobre os mesmos.

A monitoragem dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG) é por um lado global e por outro nacional. A nível global o Secretário-Geral das Nações Unidas apresenta, anualmente, a Assembléia Geral um relatório de balanço sobre cada um dos grandes objectivos e metas do MDG e quinquenalmente um relatório muito mais compreensivo sobre os avanços nesse período.

Os objectivos principais destes relatórios a nível internacional são (i) o de apoiar a que as questões de pobreza continuem no centro das agendas de desenvolvimento global e nacional; (ii) permitir que os olhos do Mundo continuem dirigidos sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; e (iii) que de forma sistemática e identificável se faça o seguimento das conferências e cimeiras internacionais que conduziram ao MDG.

Á nível nacional estes relatórios têm diversas funções das quais as mais importantes são as (i) ajudar os líderes políticos e os que decidem a continuarem empenhados a alcançar os objectivos e metas do MDG; (ii) mobilizar a sociedade civil; (iii) mobilizar as comunidades mais afectadas pela pobreza; (iv) consciencializar o público em geral; e (v) manter os órgãos de comunicação social empenhados na divulgação do MDG.

O processo de preparação e a apropriação nacional do relatório

A preparação do relatório de Angola sobre as metas do milénio é um processo que é dirigido pelo Ministério do Planeamento com a assistência das Nações Unidas sob liderança do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, constituindo-se para o efeito uma equipa nacional que integra os Ministérios com os quais as metas do milénio estão intrinsecamente relacionadas, a saber, o Ministério da Saúde, Finanças, Relações Exteriores, Educação, Administração do Território, Agricultura e

Desenvolvimento Rural, Família e Promoção da Mulher, Urbanismo e Ambiente, Assistência e Reinserção Social, e Instituto Nacional Estatística. A equipa nacional dirige e supervisiona o processo de preparação do relatório prestando informações, facultando a documentação de base e disponibilizando técnicos para trabalhar na elaboração do relatório.

O processo de apropriação nacional passou também pela discussão do relatório preliminar, em retiros temáticos moderados pelos Ministérios com o qual o tema em discussão esta relacionada. Foi um processo de consulta através do qual se realizaram seis retiros temáticos em que participaram cerca de 130 pessoas representando diferentes Ministérios, Agencias das Nações Unidas, organizações não governamentais, Universidade e representantes da sociedade civil. Foram assim realizados os retiros para discussão dos temas sobre a pobreza, o gênero, a saúde, a educação, o ambiente e a integração regional e NEPAD. Durante as discussões recolheram-se importantes contribuições e recomendações que serviram para melhorar o conteúdo do relatório.

**O Coordenador Residente do Sistema
das Nações Unidas em Angola
e
Representante Residente do PNUD**

Erick de Mul

A Ministra do Planeamento

Ana Dias Lourenço

INTRODUÇÃO

O Contexto Angolano do pós-guerra

As consequências de 27 anos de guerra sobre o consumo de recursos financeiros, a destruição de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento, a circulação de pessoas e bens, o deslocamento de pessoas das áreas rurais – este fenómeno assume hoje proporções dramáticas pelos números envolvidos, podendo estimar-se em cerca de 4 milhões o número da população deslocada das suas áreas tradicionais de residência e de exercício da actividade económica - o esgotamento dos sistemas sociais de saúde, educação, saneamento e fornecimento de água e energia, etc., foram desastrosos e contribuíram para o depauperamento de crescentes faixas da população.

Mas a guerra não aparece isolada enquanto factor de depauperamento das populações. A instabilidade política e militar decorrente e associada introduziu elementos de perturbação na definição e condução da política económica e que foram ampliados pela circunstância de a transição para a economia de mercado não ter sido encaminhada da melhor forma. Esta convergência de factores explica que as políticas económicas globais e sectoriais tenham sido inadequadas e instáveis, tendo originado uma série de desequilíbrios económicos e sociais que estão a ser corrigidos.

As consequências da guerra sobre o sistema económico e o sub-sistema institucional do Estado foram profundas. As despesas militares limitaram as alocações financeiras para os investimentos públicos. A destruição provocada pelas acções militares, as dificuldades de se assegurarem adequados serviços de conservação e manutenção e a menor eficiência das aplicações, provocaram, em conjunto, uma extensa degradação das infra-estruturas económicas e dos equipamentos sociais. Esta foi a causa imediata da depreciação ocorrida nos sectores da saúde, educação e saneamento básico, derivando num baixo nível de desenvolvimento humano.

Alguns dos indicadores do pós-guerra

De acordo com os resultados do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias, realizado pelo INE, a pobreza abrangia em 2000 cerca de 68% da população, havendo 26% em situação de pobreza extrema. Em Angola a fronteira para a pobreza extrema está situada em 22,8 USD por mês (0.76 USD por dia) e em 51,2 USD (1.70) para a pobreza. A nível internacional considera-se o limiar da pobreza em 2 USD/dia e o da pobreza extrema em 1 USD/dia.

No plano nutricional o país vive situações dramáticas no seio dos desalojados e refugiados. Estima-se que mais de metade da população angolana seja subnutrida, havendo 45 % em situação de mal nutrição crónica global.

Nos agregados extremamente pobres o consumo diário de calorias é inferior a um terço do recomendado. Cerca de 31 % dos menores de 5 anos encontra-se em desnutrição severa ou moderada. Nos centros urbanos, as famílias utilizam $\frac{3}{4}$ da despesa para fins alimentares. Mesmo assim, estima-se que apenas $\frac{1}{4}$ das famílias urbanas consuma diariamente a quantidade de calorias recomendada.

Um dos elementos com influência cada vez mais crítica no desenvolvimento humano é o acesso a água potável. Em Angola estima-se que somente 38% possa usufruir deste elemento fundamental à qualidade de vida. Apenas 13% tem ligação à rede pública de abastecimento.

Acresce que 56% da população vive sem dispor de instalações sanitárias e 50% não tem acesso à electricidade.

Estes factores reflectem-se, naturalmente, no débil estudo sanitário da população. Apenas ¼ da população angolana terá acesso a serviços de saúde, normalmente de fraca qualidade. Estima-se que as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade abaixo dos 5 anos sejam bastante elevadas. Mais de 55% dos partos não são assistidos. A probabilidade de uma criança morrer antes de completar 5 anos é quase de 30%.

As taxas de cobertura vacinal da DPT 3 e da BCG não ultrapassam, respectivamente, 34 e 53%, reflectindo bem as dificuldades em fazer chegar cuidados primários de saúde às populações afectadas pela guerra.

A percentagem de crianças de 0-59 meses de idade que dormem com mosquiteiro tratado não ultrapassa os 23%, sendo a malária uma das principais causas de mortalidade infantil.

Não são verdadeiramente conhecidos os números reais de morte por HIV/SIDA. A taxa de 5.5% será inferior ao que se prevê ser o número efectivo dos indivíduos portadores do vírus. Sublinhe-se que apenas 23% das mulheres de 15-49 anos têm conhecimentos sobre como evitar a doença.

Uma outra dimensão do fraco nível de desenvolvimento humano e com drásticas consequências no desenvolvimento potencial é o nível educacional. Estima-se que cerca de 26% da população com mais de 15 anos seja analfabeta, havendo outras estimativas que apontam para 50%, e que a taxa de escolarização do ensino básico se situe nos 57%.

Cerca de 1/3 das crianças nunca frequentaram a escola, o que dá uma dimensão do investimento a realizar nos próximos anos.

A pressão sobre as infra-estruturas escolares é enorme, dado que uma grande proporção se encontra destruída, chegando a ultrapassar em muitos casos a mais de trinta o número médio de alunos por sala.

O nível de aproveitamento escolar é muito fraco. De 100 alunos matriculados na 1ª classe apenas 30 concluem a 4ª classe e 15 a 6ª classe. Na 1ª classe a taxa de reprovação ultrapassa os 30%.

As razões são conhecidas: deslocação forçada das famílias em consequência da guerra, deficiente grau de cobertura da rede escolar, trabalho infantil e factores de natureza cultural. A eficiência do sistema é, assim, muito fraca, havendo uma elevada taxa de desperdício de recursos.

O nível de analfabetismo é maior nas mulheres. Cerca de 50% das mulheres angolanas são analfabetas. Porém, a taxa de escolarização feminina não se distânciava muito, na actualidade, da masculina (55%).

No meio urbano constata-se que as famílias chefiadas por mulheres estão menos marcadas pela pobreza, reflectindo a sua grande presença no mercado informal. A taxa de actividade feminina também não é distante da masculina, representando 82% desta.

Admite-se que a pobreza atinja mais as mulheres residentes nas áreas urbanas do que nos subúrbios, onde normalmente se alojam as mulheres do sector informal.

O Acordo de Paz celebrado em Abril de 2002, traz a Angola uma nova luz sobre o seu futuro. Dele decorrem igualmente objectivos estratégicos que, para além da sua justificação própria, não poderão deixar de influenciar indirectamente a redução da pobreza. Acresce que haverá igualmente que dar elevada prioridade a reinserção social de cerca de 4 milhões de Angolanos deslocados ou refugiados pela guerra incluindo 300 mil militares desmobilizados e suas famílias. Esta é uma prioridade essencial à consolidação do processo de paz e à criação da coesão nacional. É essencial assegurar a sua rápida reinserção social, de forma a evitar que se crie de forma definitiva largos pólos de marginalidade.

A Coerência e consistência entre a recuperação e a reinserção social a curto e médio prazos e as metas de desenvolvimento do Milênio

Devido ao longo conflito armado em Angola, os objectivos e os respectivos indicadores ligados à recuperação e reinserção social foram incorporados nas metas de desenvolvimento para o milênio. De facto os próximos três a quatro anos serão cruciais para assentar as bases que permitirão alcançar as metas globais do desenvolvimento para o milênio, já que cerca de quatro milhões de cidadãos angolanos necessitam de apoio que lhes facilite o processo de reinserção social e económica. Sem a reinserção desta larga franja da população e a reabilitação das infra-estruturas sociais e económicas destruídas pela guerra, as expectativas fixadas para o MDG não serão factíveis.

A fim de ser consistente e coerente com as metas de desenvolvimento para o milênio, a incorporação da problemática da recuperação e da reinserção social propôs-se seguir um enfoque mais compreensivo- o qual faz da assistência, recuperação e desenvolvimento, elementos de um mesmo processo interdependente- em vez do enfoque mais tradicional de “estabelecer a ponte” entre a assistência de urgência , a recuperação e o desenvolvimento.

Este enfoque, que é coerente com as metas de desenvolvimento para o milênio, procura integrar a ajuda humanitária, actividades de urgência, recuperação, reintegração social e desenvolvimento, enquanto respostas às causas e consequências do deslocamento, da exclusão e da pobreza, em vez de trata-los como actividades separadas ou a diversos níveis.

Promover as metas de desenvolvimento para o milênio em Angola, significa apoiar processos sociais nos quais os seus múltiplos actores se apropriam desses mesmos processos e se organizam a fim de encontrar soluções as suas próprias necessidades,

procurando uma harmonia satisfatória entre as diversas necessidades dos afectados pelo conflito armado e as necessidades de desenvolvimento geral no contexto específico macro-económico angolano.

Desta forma, este enfoque permitirá aos programas inerentes a recuperação e a reinserção social do pós-guerra, beneficiar da possibilidade de estabelecer e consolidar desde a sua conceptualização e formulação, os laços e vínculos necessários, com a problemática global das iniciativas e objectivos de desenvolvimento cristalizadas no MDG.

A fim de ser coerente e consistente com a Estratégia Interina de Redução da Pobreza, as suas articulações com o Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo e as Reflexões sobre uma Estratégia de Longo Prazo, a urgência, a recuperação, a reinserção social e o desenvolvimento, não se seguem uns após outro de forma estática e hermética. Antes pelo contrário, coexistem, com importâncias variáveis no espaço e no tempo. Neste enfoque a assistência humanitária tem um papel de acompanhamento e de apoio do processo global de recuperação. A recuperação terá que se dar também no mesmo momento e sempre que possível, de acordo com planos e acções concertadas que possam favorecer actividades futuras de desenvolvimento. Neste enfoque a recuperação entende-se não só por infra-estrutura, mas também e sobretudo por reabilitação do tecido social, de recuperação económica, pela reinstalação de serviços mínimos incluindo a reposição da administração pública e territorial e finalmente pela atribuição de recursos financeiros públicos.

Todas estas actividades, que deverão permitir um aumento da capacidade de absorção das áreas pressentidas ou identificadas para receberem, parte dos grupos-alvo, deverão enquadrar-se nas orientações do Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo. As principais vantagens comparativas desta estratégia e a sua incorporação nas metas de desenvolvimento do milénio são as de permitir:

- incorporar a recuperação e inserção social desde a sua concepção estratégica no quadro das orientações macro económicas e sociais por forma a evitar o desperdício de recursos e energias em acções ou projectos isolados, mas pelo contrário, maximizá-los de forma coordenada, articulada e complementar;
- aumentar e reforçar a capacidade económica e a estabilidade social;
- contribuir progressivamente para a redução das causas que conduziram a situação de pobreza, exclusão social e deslocamento;
- facilitar a identificação do desequilíbrio financeiro dos programas de reinserção social e desde logo servir de instrumento, por um lado, para incluir a recuperação e a reinserção social no orçamento público e por outro, apoiar as necessárias negociações com os diversos parceiros nacionais e internacionais pressentidos a acompanhar Angola durante a transição.

Este enfoque de recuperação e de reinserção social no quadro das metas de desenvolvimento para o milénio será mais efectivo se forem introduzidos mecanismos de planeamento a médio e longo-prazo, desde a formulação de programas de apoio à recuperação e reinserção social que permitam promover a autoconfiança entre os

parceiros locais e nacionais a fim de evitar o síndrome da dependência externa. Um segundo elemento de relevo neste enfoque é a promoção da apropriação pelas instituições locais e as administrações das metas ligadas à recuperação e à reinserção social. Isto significa apoiá-las no aumento das suas capacidades. Um terceiro ponto de suporte deste enfoque, sobretudo a níveis locais, é o apoio à construção, descentralização e desconcentração das administrações particularmente nas áreas que foram marginalizadas pela guerra e nas regiões onde o Estado tem sido fraco ou não tem tido presença.

Indicadores de transição e de certa forma intermediários foram incorporados em cada um dos oito objectivos do MDG. Estes indicadores, que devem reflectir a complexidade de “engenharia social” do processo de reinserção, têm como função facilitar a monitoragem e verificar não tanto os resultados quantitativos mas sobretudo os avanços qualitativos e de impacto no processo de recuperação e de reinserção social em Angola, baseado numa governação democrática, em estratégias de redução da pobreza, na prevenção de conflitos e na recuperação económica e social dos grupos populacionais afectados pela guerra.

Este enfoque dá também um lugar privilegiado a incorporação dos direitos humanos no processo de recuperação e de reinserção social. Parte da premissa que a reinserção social dos grupos-alvo significa, e sobretudo, porque eles foram os mais afectados pela guerra, que é fundamental que ela tenha na sua essência os elementos que possam promover os direitos humanos (civis, políticos, económicos e culturais), a compreensão da cidadania (incluindo o necessário acesso à documentação que permite a participação e usufruto da cidadania) e a tolerância, como parte intrínseca do processo de reinserção social.

Dentro desta opção todos os programas que promovam a reinserção dos grupos-alvo terão que incorporar desde a sua concepção, actividades e iniciativas que promovam a sua disseminação e compreensão. Este enfoque baseado sobre a observância e promoção dos direitos humanos permite igualmente, de forma mais coerente, consistente e normativa promover questões de género e a equidade.

Este enfoque reconhece que as questões de género são transversais e estão intrinsecamente ligadas a todos os aspectos das metas de desenvolvimento do milénio e aos de recuperação e reinserção social. Considera igualmente que as funções, percepções e relacionamentos económicos, sociais, e culturais não são estáticos e que as funções assumidas por mulheres durante os largos anos de deslocação, formam parte do conjunto de elementos que servirão para identificar, formular e implementar os programas de apoio a reinserção de mulheres deslocadas.

Esta forma de assumir ou incorporar a recuperação e a reinserção social nas metas de desenvolvimento do milénio implica a participação da sociedade civil angolana nas suas diversas expressões, constituindo uma garantia, em termos de transparência, de melhoria da boa governação, de aplicação das leis vigentes, de equidade, de tolerância e de promoção, incorporação e divulgação dos direitos humanos e da cidadania angolana. Esta parceria com a sociedade civil assegura igualmente que a identificação das prioridades económicas, sociais, culturais e políticas do processo de reinserção e consequentemente do MDG tenham por base a concertação abrangente de amplas

esferas da sociedade angolana, incluindo representantes legítimos dos grupos-alvo, afectados pela exclusão social e o deslocamento.

Esta visão comum sobre a recuperação e reinserção social pós-guerra é baseada em princípios acordados, pontos de referência e uma agenda comum identificada no quadro e nas orientações gerais da Estratégia Interina da Redução da Pobreza em matéria de reinserção social a fim de oferecer aos vários parceiros que operam nesse mesmo âmbito a possibilidade de uma resposta coerente, consolidada e consistente durante a fase de transição em Angola e a necessária articulação com as metas de desenvolvimento do milénio.

As Articulações entre o MDG, o PRSP e o PRR (Programa de Reconstrução e Reabilitação)

O processo participativo, inclusivo, multisectorial e articulador seguido na elaboração do MDG, do PRSP e na formulação da fase preparatória do Programa de Reconstrução e Reabilitação constitui um instrumento programático que cristaliza, ou melhor viabiliza o marco dos objectivos de desenvolvimento do milénio em programas e projectos, num quadro conceptual e programático consistente. A instrumentalização do MDG e do PRSP em objectivos imediatos, resultados, actividades, indicadores e modalidades claras de execução e procedimentos a serem materializados no quadro do PRR poderão permitir pelo menos dum ponto de vista técnico, apetrechar com os instrumentos necessários a conceptualização desses dois documentos fundamentais e interligados e interdependentes. A possibilidade de harmonizar e cristalizar num mesmo quadro de referencia a redução da pobreza e a recuperação e reinserção social dentro de parâmetros de desenvolvimento em longo prazo, constitui uma oportunidade única de deixar uma mais valia no contexto do pós-guerra sobretudo nas seguintes dimensões:

Primeiro, encorajar enfoques multisectoriais, e desenvolver uma estratégia e programas de apoio integrados a redução da pobreza e recuperação e reinserção social a médio prazo num quadro e perspectiva de desenvolvimento a longo prazo. A interacção entre o PRSP, o MDG e o PRR permitirão articular, integrar e complementar projectos de apoio a esta problemática, utilizando assim economias de escala e introduzindo valores ligados a uma melhor eficiência, eficácia e menores custos.

Segundo, este processo interligado e articulado poderá assim dar resposta e servir de quadro de referencia conceptual, estratégica, metodológica, e programática a questão da transição do pós-guerra numa perspectiva de desenvolvimento a longo prazo.

Terceiro, este enfoque articulado no processo de elaboração do MDG e do PRSP e na formulação do PRR procura dirigir a acção para uma resposta a curto e médio prazo, às preocupações iminentes do pós-guerra num contexto de desenvolvimento a longo prazo e no quadro dos parâmetros de rigor necessários ao contexto macro-económico. Embora apresentados de forma diversa, estes três documentos de referencia apresentam não só a reinserção das populações afectadas pelo conflito como um elemento fundamental na elaboração das prioridades, mas também o facilitar da retomada da vida económica e social a nível comunitário, como premissas

fundamentais que servirão de base ao processo de recuperação económica das áreas afectadas pela guerra.

Quarto, esta visão de conjunto de elementos estratégicos na identificação das grandes orientações do pós-guerra cristalizadas no MDG e no PRSP e a selecção dos projectos no quadro do PRR poderão servir de base à articulação das acções a desenvolver a nível municipal não só para preparar as condições mínimas do retorno e (re) assentamento dos grupos-alvo a reinserir, mas também para impulsionar um processo de desenvolvimento a longo prazo que terá, imperativamente que passar pela satisfação das necessidades de base tal como o indicam os objectivos de desenvolvimento do milénio.

Quinto, considerando a magnitude dos objectivos a alcançar daqui até 2015 ,o apoio da comunidade internacional é essencial no cofinanciamento dos investimentos sociais e económicos. É neste contexto de harmonização e complementaridade entre o PRSP e o MDG, que as parcerias promovidas pelo NEPAD, ao qual Angola já aderiu, e que têm por objectivo marcar conjuntamente a vontade política, por um lado, no que diz respeito à implementação das reformas necessárias a levarem à cabo os países africanos, e por outro lado, em relação ao apoio a ser prestado pelos parceiros ao desenvolvimento do continente, poderão ser implementadas de forma mais coerente e consistente.

Outras vantagens da articulação e harmonização dos processos de elaboração do MDG e do PRSP e do conseqüente PRR são as seguintes: (1) complementaridade, ou mesmo articulação dos projectos/programas/iniciativas em prol das metas a curto e médio prazos do pós-guerra com as do desenvolvimento a longo prazo; (2) evita dispersões, permite fazer economias de escala, reduzir custos e uma utilização mais racional dos recursos financeiros para as actividades a curto e médio prazo ; (3) permite tomar em consideração as lições aprendidas em semelhantes situações; (4) permite articular e facilitar a dimensão multisectorial, multidisciplinar sobretudo multi-dimensional da natureza das interacções entre os problemas que se pretendem reduzir a curto e médio prazo e os imperativos do desenvolvimento a longo prazo; (5) reforça as necessárias interacções e articulações entre a criação e reforço das capacidades, o planeamento, a identificação das necessidades e as respectivas prioridades, os mecanismos de participação para a tomada de decisões e a implementação das actividades de apoio a transição do pós-guerra e o desenvolvimento; (6) estimula a capacidade de ocupar-se das necessidades imediatas do pós-guerra e ao mesmo tempo, desenvolver capacidades para planear, definir, priorizar e mobilizar recursos para o desenvolvimento.

Objectivo 1 - Erradicação da pobreza extrema e da fome

Meta 1 - Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população com rendimentos abaixo de 1 USD/dia

Evolução da pobreza em Angola

Indicadores	1990	1996	2001	2015
Proporção da população abaixo da linha nacional de pobreza	36	61	68	34

Fonte: INE (IDR e MICS) 1996 e 2001. Inquérito sobre as despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda (1990)

1. Diagnostico e Tendências

A nível internacional considera-se o limiar da pobreza em 2 USD dia e em 1 USD dia para a pobreza extrema. Em Angola a fronteira para a pobreza extrema está situada em 22,8 USD mês (0,76 USD dia) e em 51,2 USD (1.70 USD) dia para a pobreza.

De acordo com os dados do inquérito às receitas e despesas das famílias, realizado pelo INE, a pobreza abrangia em 2000 cerca de 68% da população havendo 26% em situação de pobreza extrema. A pobreza agravou-se de 36 % em 1990 para 68 % no ano 2001. A pobreza extrema agravou-se de 13 % em 1996 para 26 % no ano 2001.

A situação pobreza em Angola tem sido também relatada nos relatórios globais de desenvolvimento humano. Apesar de algumas melhorias verificadas nos últimos anos, o índice de desenvolvimento humano situou-se em 2000 em 0,403 (0.398 em 1997 e 0.422 em 1999), ocupando o país a 161ª posição entre 173 países. Este baixo índice reflecte as enormes dificuldades básicas que vivem uma grande parte da população.

Até início dos anos 90 não parecia preocupante compreender as razões do contraste entre as potencialidades que o país apresenta e as condições de vida da maioria da sua população. De facto há um elemento importante a considerar e que em grande parte contribui para a degradação das condições de vida das populações. Não se pode ignorar os efeitos da guerra na vida económica e social de Angola, sobretudo no domínio agrícola tendo provocado o êxodo das populações rurais que tinham na agricultura o seu principal modo de subsistência.

Mas a guerra não foi o único factor de depauperamento das condições de vida das populações. Associaram-se-lhe outros factores como a condução da política económica que não foi encaminhada da melhor forma, reflectindo-se em políticas globais e sectoriais inadequadas. Tudo isto teve profundos reflexos na produção de bens alimentares e noutras actividades como o comercio, os transportes e a industria alimentar, levando o país a uma situação de crise social cujo lado mais visível é a pobreza e fome que afecta uma significativa porção da população angolana.

Com uma população estimada em 14 milhões, calcula-se em cerca de 4 milhões o número de pessoas deslocadas e afectadas pela guerra no País. Considerando que a assinatura do Acordo de Paz, em 4 de Abril de 2002, simboliza o final da guerra, criam-se assim condições objectivas para o retorno das populações às zonas de origem e o seu reassentamento, e o relançamento da produção agrícola. Para evitar um agravamento nas condições de vida de algumas destas pessoas é indispensável uma assistência multiforme numa fase inicial, por ainda não poderem prover do seu auto-sustento e dos seus dependentes, devido à ausência de emprego ou outras fontes de rendimento.

2 - Desafios

Recuperação e reinserção social: uma etapa fundamental na erradicação da pobreza

A incorporação das necessidades de recuperação económica e da reinserção social nas metas de desenvolvimento para o milénio reflectem as disposições da Estratégia Interina da Redução da Pobreza e as potencialidades e características das áreas e sectores de actividades nos quais as populações afectadas pela guerra estão ou irão reinserir-se.

Assim a orientação proposta que facilitará o alcance das metas de recuperação e de reinserção social durante o período de transição basea-se em actividades económicas geradoras de renda e emprego com efeito multiplicador, através de assistência técnica, formação, financiamento incentivos ou/e crédito, ou seja actividades caracterizadas pela sua capacidade de iniciar um processo de transição entre a assistência a recuperação económica e o desenvolvimento.

As principais linhas de trabalho promovidas neste enfoque são o apoio a:

- Economia de subsistência
- Renovação e desenvolvimento de cultivos e pecuária
- Formação e desenvolvimento de unidades productiva não- agrícolas
- Formação e assistência técnica nos campos de produção, comercialização e gestão
- Co-financiamento para criar e/ou ampliar actividades económicas, particularmente as que permitem constituir formação de capital a nível local
- Criação de rendimentos pela via da utilização de trabalho de alta intensidade de mão de obra.

Este enfoque prevê também como apoio à recuperação económica a reabilitação de infra-estruturas productivas e sociais, nas áreas de reinserção, principalmente:

- Melhoramento e abertura de caminhos
- Reabilitação de outras infra-estruturas productivas
- Pequenas obras municipais e comunais
- Reabilitação de infra-estruturas sociais.

Metas a alcançar para erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

A resposta ao problema da pobreza deve ser abrangente e com o envolvimento de todos os sectores da vida económica e social. A sua solução passa por uma resposta multisectorial visando a criação de oportunidades de empregos, melhoria dos rendimentos da população e melhoria na oferta de serviços sociais de base.

Uma resposta eficaz á luta contra a pobreza passa pela conquista de níveis altos de crescimento económico e de uma distribuição racional dos rendimentos que privilegie o emprego para grandes faixas da população desempregada e deslocada e melhoria das condições sociais.

O baixo nível de educação é pois um dos elementos fundamentais que condiciona o progresso social dos povos, agindo como factor de persistência da situação de pobreza.

Entretanto, para cobrir as necessidades em investimentos imprescindíveis para garantir a criação de infra-estruturas que suportem o crescimento económico nacional, torna-se indispensável o recurso à poupança externa, sob a forma de financiamentos ou de investimento estrangeiro directo.

O fim da guerra abre perspectivas na erradicação da pobreza e no combate à fome favorecendo a livre circulação das pessoas pelo território nacional, o relançamento da produção nos sectores primários, fortalecimento da democracia e a participação mais abrangente na vida nacional por parte dos diversos grupos sociais, estimulará o aumento da eficiência da governação e a utilização mais adequada dos recursos nacionais, garantindo maior transparência na utilização e retorno dos investimentos.

As tarefas e os desafios a enfrentar são gigantescos. É necessário, por isso, definir prioridades, elaborar programas que atendam aos recursos disponíveis e a sua correcta aplicação, para garantir a satisfação das principais necessidades do maior número possível de pessoas.

3.- Políticas e Programas

O Governo elaborou uma Estratégia de Redução da Pobreza e ao mesmo tempo continua o diálogo com os doadores para a realização da Conferência Internacional de Doadores programada, afim de financiar as necessidades imediatas da Reabilitação e Reconstrução pós-guerra.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

Angola precisa da ajuda internacional para o apoio aos seus programas, quer à curto ou longo prazo. Os problemas imediatos prendem-se ao imperativo da assistência humanitária e ao reassentamento dos deslocados de guerra e dos refugiados nas suas áreas de origem ou noutras da sua preferência. Embora sejam, em geral, agricultores ou criadores de gado, a maioria encontra-se actualmente desprovida dos meios mais elementares para assegurar a sua subsistência e da sua família, necessitando de apoio em bens alimentares e meios de produção, para enfrentarem a reinstalação de forma sustentável.

A diversificação da produção nacional e a criação de empregos são objectivos imediatos, pela sua enorme importância no combate à fome, à desigualdade e à exclusão social.

É necessário aumentar a capacidade do País em captar recursos externos para complementar o esforço nacional na realização de investimentos públicos, visando a reabilitação e criação de infra-estruturas e o financiamento de novos projectos nas áreas da produção agrícola e industrial, transporte e comercialização e nos diferentes sectores da vida nacional. Um esforço especial deve ser direccionado para a educação e a formação profissional, estimulando particularmente o desenvolvimento das vertentes técnicas.

Para além das agências das Nações Unidas e dos Doadores Bilaterais, também as organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, devem ser estimuladas a apoiar o esforço do Governo angolano na fase de Reconstrução.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística		3	
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Meta 2 : Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas que sofrem de fome

Proporção das crianças menor de 5 anos subnutridas

Indicadores	1990	1997	2000	2015
Percentagem de crianças subnutridas com <5 anos	ND	53,1	45,2	22,6

ND: dados não disponíveis

Fonte: MICS 1996 e 2001

1. Diagnostico e Tendências

De acordo com os dados dos inquéritos efectuados pelo INE e UNICEF, em 2001, a situação de nutrição da população angolana apresentava-se conforme quadro seguinte:

Malnutrição por áreas de residência em crianças com idade inferior a 5 anos

Indicador	Zonas Urbanas	Zonas Rurais	TOTAL
Malnutrição crónica global	43%	50%	45%
Malnutrição crónica severa	12%	26%	22%
Malnutrição aguda global	7%	6%	6%
Malnutrição aguda severa	1%	1%	1%
Malnutrição Global	30%	32%	31%
Malnutrição Severa	8%	9%	8%

Fonte: MICS – inquérito de indicadores múltiplos, INE-UNICEF, 2001

Conjugando os dados da tabela com os dados da população angolana, antes apresentados, confirma-se o estado de malnutrição crónica de cerca de 45% da população infantil, dos quais 22% em situação grave. De notar que as situações mais graves se encontram nas zonas rurais.

A fome é a face mais visível da pobreza que assola uma parte significativa da população angolana. A prevalência da malnutrição na população infantil angolana é também influenciada pelo baixo nível educacional dos adultos, especialmente das mães. Esta situação não só afecta as gerações actuais, como também coloca em risco o desenvolvimento das futuras gerações, por impedir o desenvolvimento do potencial humano de crianças e jovens.

Na área de micronutrientes, um estudo realizado em 2000 pelo Programa Nacional de Nutrição com apoio do UNICEF “ Avaliação da carência de vitamina A e da anemia nutricional ferripriva em crianças menores de 5 anos em Angola” revela que a carência de vitamina A em Angola, segundo indicadores biológicos e ecológicos se constitui num problema severo de saúde pública, segundo os critérios internacionais para estimar a magnitude da deficiência.

2 - Desafios

Uma estratégia efectiva para reduzir a fome e a pobreza e promover o crescimento económico é assegurar um crescimento acelerado do sector agrícola, tendo em conta que o sector rural engloba o maior número de pessoas carenciadas e que um rápido crescimento da economia rural implicaria um impacto directo sobre essa população. Por outro lado, mais de 75 % das despesas das populações pobres consistem na aquisição de bens alimentares de primeira necessidade. Um aumento da produtividade agrícola implicaria uma redução de custos dos bens alimentares tendo como consequência o aumento do rendimento real das populações, no meio rural e no urbano.

Metas a alcançar para erradicar a fome

O primeiro desafio de Angola nesta frente do combate contra a fome é a conscientização da gravidade da situação como “problema nacional” e a consequente racionalização dos recursos disponíveis, através de medidas que proporcionem uma redistribuição mais justa das oportunidades já existentes. O alcance desse patamar, permitirá a aplicação de medidas visando a melhoria quantitativa (extensão e abrangência) e qualitativa (diversificação) dos padrões alimentares da maioria da população angolana.

Um outro aspecto importante no combate a fome e malnutrição é a concepção e implementação de uma política de segurança alimentar e a realização de programas dirigidos à recuperação nutricional de grupos-alvo, como crianças, mulheres e idosos. Isto implica, acima de tudo, uma intervenção integrada de distintos sectores da vida económica do País, particularmente a educação, saúde, água e saneamento do meio.

3. Políticas e Programas

Sabendo que uma boa parte da população rural foi deslocada das suas áreas por causa da guerra, a sua dieta alimentar depende ainda em parte das ajudas alimentares. Para contornar esta situação, a política actual do Governo é de reassentar esta população nas suas áreas de origem substituindo paulatinamente a ajuda alimentar pelo apoio em insumos (sementes, instrumentos e fertilizantes) até a primeira colheita.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

As organizações internacionais e demais doadores estão empenhados na distribuição de insumos agrícolas à população deslocada para que ela consiga a sua auto suficiência alimentar. Esta situação é acompanhada de apoio em alimentos nos primeiros anos da sua reinstalação. Esta operação deverá ainda ser apoiada da desminagem afim de alargar as áreas agrícolas a cultivar.

Os futuros apoios dos parceiros deverão também passar pelo reforço da capacidade institucional na área da segurança alimentar e a formação profissional. Atenção particular deverá ser dada na organização dos mercados rurais, e criar um forte sistema de comercio rural liderado pelo sector privado; o Governo neste caso deverá garantir as infra-estruturas e o controlo regulador.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística		3	
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Referências Bibliográficas

- Estrategia Interina de Redução da Pobreza
Ministério do Planeamento, “Monografia Geral de Angola”, 2001
UNDP, “Human Development Report”, 2000
PNUD/Angola, “Relatórios de Desenvolvimento Humano”, 1997/1999
INE-UNICEF, “Inquérito de Indicadores Múltiplos”
PNUD/Angola, “Políticas de Redução da Pobreza”, 2000
INE-BM-UNICEF, Gabinete de Monitorização das condições de vida da população,
“Perfil da Pobreza em Angola”, 1996
Cesaltina Abreu, “Educar para Eliminar a Pobreza. Reflexões sobre educação em Angola” in Revista Internacional de Língua Portuguesa, II edição, nº2, 2002
Paes de Barros et alii, “Welfare, Poverty and Social Conditions in Brazil over the last three decades”
Amartya Sen, “Inequality Reexamined”, 1992
Imprensa nacional, Vários artigos, 2002
Pesquisas da Internet, “Wikipedia”, 2001

Objectivo 2: Assegurar o Ensino Primário Universal

Meta 3: Garantir a todas as crianças, meninos e meninas, os meios para completar o ciclo completo de estudos primários até 2015

Taxa bruta e líquida de escolarização primária e taxa de sobrevivência escolar

	1990	1998	2015 ^a
Taxa líquida de escolarização primária	45,5	55,0	100
Taxa líquida de escolarização primária, rapazes	59,4	58,8	100
Taxa líquida de escolarização primária, meninas	31,8	51,2	100
% dos alunos inscritos na 1 ^a . Classe que atingem 5 ^a Classe	19,8	27,9	100
% dos alunos inscritos na 1 ^a . Classe que atingem 5 ^a Classe, rapazes	22,2	24,6	100
% dos alunos inscritos na 1 ^a . Classe que atingem 5 ^a Classe, meninas	16,8	33,3	100

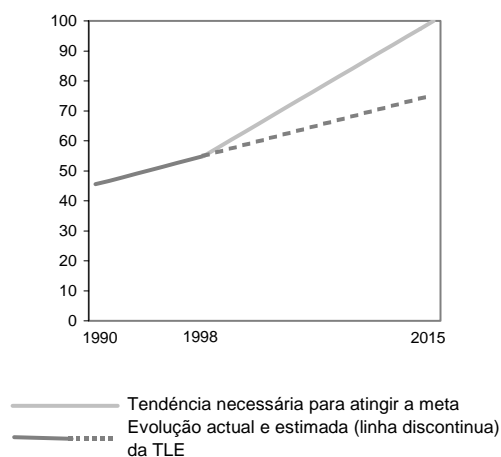
a/ Meta a ser atingida em 2015

Fonte: Ministério de Educação

1. Situação e tendências

A baixa taxa líquida de escolarização primária é um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento do país. Actualmente, mais de um milhão de crianças em idade escolar estão fora das escolas. Segundo dados do Ministério de Educação, entre 1990 e

Taxa líquida de escolarização primária (%)



Fonte: Ministério de Educação

1998 houve uma melhoria na taxa líquida de escolarização primária, passando de 45,5% para 55%. Esta tendência é insuficiente (ver gráfico à esquerda) para atingir a meta da escolarização primária universal em 2015. Um aspecto fundamental indicando que Angola está longe de atingir o objectivo é a taxa de sobrevivência, que embora tenha melhorado na década passada, apenas atingiu os 33%.

Os factores que podem explicar esta situação são o insuficiente número de professores, o fraco investimento no ensino de base, a limitada prioridade dada a este nível escolar reflectida na distribuição das despesas do

sector (nos últimos 5 anos, uma média 39% do total das despesas, foi para o Ensino de Base), a baixa qualidade reflectida nos elevados níveis de repetência, e as consequências da retracção da rede escolar por causa da guerra

A taxa de alfabetização, que atingia segundo o Instituto Nacional de Educação para Adultos, 40% da população (30% das mulheres e 50% dos homens), é também um indicador das graves consequências do baixo nível de escolarização primária.

2. Desafios

Os desafios que Angola deve enfrentar são de tal magnitude que, enquanto não se mobilizar muito mais recursos, a meta de escolarização universal ficará muito aquém de ser atingida. A seguir definem-se os aspectos que devem ser enfrentados:

Reconhecer que a educação básica é um factor chave para a redução da pobreza e para o desenvolvimento: o grau de analfabetismo tem implicações directas no nível de pobreza. Porém, os baixos níveis de escolarização dos adolescentes e jovens podem hipotecar o desenvolvimento económico do País, caso não sejam tomadas as acções necessárias.

Identificar, treinar e recrutar agentes educativos: para poder inserir mais de 1 milhão de crianças que estão fora do sistema, devem ser imediatamente incorporados ao sistema no mínimo, 20.000 novos professores em 2003. Além disso, deverão ser criadas as condições para o acompanhamento das carreiras destes incorporados, através da supervisão e controlo de qualidade dos mesmos.

Focalizar o curriculum para aprendizagem básica: devem ser orientados os esforços para garantir que todas as crianças, em todas as escolas do país, recebam os conhecimentos básicos fundamentais.

Recuperar e criar infra-estruturas físicas: através da identificação e implementação de pacotes “custos-efectivos” apropriados a cenários específicos, isto é, diferenciando a resposta por tipo de estrutura e em função das realidades (urbanas ou rurais).

Assegurar a disponibilidade de material escolar: para o efeito, devem ser produzidos os materiais necessários, que no caso de Angola, estão avaliados em 345 dólares por sala de aula com capacidade de 45 crianças.

Diminuir a disparidade em equidade geográfica: as províncias mais afectadas pela guerra, nomeadamente Huambo, Bié, Uíge, Kuando Kubango, Malange e Moxico apresentam os piores indicadores do País. Os esforços de prioridades em relação a estas províncias devem ser redobrados no sentido de se reduzirem as diferenças dispareas que as caracterizam.

Reforçar a capacidade de gestão, planeamento e supervisão: a nível central mas sobretudo a nível provincial e local, devem ser tomadas acções que visem melhorar a coordenação.

Mobilização de recursos: maior volume de recursos devem ser adjudicados ao sector da educação. Nos últimos cinco anos, o nível da despesa pública para o sector da educação posicionou-se entre 3% a 6,4%. Por outro lado, a distribuição de recursos não parece ir ao encontro das prioridades do sector. Este facto reflecte-se nos recursos postos á disposição do ensino de base (da 1ª. à 8ª. Classe), que em média, nos os últimos 5 anos contou com 39% das despesas totais do sector, enquanto que as bolsas de estudo no exterior atingiram os (18%). É de salientar que existe uma desconexão entre as estratégias do sector e o processo de elaboração do orçamento, a qual deve ser ultrapassada. A melhoria das remunerações do pessoal docente é um desafio fundamental para avançar na consecução do objectivo.

Investir no capital humano para a recuperação e a reinserção social

No marco global dos desafios para atingir a escolarização primária universal, enunciados no ponto 2 e no quadro das políticas e programas apresentadas no ponto 3 , a questão do investimento no capital humano nas áreas de reinserção das populações afectadas pela

guerra é fundamental, afim de se alcançar este objectivo e se evitarem áreas de exclusão social. Assim, da incorporação das preocupações de recuperação e da reinserção social durante a transição, neste objectivo e metas de desenvolvimento para o milénio, decorre uma orientação em apoio à educação formal e não formal, com incidência nos níveis de ensino primário básico, formação de professores primários e desenvolvimento do currículo. Dentro deste quadro as principais linhas de trabalho dessa orientação são:

- Formação de recursos humanos
- Apoio e fortalecimento curricular
- Alfabetização e Educação de Adultos
- Aprendizagem profissional
- Infra-estrutura Educativa e Cultural básica.

No contexto desta problemática este enfoque é orientado para os seguintes objectivos:

- Dotar o sistema escolar nas áreas de reinserção da infra-estrutura mínima necessária para o desenvolvimento do processo educativo, tendo em conta os recursos humanos disponíveis na área, ou seja, a disponibilidade efectiva de professores;
- Dotar as escolas do ensino básico nas áreas de reinserção, do mobiliário necessário favorecendo a utilização da mão de obra dos artesãos e carpinteiros locais;
- Promover a formação específica dos professores primários através dos recursos públicos em temáticas fundamentais. Esta formação deverá ser efectuada em fases sucessivas e deverá prever uma fase de seguimento e avaliação pedagógica;
- Promover, se necessário, a formação e reconhecimento de professores oriundos seja do grupo-alvo seja das áreas de reinserção, ou ambos;
- Dotar os professores de material didático necessário ao desenvolvimento dos currículos, adequados às necessidades e condições e imperativos da reinserção social aonde exercem.
- Sensibilizar as instâncias competentes a nível Municipal/Provincial/Nacional e treinar os professores nas áreas de reinserção para a introdução nos currículos de matérias respeitantes a utilização e conservação dos recursos naturais, cuidados de saúde primários e dieta alimentar e cultura para a paz;
- Promover, nas escolas das áreas de reinserção, actividades de produção de hortícolas com o propósito duplo de educar as crianças e de produzir alimentos ricos em vitaminas para o autoconsumo das mesmas no quadro das cantinas escolares;
- Implementar nas comunidades de reinserção uma estratégia geral de participação local nas acções e decisões educativas;
- Implementar projectos para a criação e/ou melhoramento de centros de educação não formal para as crianças/jovens do grupo-alvo e /ou áreas de reinserção que não fossem integrados ao sistema formal educativo;

Este enfoque reconhece igualmente a importância e vantagens comparativas da alfabetização funcional de adultos. Propõe-se assim, orientar a estratégia de alfabetização funcional de adultos ao seu vínculo ao trabalho produtivo, saúde e mecanismos participativos, tomando como quadro às estruturas sociais e produtivas e a reconciliação local; tratar-se-á de ensinar ao adulto a lecto-leitura e o cálculo de maneira a dotá-lo, a partir da sua própria experiência (social, cultura, laboral, de deslocamento) de instrumentos que fortalecerão a sua capacidade de reinserção e de auto-desenvolvimento.

Alguns indicadores qualitativos e de Impacto sobre recuperação e reinserção social

Redução de analfabetismo particularmente entre meninas e jovens do meio dos reintegrados
Aumento da % de frequência escolar, sobretudo de meninas reintegradas
% e número de meninas e mulheres reintegradas com acesso a educação primária
% em tempo em horas para chegar à escola primária mais próxima, nas áreas de reintegração
% de crianças (entre 6 e 9 anos) matriculadas nas áreas de reintegração.

3. Políticas e programas

O Ministério da Educação, com a elaboração do Plano Nacional de Acção da Educação para Todos, começou a realizar os passos necessários para atingir a meta no 2015. O Plano tem três componentes: (i) infra-estruturas físicas (construção, reabilitação e equipamentos); (ii) recursos humanos (formação e capacitação regular e intensiva de quadros) e (iii) reforço da capacidade institucional, consubstanciado no processo de Administração e Gestão do Sistema de Educação.

O Plano preconiza um desenvolvimento sustentável e os passos definidos para melhorar o sistema são: (i) reformar o sistema de educação; (ii) concluir a reforma curricular; (iii) intensificar a formação e a superação de professores primários, gestores e inspectores escolares, assim como desenvolver os sistemas de controlo da qualidade do sistema educativo.

A implementação do Plano de Acção foi dividido em três períodos: a fase de Emergência (2003-2005), a fase de Estabilização (2006-2010) e a fase de Desenvolvimento (2011-2015). A primeira fase é de acção nas áreas definidas como prioritárias, como são as infra-estruturas escolares, a implementação de programas integrados de formação intensiva e inicial de pessoal docente (professores, metodólogos e gestores escolares) e o equipamento da base material de estudo (material didáctico escolar, bens e equipamento escolares). Na segunda fase prevê-se implementar na sua totalidade o novo sistema educativo, com especial relevância para a mudança da escolarização básica de 4 para 6 anos. Na terceira fase, vão se consolidar os programas, planos e projectos das fases precedentes.

Segundo o MED, a implementação integral do plano de acção até 2015 poderá custar mais de 2 bilhões de dólares, sendo cerca de 70% desse valor para custos operacionais

voltados ao aumento e melhoria das infra-estruturas escolares e 30% para custos que envolvem acções que concorrem para a qualidade integral do ensino.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

A comunidade de doadores está a apoiar as tarefas de formação de professores, a reabilitação de escolas e a provisão de material escolar. No futuro, como forma de apoiar o alcance da meta, a comunidade internacional deverá apoiar acções de capacitação em planificação a todos os níveis. O quadro de apoio dos doadores deve ser o Plano Nacional de Acção de Educação para Todos. Estes apoios devem ser focalizados á complementar os esforços do Governo, por exemplo, na construção de casas e criação de condições para professores em áreas rurais isoladas. Por outro lado, apoios técnicos para definir um curriculum forte em aspectos de aprendizagem básica também dever ser uma área onde os doadores devem focalizar os seus apoios.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Objectivo 3: Promover a igualdade do gênero e conferir poderes às mulheres

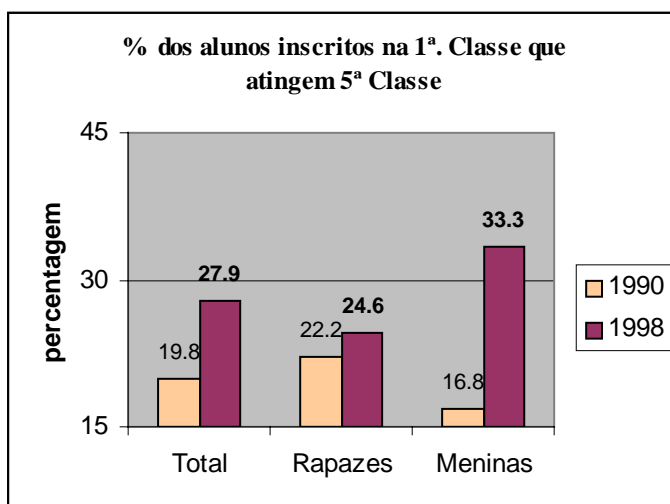
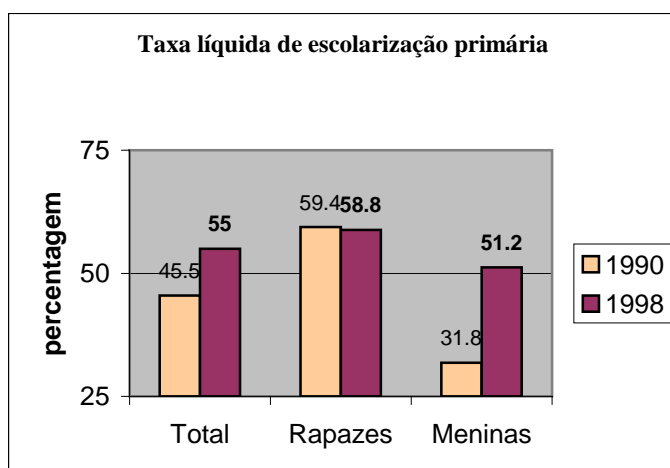
Meta 4- Eliminar as disparidades do gênero no ensino primário e conferir poderes às mulheres

Indicadores

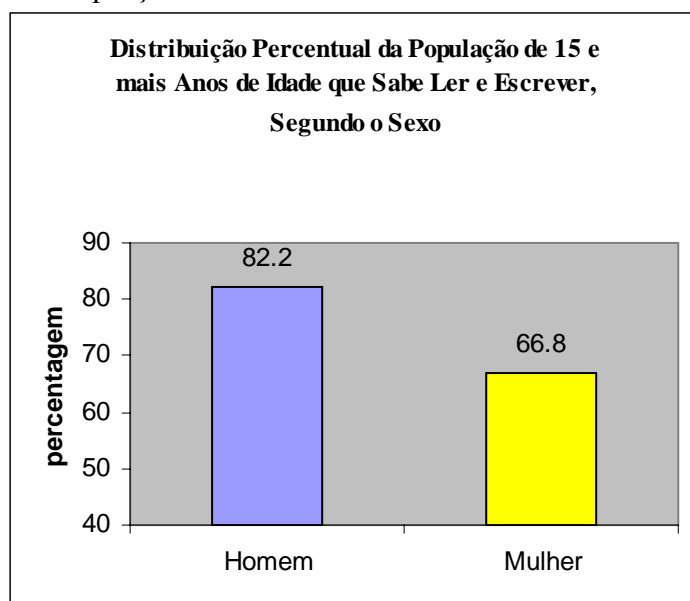
49. Proporção entre rapazes e raparigas no ensino primário, secundário e superior

50. Proporção entre mulheres e homens alfabetizados dos 15-24 anos

4.1 Proporção entre rapazes e raparigas no ensino primário, secundário e superior



4.2 Proporção entre mulheres e homens alfabetizados



1. Diagnóstico e tendência

À partida não existem grandes diferenças nas percentagens de inscrições de rapazes e raparigas em idade de frequentar o ensino primário (6 aos 9 anos). As lacunas de género começam a ser significativas a partir do II nível de base do ensino geral (ingresso aos 10 anos de idade). No ano de 2000 a percentagem de crianças que iniciaram 1ª classe e atingiram a 7ª classe é de 69.5% para os rapazes e 59.8 para as raparigas.

2. Desafios

Apresentam-se para Angola, grandes desafios no sentido de se reduzirem as disparidades e desigualdades do género, devendo ser consideradas e tratadas determinadas questões relevantes:

Disparidades Geográficas: Os benefícios da educação não são homogêneos entre as diferentes províncias e entre os grupos sócio-económicos e culturais. As crianças pobres e principalmente aquelas que vivem em áreas rurais, têm as taxas mais baixas de participação escolar, isto é, de 39%. Nos grupos etno-linguísticos n'ganguela e os tchokwe participam menos crianças na escola, do que nos grupos como os bakongo, ovimbundu e kinbundu. O país está dividido em três grandes grupos de províncias. O primeiro é constituído pelas províncias de Cabinda, Luanda, Benguela, Namibe e a Huíla que detêm as melhores taxas de escolarização do país, isto é, com taxas médias superiores a 60%. O segundo grupo detém taxas de escolarização entre 40 e 60%, o Kuanza-Norte, Lunda-Norte, Zaire Cunene, Lunda-Sul e Kwanza-Sul; e o terceiro grupo consideradas como as mais afectadas pela guerra incluem as províncias do Huambo, Bié, Uíge, Kuando-Kubango, Malange e Moxico. Constata-se que em Luanda, 50,2% dos professores do ensino primário, não possuem certificados do ensino médio, dos quais 28% são mulheres. A situação no interior tende a ser grave. A Huíla apresenta uma taxa de 93% sendo 44% mulheres.

Poucas oportunidades: Em Angola o custo da educação escolar é muito alto, mesmo para crianças.

A situação é mais penalizante para as crianças deslocadas em especial para as raparigas. Durante o período de guerra um número significativo de crianças não puderam estudar. Algumas causas que estiveram nessa origem, foram a falta de recursos por parte das famílias, limitado número de vagas nesse nível de ensino, dentro das localidades, ou inexistência de escolas e longas distâncias a percorrer.

Altas Taxas de desistências entre as raparigas: As raparigas, em todos os segmentos da população representam cerca de 29,6% das desistências escolares. Os factores que estão na base dessas altas taxas de desistências têm a ver com a participação das mesmas nas tarefas domésticas, actividades económicas para o sustento da família e no elevado índice de gravidez na adolescência com taxas 21% para raparigas com 16 anos e 61% para as de 19 anos de idade respectivamente (Rede Mulher, 2000).

Estereótipos de género: Os conteúdos, a linguagem usada, as ilustrações dos textos dos livros do ensino geral (primário, II e III níveis), reflectem e reforçam os estereótipos tradicionais de género. Os papéis atribuídos às raparigas e às mulheres são sempre secundários e meramente reprodutivos.

3. Políticas e programas

Em 2001, o Governo de Angola aprovou a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015, traduzido pelo MEC no (em esboço) **“Plano de Acção Nacional de Educação para Todos, 2001-2015”** para o mesmo período, em que se compromete aumentar, assegurar o acesso, a permanência, a qualidade das aprendizagens e a plena participação e integração de todos nas 18 províncias do país e a redução das disparidades de género.

O MEC tem um Programa Nacional de Género no Contexto do Sistema Educativo 2001-2005. A sua operacionalidade é da responsabilidade da Comissão Nacional do Género, sob dependência da Direcção Nacional do Ensino Geral

(anteriormente na Direcção Nacional do Ensino de Adultos) e recebe apoio do UNICEF.

A Comissão funciona com muitas debilidades, não recebe fundos do Orçamento Geral do Estado e conta com pouco engajamento das restantes áreas do Ministério. **Em 2000 lançou-se uma Campanha de Combate ao Analfabetismo** entre as mulheres que conta com a participação activa das igrejas, associações (com destaque para a OMA) e organizações não-governamentais. Entretanto, a meta não será atingida se não se ultrapassarem os constrangimentos identificados pelos parceiros, nomeadamente a atribuição de subsídios para os alfabetizadores e a fraca adesão de raparigas e mulheres jovens ao programa.

Em seguimento da Avaliação a Plataforma de Beijing e com o apoio do FNUAP, O MINFAMU organizou em Abril de 2001 um workshop nacional. Antecedeu o workshop um processo de consulta aos diferentes sectores do Governo e com as organizações não - governamentais, associações e igrejas para discutir a estratégia de promoção do género até ao ano 2005.

O Governo aprovou em 7 de Novembro de 2001 o **“Programa de Acção e Quadro Estratégico para a Promoção do Género até ao ano 2005”**.

Objectivos Principais do Programa de Acção e Quadro Estratégico para a Promoção do Género até ao 2005
--

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Garantir a igualdade de oportunidades para rapazes e raparigas no acesso a todos os níveis de ensino▪ Eliminar as atitudes culturais negativas e as praticas nefastas que obstaculizam a participação da mulher no domínio público e político▪ Melhorar o nível de conhecimento da população sobre saúde reprodutiva e HIV/SIDA▪ Zelar pela participação das mulheres na prevenção, gestão e resolução dos conflitos e processo de paz▪ Melhorar o estatuto da mulher para elevar a sua participação no processo de tomada de decisões políticas a todos os níveis▪ Rever o código civil, família e penal, com vista a implementação dos instrumentos jurídicos nacionais e divulgação dos instrumentos legais que protejam a mulher e criança▪ Tornar as mulheres visíveis a todos os níveis e em todos os tipos de dados▪ Melhorar a capacidade institucional do MINFAMU |
|---|

Os recursos disponíveis ao MINFAMU são insuficientes ao seu mandato. A execução da Estratégia de Promoção começará em 2003. Criou em todos os Ministérios pontos focais a nível central e local, em empresas com o propósito de garantir a integração da política de género.

Mecanismos que garantem os direitos das mulheres

- A lei Constitucional – consagra o princípio da igualdade e da não discriminação dos cidadãos baseada no sexo, filiação partidária, raça, religião (1992, está em revisão)
- Código Penal e Comercial, anteriores, a independência contêm aspectos discriminatórios. Está em curso a revisão destes instrumentos
- Lei Geral do Trabalho (2000) reconhece a igualdade de tratamento no trabalho e no emprego e sem qualquer discriminação
- Código de Família estabelece a igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres em todos os domínios da vida familiar, na educação dos filhos, divórcio e questões patrimoniais

Angola é signatária de instrumentos regionais e internacionais

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, ratificado em 1984
- Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, 1997

A Mulher e o Emprego

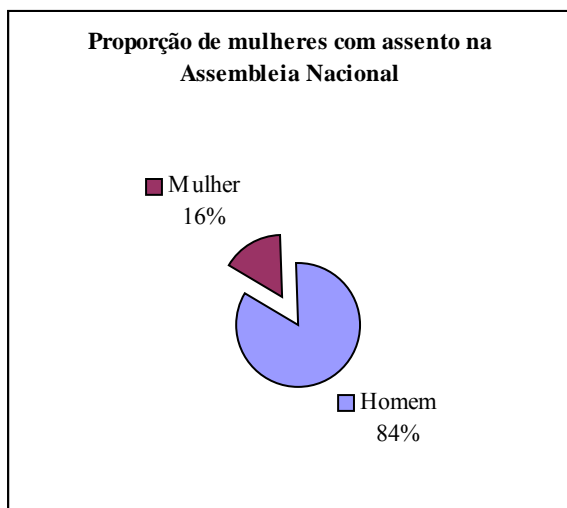
São ainda insuficientes os dados para avaliar a percentagem de mulheres com emprego remunerado fora do sector agrícola.

A taxa de ocupação das mulheres no sector informal é de 33%, com 63,5% a dedicar-se ao comércio a retalho. Estas taxas revelam o baixo nível de escolaridade das mulheres, por um lado e o difícil acesso que as raparigas têm em encontrar novos empregos, devido ao seu papel reprodutivo. Verificam-se violações sistemáticas sobretudo no que diz respeito ao direito relativo a maternidade, em que os empregadores desvinculam as mulheres durante o período de gozo de licença de parto.

Na administração Pública, em 1998 os homens ocupavam cerca de 60% dos empregos. Os homens ocupam também 66% dos cargos profissionais (técnicos médios e superiores).

As mulheres do sector formal têm dificuldades em aceder aos empréstimos bancários, devido as exigências feitas pelas instituições financeiras. Em sequência aos programas de microcrédito, em 2001 foi criado o Banco Sol que tem produtos financeiros dirigidos a mulheres, incluindo as rurais.

A Mulher e o Poder



Fonte: Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2002

As primeiras eleições livres e justas ocorreram em Setembro de 1992 e a representação de mulheres no Parlamento cerca de 16%. Algumas mulheres ocupam lugares importantes em comissões da Assembleia Nacional.

Embora se note alguma presença ao nível central, a nível provincial e local não é notório a presença de mulheres em funções de governação. Nas 18 províncias do país e os cargos de vice-governadores são ocupados por homens em sistema de nomeação.

4. Prioridades para Ajuda ao Desenvolvimento

O PNUD e a comunidade de doadores em Angola deverão apoiar os esforços do Governo de Angola para o alcance do objectivo nas seguintes áreas:

- Apoiar um programa de reforço institucional ao MEC a todos os níveis, visando a melhoria da recolha, análise, tratamento de dados e sua respectiva integração nas políticas;
- Reforçar a ligação entre o MEC e o MINFAMU, no sentido de consolidarem os esforços para a integração das questões de género na educação primária e a extensão a todos os níveis;
- Apoiar a criação de programas de incentivo a participação das meninas nas escolas no quadro do regresso das populações deslocadas e repatriadas.
- Apoiar a revisão dos conteúdos dos textos e o curriculum no sentido de reflectir uma imagem positiva sobre a igualdade de género e uma maior comunicabilidade;
- Apoiar a condução de pesquisas no sentido de se identificarem práticas culturais em função dos grupos etno-linguísticos que reforçam a disparidade de género na educação;
- Apoiar actividades de advocacia da sociedade civil sobre a educação da menina.

- Apoiar as acções que conduzam ao estabelecimento de educação profissional para as mulheres e jovens
- Promover programas de facilitação de recursos produtivos (terra, trabalho e micro-crédito) para as famílias reassentadas e repatriadas.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística		3	
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

~

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 5: Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade em menores de 5 anos

Taxas de mortalidade em menores de 5 anos, infantil
e cobertura vacinal contra o sarampo

Indicadores	1990	1996	2001	2015
Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (por 1.000 nados vivos)	292	274	250	97 ^b
Taxa de mortalidade infantil (mortes de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos)	173	166	150	57 ^b
Percentagem de crianças com 12-23 meses vacinadas contra o sarampo ^a		45,5	53,4	100 ^b

a/ O sarampo é a primeira causa de mortalidade em menores de cinco anos entre as doenças preveníveis com vacinas.

b/ Meta a ser atingida em 2015

Fonte: Ministério da Saúde e MICS 1996 – MICS 2001

1. Diagnóstico e tendências

As taxas de mortalidade em menores de 5 anos e de mortalidade infantil de Angola situam-se entre as mais altas do mundo. A diminuição da taxa durante a década de 90 foi limitada (ver tabela acima).

A malária é a principal causa de mortalidade nos menores de cinco anos, provocando, segundo o Ministério da Saúde, mais de 75 mil mortes anuais em menores de cinco anos, seguida das doenças diarreicas agudas e das infecções respiratórias agudas. Por outro lado, o sarampo é a principal causa de morbi-mortalidade entre as doenças preveníveis com vacinas, provocando entre 7 mil e 30 mil mortes cada ano. A mal nutrição, a fraca resposta em saúde materno-infantil e a ausência de saneamento básico são factores que contribuem às elevadas taxas de mortalidade.

É difícil saber se Angola está seguindo ou não a evolução necessária para atingir a meta de reduzir em dois terços a taxa de mortalidade dos menores de 5 anos para o 2015; durante a guerra muitas áreas de difícil acesso ficaram sem controlo do Governo. Com o fim da guerra e a subsequente abertura de novas áreas acessíveis, a maior notificação de casos provavelmente produzirá uma outra visão.

2. Desafios

Os desafios que Angola deverá enfrentar para poder atingir a meta estão relacionados a uma melhoria das condições de vida da população em geral e dos cuidados de saúde em particular. Assim, os desafios a enfrentar são os seguintes:

Melhorar o desempenho dos serviços de saúde: aumentando o acesso através de recuperação da rede sanitária, sobretudo nas áreas rurais e periurbanas. A cobertura vacinal deve ser completa e a melhoria da qualidade dos serviços deve basear-se na implementação da estratégia da Atenção Integrada das Doenças da Infância (AIDI) promovida conjuntamente pela OMS e UNICEF. A continuada disponibilidade de medicamento é também um elemento chave para a melhoria dos serviços.

Promover a utilização dos serviços de saúde: procurando aumentar a confiança e a procura de serviços por parte dos cidadãos, através da capacitação das comunidades no sentido de exigirem os seus direitos aos serviços essenciais de prevenção das doenças infecciosas que afectam as crianças, excluindo os pagamentos indevidos.

Melhorar o saneamento básico: através de acções de saúde ambiental orientadas para melhorar a situação nas zonas periurbanas das grandes cidades, com a remoção de lixo, reparação dos esgotos e dos sistemas de abastecimento de água potável, minimizando assim os factores que facilitam o desenvolvimento das doenças diarreicas agudas, das infecções respiratórias agudas e dos vectores de outras doenças transmissíveis.

Melhorar a situação nutricional: enfrentado as actuais situações de emergências nutricionais com mobilização de recursos próprios e internacionais. A longo prazo, deve ser promovida uma resposta multisectorial para melhorar a disponibilidade de alimentos, através do aumento da produção nacional, assegurando um nível de distribuição mínima para a satisfação das necessidades de toda a população.

3. Políticas e programas

O Ministério da Saúde conta com o Programa de Saúde Materno-infantil para as actividades de saúde infantil. O Ministério da Saúde, com apoio da OMS, está a iniciar a implementação do programa AIDI em algumas unidades sanitárias. Por outro lado, com o apoio do UNICEF e OMS, em 2003, será implementado um plano de imunização nacional contra o sarampo, que prevê a vacinação de mais de 7 milhões de pessoas (população entre 9 meses e 15 anos). Este plano, em conjunto com as actividades de vigilância epidemiológica e vacinação de rotina, formará o principal instrumento de luta contra a mortalidade infantil causada pelo sarampo.

Contudo, existem áreas como; saneamento básico, educação para a saúde e prestação de cuidados básicos, onde as actividades realizadas foram muito limitadas. No que diz respeito à prestação de cuidados básicos de saúde para as crianças, o desempenho dos mesmos não é satisfatório devido em parte, à escassez de medicamentos essenciais, de equipamentos e de pessoal treinado.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

A comunidade doadora deve apoiar a capacitação dos quadros nacionais a todos os níveis, enquanto elemento chave para o aumento da qualidade dos serviços. Deve também continuar a apoiar às campanhas de vacinação, em forma de complemento dos recursos que o Governo disponibiliza. Contudo, o desenvolvimento do sistema de vacinação de rotina deveria ser a base dos futuros apoios dos doadores, por se tratar de uma medida que visa criar uma capacidade permanente e sustentável de imunização.

Apoiar a expansão da rede sanitária, através do apoio técnico na definição e planificação da nova rede, e aumentar a capacidade de formação do pessoal, deveria ser também uma das prioridades da comunidade internacional.

5. Capacidade de avaliação e seguimento

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3

Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos	3
Mecanismos de monitorização e avaliação	3

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 6: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna

Indicadores de mortalidade materna e cobertura de partos

Descrição	1990	1995	1996	2000	2001	2015
Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por 100.000 nados vivos)	1500	1300		1850 ^a		375 ^b
Partos assistidos por pessoal de saúde qualificado do total de partos estimados (em %)			22		24	

a/ taxa de mortalidade materna na maternidade Lucrecia Paim

b/ meta a ser atingida

Fontes: Ministério da Saúde, FNUAP, UNICEF, OMS, MICS 1996 e 2001

1. Diagnostico e tendências

A informação disponível sobre saúde reprodutiva é muito limitada devido as insuficiências do sistema de informação de saúde, da ausência de pesquisas socio-demográficas e de periodicidade regular. Por conseguinte, os indicadores apresentados não podem ser considerados como representativos da realidade do país. Existem estudos que fornecem indicadores sobre mortalidade materna em algumas maternidades de Luanda, mas tão pouco fornecem indicadores válidos por não considerarem o período total de gestação e de pós-parto. Contudo, os poucos dados disponíveis (ver tabela) sugerem que as taxas de mortalidade materna são muito elevadas, e que o acesso aos cuidados obstétricos é muito limitado. Não existem bases para poder concluir que houve avanços ou retrocessos nos últimos anos. Os dados não são compatíveis e ainda hoje o MINSA usa dados muito diversos sobre as taxas de mortalidade materna. Em 2002, a taxa de mortalidade materna em diferentes maternidades de Luanda variou entre 1.850 e 2.200 em 2000. As principais causas desta mortalidade foram as hemorragias e os transtornos hipertensivos da gravidez.

Por outro lado, as taxas de partos institucionais são inferiores a 30% (ver tabela acima). Entre os factores que podem explicar esta baixa taxa de cobertura de partos e a limitada utilização de serviços de saúde estão: em primeiro lugar, a retracção da rede sanitária causada pela guerra; em segundo lugar, a fraca qualidade dos serviços, ligada directamente à falta de medicamentos; em terceiro lugar, o inadequado sistema de referência, que faz das grandes maternidades centros sobrepovoadas; em quarto lugar, a falta de pessoal qualificado; e por último, as barreiras de tipo económico, como os pagamentos que se realizam nas unidades sanitárias.

2. Desafios

A magnitude do problema exige de Angola a realização de um enorme esforço para melhorar o desempenho das actividades de saúde materna, no quadro de uma melhoria necessária dos cuidados gerais de saúde para a população. Especial atenção deverá ser dada aos seguintes desafios:

Formação e reciclagem do pessoal de saúde: deve ser mudada a abordagem dos serviços terapêuticos para serviços preventivos e de promoção de saúde, através de actividades de pesquisa activa dos casos a fim de realizar o acompanhamento integral do período reprodutivo, sobretudo nas zonas rurais, que estiveram várias décadas sem acesso aos cuidados regulares de saúde. Especial atenção deverá ser dada à formação de técnicos de saúde para as áreas rurais, onde à médio prazo e por ausência de médicos, estes técnicos deverão colmatar as funções de médicos.

Criação de condições para os partos e tratamento das complicações: deverá haver um maior progresso no acesso das populações aos serviços, uma reorganização do sistema de referência e uma melhoria na qualidade de toda a rede periférica. Em particular deverão equipar-se adequadamente maternidades, centros e postos de saúde, por forma a garantir-se a disponibilidade permanente de medicamentos e material médico essenciais.

Melhorar o acesso aos serviços: barreiras de tipo geográfico e económico deverão ser eliminadas.

IEC, com especial atenção para as ITS e para o SIDA: promover o conhecimento das doenças e sua forma de prevenção e realizar actividades de planeamento familiar.

Definição de normas e protocolos de tratamento: devem ser definidos os padrões nacionais dos serviços a prestar, detalhando os protocolos a seguir e dotando as unidades de formação e recursos necessários para implementá-los.

Mobilização de recursos: É evidente que para além de um aumento de recursos gerais para o sector, é necessária uma redistribuição dos recursos entre os diferentes níveis de atendimento.

3. Políticas e programas

A Direcção Nacional de Saúde Pública elaborou o Plano Estratégico Nacional de Saúde Reprodutiva para o período 2002 –2007, avaliado em mais de 48 milhões de dólares. As áreas de intervenção do plano incluem a assistência aos cuidados obstétricos (acompanhamento antes, durante e depois do parto), o planeamento familiar, o tratamento das DTS/ SIDA, a saúde reprodutiva para adolescentes e a prevenção do cancro ginecológico.

Os recursos disponibilizados para o programa de saúde reprodutiva (geridos à nível central) foram de 240 mil dólares no ano 2001, enquanto que o programa de parteiras tradicionais e promotores de saúde rural contou com 138 mil dólares no mesmo ano.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

Até a data presente, o FNUAP tem apoiado as actividades do programa de saúde reprodutiva através do fornecimento de kits de medicamentos e material médico-cirúrgico à todas maternidades de diferentes níveis, e do apetrechamento técnico de centros e postos de saúde. Além deste apoio, o FNUAP tem realizado actividades de formação. O UNICEF forneceu apoio com kits para parto seguro, kits para parteiras, treinamento para parteiras, apoio para comités de redução de mortalidade materna,

apoio para auditorias de morte materna, estudos e alguns equipamentos para maternidades.

Os futuros apoios dos parceiros deveriam contribuir na implementação do plano estratégico, focalizando os esforços nas áreas de formação do pessoal e no apoio à definição da rede sanitária para otimizar a resposta à necessidade de aumento do acesso da população.

Como complemento das acções do Governo, a comunidade doadora deveria redobrar os esforços direccionados para os grupos populações vulneráveis, nomeadamente a população reassentada, as famílias dos ex-combatentes e as mulheres que moram nas novas áreas acessíveis. Para isto, deveriam apoiar a implementação de um pacote de serviços básicos para esta população alvo, sem esquecer o apoio ao esforço que deverá ser feito para a recuperação da rede sanitária periférica em geral e das maternidades em particular.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças

Meta 7: Travar a disseminação do HIV/SIDA, até 2015 e dar início à sua erradicação.

Prevalência de VIH/ SIDA em alguns grupos de população em Luanda em 2001

Grupo de população	Prevalência (%) de VIH/ SIDA
Mulheres em consulta pré-natal	8,6
Mulheres trabalhadoras de sexo	32,8
Doentes com tuberculose ^b	10,4

a/ Estudo realizado nas maternidades Lucrecia Paim e Augusto N'Gangula em Luanda e em Viana

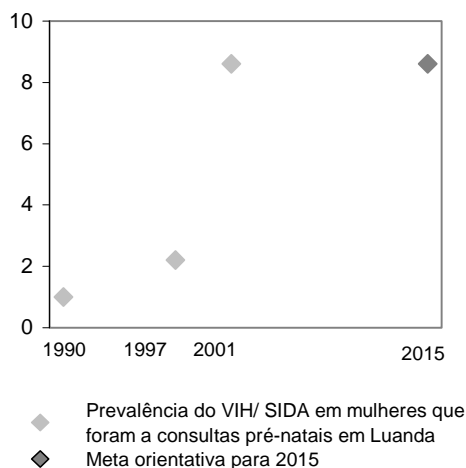
b/ Estudo realizado no hospital da Divina Providência de Luanda

Fonte: Ministério da Saúde

1. Diagnóstico e tendência

Os dados disponíveis sobre a pandemia do VIH/ SIDA em Angola limitam-se a alguns estudos sobre seroprevalência e factores de risco em determinados grupos de população de Luanda. Contudo a tendência que apresenta a prevalência do VIH/ SIDA

Prevalência do VIH/ SIDA entre mulheres grávidas em Luanda (%)



Fonte: Ministério da Saúde

num estudo realizado com mulheres que foram a consultas pré-natais, indica que a expansão do vírus parece ser muito rápida, tendo passado de 3,4% em 1999 a 8,6% em 2001 (ver gráfico à esquerda).

Assumindo que esta taxa é representativa, entre os possíveis factores que podem explicar este rápido aumento, estão aqueles relacionados com aspectos demográficos, nomeadamente o processo de rápida urbanização, migrações e deslocações forçadas causadas pela guerra, aspectos ligados a hábitos sexuais, sobretudo a multiplicidade de parceiros sexuais e a não utilização de preservativos, aspectos biológicos, como a elevada presença de infecções de transmissão sexual¹ (ITS), aspectos de política sanitária, caracterizada

pela fraca resposta às exigências do combate a pandemia, quer em termos de acesso das populações a cuidados de saúde quer a limitada qualidade dos serviços prestados, e finalmente a aspectos socio-económicos, em particular a pouca procura de serviços de saúde por falta de confiança, o fraco conhecimento da doença e a falta de recursos financeiros para fazer face aos custos requeridos.

¹ A taxa de prevalência da Sífilis num estudo realizado em mulheres que foram a consultas pré-natais em maternidades de Luanda foi de 19%. No mesmo estudo, os resultados na Huíla foram de 18,5% e em Benguela de 13,9%. PNLS, 2001;

2. Desafios a enfrentar

Angola deve enfrentar enormes desafios para poder minimizar os efeitos da pandemia do VIH/ SIDA. Caso não haja uma resposta rápida e contundente a respeito, Angola corre o risco de atingir taxas de prevalência da magnitude de alguns dos países da região, com todas as consequências socio-económicas associadas. As áreas que devem ser enfrentadas são as seguintes:

Fortalecimento das acções de Informação, Educação e Comunicação: os dados fornecidos pelo inquérito de indicadores múltiplos revelam um vasto desconhecimento de até 80% da população de como prevenir a infecção do HIV/SIDA. Este facto, assim como também o baixo nível de utilização de preservativos, indica que sensibilizar e informar a população é uma necessidade urgente.

Prevenção da transmissão: incluindo acções para evitar a transmissão perinatal, a transmissão por via de transfusões de sangue e por via sexual. Dentro do grupo da prevenção da transmissão via sexual, devem-se focalizar esforços em actividades de informação, educação e comunicação de grupos específicos vulneráveis, entre os quais, Angola deve ter uma especial atenção para com os militares, os mineiros e os roteiros, para além dos habituais grupos.

No que diz respeito à prevenção, a expansão do manuseamento sindrómico das ITS dentro dos serviços prestados pelas unidades sanitárias deve ser uma prioridade.

Apoio ao diagnóstico: devem ser criados meios de diagnóstico em laboratórios, dando resposta as necessidades de diagnóstico do VIH/ SIDA e das ITS.

Disponibilizar medicamentos para o tratamento: devem ser criadas condições para que sejam disponibilizados medicamentos para o tratamento das doenças oportunistas, das ITS e antiretrovirais para as pessoas que vivem com o VIH. No que diz respeito a introdução de tratamento com antiretrovirais, deverá ser feito um grande esforço de maneira a serem criadas condições para o acompanhamento e supervisão dos tratamentos, através de acções de formação de prescritores e disponibilização dos equipamentos de laboratório necessários.

Diminuição do impacto individual e social: através do melhoramento do acesso à atenção médica e psicossocial, promovendo a defesa dos direitos humanos através do desenvolvimento de uma lei que proteja os direitos dos portadores do VIH e o fortalecimento de iniciativas de autoapoio e apoio social aos afectados pela doença (órfãos, crianças infectadas, etc.).

Fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica: promovendo estudos sobre seroprevalência, melhorando o acesso da população aos testes voluntários e monitorando a prevalência nos postos sentinelas.

3. Políticas e programas

Ciente da magnitude da pandemia, Angola, embora de maneira insuficiente, iniciou a mobilização de recursos para iniciar a luta contra VIH/ SIDA com a criação da Comissão Nacional da Luta contra a SIDA (CNLS). Esta comissão, criada à luz do Plano Estratégico Nacional contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis, VIH e SIDA, visa criar uma resposta multisectorial à pandemia e conta com um órgão a nível político e um grupo técnico integrado na Direcção Nacional de Saúde Pública.

Entre os principais programas que já foram iniciados destacam os de Informação, Educação e Comunicação, com actividades de sensibilização e promoção do uso de preservativos, apoios ao Centro Nacional de Sangue no que diz respeito a biosegurança transfusional, disponibilização de testes rápidos em algumas unidades sanitárias, e a construção do Centro de Aconselhamento e Testagem rápida na capital. Salienta-se que a despesa pública para com o SIDA, realizada através do programa de combate ao SIDA gerido pelo Ministério de Saúde, foi de 2,6 milhões de dólares em 2001.

Para o combate à transmissão vertical, existe um projecto piloto que vai começar a ser implementado em 2003 nas maternidades de Luanda, Cabinda, Benguela e Huíla.

Tendo em conta a magnitude presente do problema, os factores que afectam a expansão da pandemia e os escassos recursos mobilizados para fazer face à situação, acções mais contundentes e de implementação generalizada devem ser já operacionalizadas, dentro de um plano de acção multisectorial o qual deveria contar com um aumento substancial dos recursos disponibilizados.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

Os esforços da comunidade internacional para a luta contra o VIH/ SIDA devem ser direccionados no desenvolvimento e implementação de um plano de acção multisectorial credível e factível, que operacionalize o plano estratégico, dando apoio aos quatro passos necessários para pô-lo a trabalhar: diagnóstico completo, programação, adequação dos programas à realidade nacional e sua operacionalidade.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			√
Qualidade da informação dos inquéritos recentes		√	
Capacidade de acompanhamento estatístico			√
Capacidade de análise estatística			√
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			√
Mecanismos de monitorização e avaliação			√

Meta 8.1 : Travar a existência da malária e de outras doenças importantes até 2015 e dar início à sua erradicação

Incidência da malária

Indicador	1990	1997	1998	1999	2000	2010	2015
Taxa de incidência da malária (número de casos notificados/número de habitantes *100)	9	14	12	23	16	7 ^a	5 ^b

a/ meta esperada em 2010 (redução de 50% da incidência actual)

b/ meta a ser atingida em 2015 (redução até 33% da incidência actual)

Fonte: Ministério da Saúde

1. Diagnóstico e tendência

A malária é a principal causa de morbi-mortalidade em Angola, sendo endémica em praticamente todo o território nacional. Os dados disponíveis sobre a incidência da malária indicam que, na década de 90, pelo menos um de cada dez angolanos tinha um episódio de malária por ano. Este indicador é baseado nos casos notificados ao sistema de informação de saúde. Tendo em conta as fraquezas do actual sistema de informação, é provável que a realidade apresente um prevalência superior.

Para o serviço nacional público de saúde, a malária representa 35% da procura de serviços curativos e é a principal causa de mortalidade entre os menores de cinco anos. A malária, junto com as diarreias e as infecções respiratórias agudas, representam 90% das causas de doença do país. A atenção prestada a estas doenças, em termos de distribuição de recursos, não é consistente com a importância das mesmas para a saúde pública. Este facto reflecte-se na prioridade dada às grandes unidades sanitárias e às evacuações médicas ao exterior.

2. Desafios

Angola deve apostar fortemente na luta contra a malária na base do movimento do Roll back Malaria e na declaração de Abuja do 2000. Os objectivos do Programa Nacional de Combate a Malária definem a meta de reduzir a mortalidade por malária em 50% até 2010 e reduzir a incidência até um terço da actual em 2015. Para poder alcançar estas metas, os desafios que Angola deve enfrentar são os seguintes:

- **Diagnosticar e tratar correctamente:** estima-se que Angola tem três milhões de casos de malária anualmente, dos quais 10% são graves. No que diz respeito ao sector da saúde, criar as condições para dar uma resposta adequada no diagnóstico e tratamento dos casos constitui um dos principais desafios contra a doença.
- **Recuperar as unidades sanitárias:** a rede periférica, o sistema de referência e o envolvimento da comunidade é uma necessidade dentro da organização dos serviços de saúde com impacto directo na prevenção e tratamento dos casos de malária.
- **Massificação da prevenção:** é necessário realizar acções preventivas contra o vector e outros determinantes da malária. Estas acções devem ser realizadas de maneira generalizada e continuada.

- **Coordenação multisectorial:** o combate a malária não vai ter sucesso sem a cooperação de outros sectores fora do âmbito da saúde. Educação, meio ambiente, água e saneamento são sectores chave que devem ser envolvidos no combate à malária.

Segundo a projecção das despesas do Ministério da Saúde, para fazer face aos desafios concernentes à Malária, sem contar com as despesas de salários e infra-estruturas, serão necessários mais de 12 milhões de dólares anuais.

3. Políticas e programas

A luta contra a malária é liderada pelo Programa Nacional de Combate a Malária. O programa ainda não conta com um instrumento de gestão como o plano estratégico mas a intervenção tem estado enquadrada em planos de acções anuais, inspirados e consistentes com as actividades do Roll Back Malaria e metas da declaração de Abuja. Nos planos de acção, as componentes definidas são as seguintes:

- **Manuseamento de casos:** incluindo a disponibilização dos recursos humanos, materiais e financeiros para cobrir as necessidades de diagnóstico.
- **Luta anti-vectorial:** implementando de maneira geral acções de controlo do vector e medidas de prevenção para a população, tais como a expansão da utilização dos materiais impregnados.
- **Pesquisa operacional:** realizando estudos de quimiorresistência e de eficácia das medidas preventivas.
- **IEC e mobilização comunitária:** procurando melhorar o conhecimento, atitudes e práticas das pessoas e comunidades com respeito à transmissão e medidas curativas e preventivas da malária.
- **Vigilância epidemiológica e controlo de epidemias:** criando os instrumentos de controlo da malária e aumentando a capacidade de resposta as epidemias.

Salienta-se que em breve Angola deixará de utilizar a cloroquina como medicamento de primeira linha em crianças menores de 13 anos por se registrar uma resistência deste medicamento em mais de 50% neste grupo etário, passando a usar a amodiaquina num período de transição de 3 anos. Posteriormente, evoluir-se-á para a terapia combinada: amodiaquina mais fansidar, amodiaquina mais artemisinina e a artemisinina mais coaten.

4. Papel da ajuda internacional

A ajuda internacional tem jogado um papel importante nas actividades que são realizadas de combate e controlo à malária. A comunidade de doadores está a trabalhar no Programa de Combate à Malária, implementando vários projectos financiados pela OMS, UNICEF e USAID. Estes projectos realizam sobretudo actividades que promovem as medidas preventivas, curativas e a pesquisa operacional.

Por outro lado, os esforços financeiros e sobretudo técnicos devem ser orientados ao reforço das capacidades nacionais do sector, apoiando no médio prazo o serviço nacional de saúde, visando, no longo prazo, a criação de uma verdadeira capacidade de resposta em todos os níveis.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes		3	
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Meta 8.2 : Controlar e começar a inverter a tendência actual da tuberculose

Incidência da tuberculose, 1996-2001

Indicador	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Novos casos notificados	15.132	15.058	14.304	11.380	14.732	19.703

Fonte: Ministério de Saúde

1. Diagnóstico e tendências

A informação disponível sobre a incidência da tuberculose em Angola não reflecte a realidade sobre a doença, tendo em conta que, segundo a OMS, menos do 35% dos casos são notificados. Contudo, estimativas do Programa Nacional de Controlo da Tuberculose (PNCT), baseadas no número de casos notificados, apontam uma incidência entre 120 e 130 casos por 100.000 habitantes nos últimos anos. Desde 1999, a notificação de casos foi aumentando, passando de 11.380 casos nesse ano a 19.703 em 2001. Esta tendência deve-se ao início da implementação de DOTS (Tratamento Curto Directamente Observado). Por outro lado, com base nos dados do Programa da Luta contra o VIH/ SIDA, no ano 1998, a prevalência do VIH nos doentes com tuberculose era aproximadamente 19%, mostrando a relação existente entre ambas infecções.

O PNCT definiu como meta o diagnóstico de 70% dos casos até 2007. Esta meta significará um aumento substancial nas notificações.

2. Desafios

Os esforços que Angola deve fazer para lutar contra a tuberculose terão as dificuldades acrescidas de contar com níveis de educação baixa, combinados com extrema pobreza, a resistência do bacilo aos tuberculostáticos, a limitada capacidade do controlo

laboratorial da doença e a co-infecção com o VIH-SIDA. Na área da luta directa contra a doença, os desafios a enfrentar serão os seguintes:

- **Melhoria do diagnóstico laboratorial:** para conhecer a amplitude da infecção, o controlo dos focos e obter um tratamento eficaz, devem ser criadas condições para um diagnóstico laboratorial correcto. Para o mesmo, é urgente uma melhoria nos equipamentos laboratoriais, a disponibilidade continua de reagentes, a standardização da metodologia para o exame baciloscopia, a activação de acções de controlo de qualidade e a formação dos técnicos encarregados do diagnóstico.
- **Expandir o tratamento:** através do aumento do número de unidades sanitárias utilizando a metodologia dos DOTS (apenas 44 dos 164 municípios do país contam com unidades de DOTS na actualidade). Áreas muito povoadas, como os bairros periurbanos ou de concentração de população, como os campos de refugiados, devem ser priorizados na primeira fase. Um elemento chave para a eficácia do tratamento é a disponibilidade continuada de tuberculostáticos.
- **Incorporação e formação de novos técnicos:** a expansão dos DOTS em todas as unidades sanitárias deverá contar com a colocação de técnicos de saúde e com a reciclagem dos técnicos existentes. Em particular os aspectos de prevenção e promoção de saúde deverão ser reforçados.
- **Mobilização de recursos:** No ano 2001, o Programa Nacional de Controlo da Tuberculose e Lepra, integrado na Direcção Nacional de Saúde Pública, contou apenas com 1,6 milhões de dólares. Embora haja apoios da comunidade internacional, a expansão necessária dos DOTS, a criação de condições laboratoriais e as necessidades de formação precisarão de um aumento substancial de recursos.

3. Políticas e programas

O instrumento principal do Governo para combater a tuberculose é o PNCT. Entre as iniciativas do programa, destaca-se a implementação da estratégia DOTS, que começou em 1996 e que actualmente está em funcionamento em 54 unidades sanitárias em 44 municípios. A eficácia destas medidas, avaliadas em taxas de doentes tratados e curados dos que seguiram o tratamento, estão entre 26% e 50%, segundo a análise do estado de implementação das DOTS.

Os passos a seguir do PNCT são a expansão do tratamento por via de DOTS a todo o território nacional até 2007. Para isso, o Programa contará com o apoio técnico da OMS. A colaboração e coordenação de acções com o Programa de luta contra o VIH/SIDA merecerá uma atenção especial. Com a expansão da capacidade de diagnóstico e tratamento, espera-se que até 2007, 70% dos casos sejam notificados, dos quais 85% curados.

4. Papel da ajuda internacional

A ajuda internacional tem desempenhado um papel importante no combate à tuberculose através do apoio técnico e financeiro na implementação de DOTS.

O apoio dos doadores é preciso para poder assegurar os fundos adicionais necessários para implementar as acções definidas, no qual o Governo deve assumir o papel como principal responsável do programa.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Meta 8.3 : Controlar e começar a inverter a tendência actual da tripanossomiase

Incidência da tripanossomiase: novos casos notificados 1990-1998

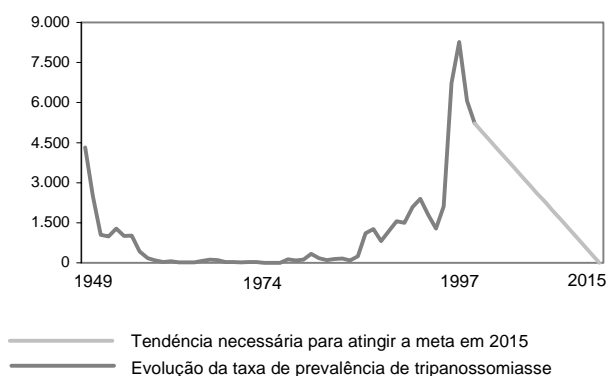
Indicador	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Casos notificados de tripanossomiase	1.498	2.094	2.406	1.796	1.274	2.110	6.726	8.275	6.068

Fonte: Ministério de Saúde

1. Diagnóstico e tendência

Na década dos 70, a tripanossomiase estava totalmente controlada em Angola, com incidências insignificantes (ver gráfico embaixo). O controlo da doença no período

Evolução da incidência de tripanossomiase 1949 - 1999 e tendência necessária para atingir a meta em 2015



Fonte: Ministério da Saúde

colonial foi fruto de um enorme investimento em recursos humanos, materiais e financeiros durante muitos anos.

A actual situação caracteriza-se pela limitada eficácia do controlo vectorial (mosca tsé-tse) devido ao limitado acesso causado pela guerra. Este facto descontrolou novamente a doença, atingindo mais de 8.000 novos casos no fim da década de 90. Actualmente, a

mosca tsé-tse habita em treze províncias do País, excepto Huambo, Bié, Namibe, Huíla e Cunene, e as notificações indicam que em cada ano há, pelo menos, mais de 5.000 casos novos. A fraqueza do sistema de informação de saúde não permite afirmar que a baixa taxa de incidência registada entre 1997 e 1998 seja reflexo do melhoramento no combate e controlo da doença.

2. Desafios

A evolução da doença do sono na década de 60 e 70 demonstrou que é factível o controlo da incidência da mesma. Contudo, devem-se mobilizar recursos e manter o esforço durante anos para poder controlar a doença. Os principais desafios a enfrentar são os seguintes:

Diagnóstico e tratamento de casos: através da expansão das unidades de diagnóstico (aumentar o número de população prospectada) e tratamento nas áreas de risco, facilitando os reagentes para realizar os testes, realizando pesquisa activa de casos e garantindo a disponibilidade de medicamentos. É fundamental melhorar o desempenho destas medidas para poder diagnosticar a doença no seu estado precoce e assim evitar as graves consequências do tratamento tardio.

Formação de técnicos: para que o controlo efectivo da doença seja preciso e eficaz, será necessário contar com pessoal altamente qualificado. É fundamental reconhecer o estado de situação da doença e saber acompanhar o tratamento. Para isto, deverão implementar-se programas de formação continua dos técnicos, abrangendo também os técnicos dos postos de saúde fixos e os responsáveis pela pesquisa activa dos casos.

Luta anti-vectorial: implementando medidas preventivas, através de armadilhas para o controlo do vector e outras medidas para o corte da cadeia de transmissão. O recurso fundamental para ter sucesso neste campo é a participação comunitária. Devem ser envolvidas as comunidades das zonas de maior risco, criando e mantendo as suas próprias medidas. Este desafio irá requerer acções de informação, educação e comunicação, sobretudo naquelas áreas rurais onde os serviços de saúde não estavam presentes durante muitos anos. É importante coordenar as actuações a nível regional, com especial atenção nas fronteiras.

Vigilância epidemiológica: através da adopção de um posicionamento pro-activo de busca activa de casos. Isto implicará a implementação de protocolos para que as pessoas infectadas sejam diagnosticadas correctamente e consequentemente sejam activados os mecanismos de informação necessários para controlar a doença.

3. Políticas e programas

O Instituto de Combate e Controlo da Tripanossomiase (ICCT) funciona com uma lógica de intervenção vertical, criando as condições de combate à doença desde o nível central, através de algumas unidades móveis e contando com um centro nacional de tratamento em Viana. Apesar desta lógica vertical, são as unidades sanitárias das capitais provinciais que tratam os doentes, deixando as actividades preventivas muito

aquém das que seriam necessárias. O ICCT conta com um plano estratégico para o período 2002-2005, o qual assinala como objectivo a eliminação da tripanossomiase como problema de saúde pública.

O Instituto de Combate a Tripanossomiase, à diferença dos outros programas verticais, conta com autonomia financeira do Ministério da Saúde. Este facto permite ter uma maior capacidade de resposta às necessidades através de mecanismos de gestão mais flexíveis, para além de ter uma mais rápida disponibilidade de recursos financeiros. No ano 2001, o MINSA gastou 3,3 milhões de dólares no Programa de combate a Tripanossomiase e Schistomiase.

4. Papel da ajuda internacional

A comunidade internacional tem vindo apoiar o ICCT sobretudo na área de formação de técnicos e tratamento, destacando-se a cooperação da Bélgica, França e da Organização Mundial da Saúde.

Os futuros apoios dos doadores devem ser enquadrados no plano estratégico do ICCT. Dentro dos apoios a prestar, torna-se necessário a criação de capacidade técnica para operacionalizar o plano estratégico.

Saúde, recuperação e reinserção social

As políticas globais de saúde do Governo de Angola apoiam a descentralização. Neste quadro, há urgentes necessidades de iniciativas locais que possam (re) organizar os sistemas municipais de saúde, os quais terão um papel preponderante no apoio a (re) fixação das populações repatriadas e deslocadas, assegurando serviços básicos e estimulando os investimentos de outros sectores relacionados com a Saúde.

A orientação em matéria de saúde e saneamento ambiental é baseada na promoção de cuidados de saúde primários, marcados pela (re) organização e (re) programação da rede de serviços municipais de saúde, principalmente:

- Recuperação nutricional;
- Materno-infantil;
- Projeção e saneamento ambiental;
- Doenças de alta incidência e doenças potencialmente endêmicas;
- Reabilitação de diminuídos físicos;
- Saúde Mental;

Neste contexto, este enfoque promove nas áreas de reinserção social o desenvolvimento de acções de Cuidados de Saúde Primários, num quadro operacional de planificação e programação municipal, a implementação das actividades de saúde numa perspectiva integral de recuperação económica, educacional e de saneamento ambiental das populações alvo, o desenvolvimento e sistematização das experiências piloto de organização e desenvolvimento dos serviços de saúde municipais de acordo as suas características reais, e a necessária projecção a nível provincial e nacional e coordenação dos programas de saúde das organizações governamentais e não-governamentais em apoio às áreas de reinserção.

Este enfoque de incorporação da recuperação e da reinserção social nas metas de desenvolvimento do milénio recomenda que os programas, iniciativas e actividades em favor do grupo-alvo promovam e apoiem o/a:

- Planeamento e programação municipal das acções de saúde, incluindo a recuperação do sistema municipal de saúde através da reabilitação e reactivação dos estabelecimentos de saúde.
- Presença e/ou ampliação dos serviços de saúde, administrados de forma conjunta, participativa e localmente (população alvo, ONG's, Igrejas, outras), todos eles desenvolvendo Cuidados de Saúde Primários de forma sistemática, com programas e actividades definidas, o que permitirá contribuir a (re) organização de uma rede municipal de serviços que de forma integral resolva os problemas de saúde da população alvo, dentro do contexto das políticas nacionais de saúde concretizadas a nível local, nos sistemas municipais de saúde.
- Promoção e organização comunal da saúde, através do apoio a organização de saúde a nível das comunas através dos Comités de saúde, integrados pelos líderes de saúde comunal e os promotores formados escolhidos pela comunidade;
- Criação de sistemas integrados de produção com o objectivo de melhorar os rendimentos, a dieta alimentar e a nutrição dos agregados familiares, através da formação de voluntários, elaboração de diagnósticos nutricionais locais, produção de quintais caseiros, comunais e cria de animais;
- Iniciar e/ou incrementar a cobertura de cuidados materno-infantil na globalidade das áreas de reinserção apoiando a formação de auxiliares de enfermagem, parteiras tradicionais e promotores de actividades materno- infantis, imunização e re-hidratação oral;
- Apoiar o desenvolvimento da formação em Saúde nas áreas de cuidados de saúde primários (técnicas e administrativas) que facilitem uma melhor execução das actividades, acompanhadas de um processo sistemático de supervisão e avaliação que assegure que a formação esteja adaptada às necessidades reais da população alvo. Para assegurar a continuidade do sistema municipal de saúde a promoção da formação em saúde no seio da população dos municípios de reinserção é fundamental. ;
- Saneamento ambiental através da implementação de medidas para tornar a água potável, a construção de sistemas de abastecimento de água e aumento de cobertura no escoamento e tratamento dos resíduos sólidos e líquidos, serão medidas a impulsionar a curto e médio prazo nas áreas de reinserção;
- Proporcionar-se aos sistemas municipais e comunais de saúde, nas áreas de reinserção, infra-estrutura e equipamento de saúde incluindo insumos básicos que lhes permitam desenvolver actividades de saúde bem como a (re) construção de infra-estrutura básica;

- Apoio à recuperação física e mental e a integração da população alvo em actividades produtivas, facilitando um melhoramento do tratamento curativo e de recuperação dos serviços especializados;

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Documentos consultados

Metas	Pessoas chaves contactadas	Documentos
Educação Primária Universal	Mbala Zanaga (GEPE – MEC) Francisco Basili (UNICEF)	- Opções para a reconstrução do sistema educativo, Ministério de Educação e Cultura, UNCESO, UNICEF; 1993 -
VIH-SIDA	Dra. Dulcelina Serrão (PNLS) Dr. Pedro del Campo (Consultor da UE no Ministério da Saúde) Dr. Alberto Stella (ONUSIDA)	- Plano Estratégico Nacional para as DST/VIH/SIDA em Angola - Estratégia de introdução da terapia anti-retroviral na luta contra o VIH/ SIDA - Estudo epidemiológico sobre seroprevalência e factores de risco de VIH, Hepatite B e Sífilis em mulheres grávidas em consulta pré-natal nas maternidades de Luanda, Huíla e Benguela - Percepções dos Angolanos sobre o VIH/SIDA e seus níveis de desenvolvimento humano, Governo de Angola – PNUD, 2001 - Resposta Nacional Multisectorial em Angola
Mortalidade nos menores de 5 anos	Dr. Óscar Castillo (UNICEF)	-
Mortalidade Materna	Dra. Elsa Ambriz Dra. Antonica Hembe (FNUAP)	- Plano Estratégico de saúde Materno-infantil -
Malária	Dr. Filomeno Fortes Dr. Nilton Saraiva	- Plano de acção do Programa Nacional de Controlo da Malária, 2002-2003 - Roll Back Malaria, Plano de Acção para Angola
Tuberculose	Dra. Conceição Palma (PNT) ONG CUAMM	- Revisão da estratégia do Programa Nacional de Controlo da Tuberculose - Relatório de Actividades 2001; Programa Nacional de Controlo da Tuberculose -
Tripanossomias e	Director ICCT	- Linhas gerais do Plano estratégico do ICCT 2000 – 2005 -
Consulta geral	Saúde: Dr. Nzima Victor Educação: Jaime Franco OMS: Dra. Balbina Félix Dados MICS: Jean Dupraz	- Angola: Os desafios do Pós-guerra (a ser apresentado na Terça-feira 24 de Setembro) - Estudo de pré-investimento do sector da saúde, Relatório Final, Agosto 1992 - Folha de Informação rápida – Resultados do MICS 2; INE, 2001 - O Financiamento Público dos Sectores Sociais em Angola, PNUD, UNICEF, OMS; 2002 -

Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 9: Integrar nas políticas e programas nacionais os princípios de desenvolvimento sustentável e pôr termo à perda de recursos ambientais

Evolução de alguns indicadores ambientais

Indicador	1990	2003	2015
Percentagem de terra arável protegida para manter a diversidade biológica.	7,0	7,0	12,0
Percentagem de terra arável coberta por floresta.	ND	2,0	ND

Fonte: Ministério Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

1. Diagnóstico e tendências

Angola é um País rico em recursos faunísticos e florestais. Contudo a falta de políticas coerentes de exploração florestal sustentável, a escassez de combustível doméstico nas zonas rurais, levou ao incremento nos últimos anos, da tendência de utilização irracional dos bosques e florestas naturais, para a extração de madeiras com fins energéticos . Como consequência, assiste-se a devastação da floresta, degradação dos solos e a perda acelerada da diversidade biológica. Reconhecendo o impacto significativo que a modificação dos factores ambientais produz sobre os recursos naturais, saúde, qualidade de vida das populações, comunidades submetidas a desequilíbrios naturais ou provocados e actividades económicas, a degradação dos solos, a poluição e a perda da diversidade biológica, fazem parte das preocupações nacionais prioritárias.

Factores de carácter natural ou antropogénico, acumulados no decurso dos anos, têm provocado processos que afectam parte significativa do território nacional, agravados com problemas de acidez, salinidade, falta de drenagem e outros factores que conduzem a processos de desertificação. A poluição das águas marinhas, solos e ar tem-se agravado nos últimos anos, devido ao escoamento dos resíduos líquidos e à libertação de gases sem tratamento prévio.

A perda da diversidade biológica deve-se a causas diversas como inadequada gestão de florestas e bosques, agricultura intensiva, fraca rotação de cultivos, deficiente controlo do comércio e posse ilícita de espécies naturais, caça furtiva e falta de fiscalização sobre cumprimento da legislação vigente, agravada pelo baixo nível de consciência e educação ambiental.

2. Desafios

É necessário priorizar a conciliação de determinadas práticas de agricultura intensiva com uma agricultura sustentável baseada num constante apoio científico e tecnológico ambientalmente sustentável.

Para garantir melhor eficiência no tratamento da poluição e segurança química é necessário aplicar as directrizes do Protocolo de Montreal que visam eliminar, até o ano 2010, as substancias que destroem a camada de ozono, acelerar o processo de implementação do projecto de produção de gaz natural para reduzir a libertação de gases com efeito de estufa na atmosfera, produzida pela indústria petrolífera; promover

o uso eficiente das fontes renováveis de energia no balanço energético nacional e conseguir soluções tecnológicas que permitam priorizar o uso da biomassa, da hidro-energia e das energias eólica e solar.

Devem ainda ser adoptadas medidas que visem promover a protecção especial dos ecossistemas e habitats naturais de alta diversidade genética e/ou com características de fragilidade (o caso dos mangais), que permitam o mantimento viável de espécies naturais, processos evolutivos das espécies e recursos genéticos.

Considerando que cada ecossistema das zonas costeiras tem especificidades próprias, devem ser implementados sistemas de gestão integrados aplicando planos de exploração que contemplem os valores ecológicos, económicos e sociais.

Há ainda que conservar e utilizar de maneira adequada os recursos fito e zoogenéticos apoiando o trabalho dos bancos de germoplasma e uma combinação adequada da conservação “in situ” e “ex situ”, ligar, de forma conveniente, as estratégias de conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, bem como o desenvolvimento económico e social e reprimir as actividades ilícitas, aplicar de forma consequente a legislação vigente e promulgar outras disposições, em caso de vazio jurídico.

Ambiente Sustentável: Fundamento da recuperação e da reinserção social

Esta estratégia considera que o ambiente e a acessibilidade sustentada e renovada aos seus recursos é uma questão fundamental não só na recuperação e reinserção dos grupos-alvo em Angola mas também no desenvolvimento das áreas de retorno ou de (re)inserção. A gestão desses recursos e os respectivos mecanismos terão que ser igualmente incorporados nos programas de apoio à reinserção social a fim de diminuir os riscos de tensões ou conflitos no respeitante ao controle dos recursos naturais, das estruturas de propriedade ou de uso ou usufruto da terra, das áreas de pasto ou florestas.

Uma das consequências da guerra foi o uso exacerbado de recursos em certas áreas de certo tipo de recursos e o abandono completo em outras. A reabilitação do ambiente é considerada no quadro desta estratégia como um elemento fundamental no processo de reinserção social sustentável.

A renovação e utilização sustentada desses recursos requerem acções imediatas, considerando as necessidades económicas imediatas e a curto prazo desses grupos-alvo, mas dentro do quadro de uma estratégia de desenvolvimento a médio e longo prazo. Assim, a estratégia de recuperação e de reinserção social no quadro das metas de desenvolvimento do milénio reconhece também a situação de conflito que poderá existir entre os interesses económicos imediatos e a conservação e regeneração desses recursos a longo prazo. Nas áreas de retorno e de (re) instalação a resolução dessas contradições ou conflitos terão que ser resolvidos com a participação de todos os parceiros sejam os operadores económicos, as administrações locais, os chefes tradicionais, os representantes dos grupos-alvo e outros segmentos da sociedade civil. A experiência em curso levada a cabo pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, na resolução negociada de conflitos pela terra, poderá servir de lições aprendidas e generalizadas.

Num contexto de apoio à recuperação e a reinserção social, este enfoque promoverá a:

- distribuição com equidade dos recursos a serem partilhados e utilizados pelos diversos grupos-alvo e a população local nas áreas de retorno ou (re) instalação;
- introdução de critérios ambientais sustentáveis nas áreas de retorno ou de (re)instalação , incluindo estudos de impacto ambiental que deverão anteceder qualquer iniciativa de carácter económico ou de infra-estrutura; a introdução de questões de preservação e regeneração ambientais para a reinserção social e o desenvolvimento dos currículos escolares e a promoção de planos de gestão do meio ambiente nessas áreas;
- promoção do estabelecimento de mecanismos concertados de monitorio ambiental, como um dos elementos primordiais da boa governação;
- promoção e apoio às organizações de carácter ou sensibilidade ambiental , afim de se assegurar que a gestão ambiental é levada a cabo de forma concertada.
- promoção de que nos programas de apoio a recuperação e a reinserção social, haja a preocupação de recolha e análise de dados da situação ambiental a fim que as propostas sejam sustentáveis;
- promoção das orientações e da legislação ambiental existente, no sentido de serem tomadas em consideração no desenho, formulação e implementação dos programas de apoio à reinserção social;
- inclusão de questões ambientais nos sistemas de informação e decisão das estruturas e mecanismos decisórios locais; e,
- incorporação de indicadores de monitorio e avaliação de impacto do ambiente nos programas de apoio à recuperação e reinserção social.

3. Políticas e Programas

Para além da Lei constitucional e da Lei de Base do Ambiente, o Governo tem aprovado leis sectoriais que, duma maneira geral, comportam aspectos de protecção do ambiente e do uso sustentável de recursos naturais, nomeadamente:

- A Lei das Pescas, que define um conjunto de medidas (tipo de artes, período de veda) que visam a perenidade de recursos haliêuticos;
- A Lei de Minas, que responsabiliza os autores pelos danos provocados pelas actividades geológicas e mineiras;
- O Decreto 39/90, que no domínio da exploração petrolífera, procura garantir a sustentabilidade da protecção do ambiente;
- A Lei-quadro da Industria, que introduz os princípios de protecção contra a poluição nas actividades industriais.

O Governo de Angola vem elaborando e implementando planos e programas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a manutenção de um ambiente sadio para a população. Pode-se citar como exemplos:

- O Programa Nacional de Gestão Ambiental;
- A Estratégia Nacional de Conservação da Diversidade Biológica e respectivo Plano de Acção;
- O Estudo visando a elaboração do estado actual do ambiente;
- O Plano Director de Gestão Integrada da Orla Costeira.

Pretende-se aplicar o princípio norteador das actividades pesqueiras, “Pesca Responsável”, desenvolvido pela FAO.

5. Prioridades para assistência ao desenvolvimento

A Lei de Bases do Ambiente -Lei n.º 5/98- recomenda a manutenção de um ambiente propício à qualidade de vida da população. Entre outras acções destaca a necessidade de: correcto ordenamento do território e aplicação de técnicas e tecnologias adequadas; atenção ao ambiente urbano através duma eficaz administração local e municipal; constituição, consolidação e reforço de uma rede de áreas de protecção ambiental visando a manutenção da biodiversidade, educação ambiental e recreação da população; promoção de acções de investigação e estudo científico em todas as vertentes da ecologia; promoção e aplicação de normas de qualidade ambiental em todos os sectores produtivos e de prestação de serviços.

Meta 10: Até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso sustentável à água potável

Indicador	2001
Proporção da população com acesso de forma sustentável à água potável nas zonas urbanas	70.9%
Proporção da população com acesso de forma sustentável à água potável nas zonas rurais	40%

Fonte: MICS 2001

Meta 11: Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros pobres

Indicador	2001
Proporção de pessoas com acesso às melhores condições de saneamento nas zonas urbanas	74.1 %
Proporção de pessoas com acesso às melhores condições de saneamento nas zonas rurais	26 %
Percentagem de pessoas com acesso a um melhor serviço de saúde pública	ND
Percentagem de pessoas com acesso seguro à propriedade	ND

Fonte: MICS 2001

1. Diagnóstico e tendências

A disponibilidade da água potável é um grande desafio. Angola é um dos países sub-Sahariano com menor taxa em abastecimento de água e de saneamento básico nas áreas urbanas. A fraca performance é explicada pelo grande afluxo da população deslocada nas áreas peri-urbanas onde esperam encontrar maior segurança e pela falta de infra-estruturas. A insuficiência de produção de energia é também factor na normalização de abastecimento de água nas áreas urbanas. De acordo com o MICS 2001, 70 por cento da população das áreas urbanas são abastecidos com água a partir de varias fontes, incluindo a do sector informal com água de rios as vezes tratada com cloro e distribuída nos camiões cisternas.

A captação, tratamento e distribuição da água potável constitui um dos elementos mais fracos das condições sociais em Angola. A maioria da população angolana não beneficia de água canalizada, tratada e potável e observam-se deficiências no estado higiénico e sanitário. Com o indica o quadro acima, existe uma grande disparidade nos indicadores da área urbana em relação a rural. A nível nacional, estima-se que, actualmente, 62% da população total tem acesso à água apropriada e 59 % a serviços de saneamento adequados.

2. - Desafios

A existência de um grande vazio jurídico na adaptação da lei a presente situação de habitat não facilita o acesso seguro à propriedade, o que tem gerado conflitos sócio – jurídicos na sociedade no que respeita sobretudo ao título da propriedade de terra e habitação .

A solução destes problemas requer não apenas esforços de gestão, mas também a realização de investimentos nas infra-estruturas. Com esta perspectiva vêm sendo definidas e implementadas algumas políticas e programas, a saber:

- Elaboração e implementação dos planos directores das cidades capitais das Províncias para o abastecimento em água potável e instalação de pequenas Estações de Tratamento de Água (ETA)
- Multiplicação de furos de água subterrânea para abastecer em água as populações de zonas rurais
- Criação do Instituto Nacional de Recursos Hídricos para a implementação de programas nacionais de abastecimento às populações, assegurando a igualdade no acesso à água potável
- Substituição de troços críticos da rede de distribuição nas cidades que apresentam grandes deteriorações
- Plano de Gestão Integrado do Saneamento Básico
- Priorização de investimentos de reabilitação, ampliação, reconstrução e modernização ou construção de novas redes de distribuição e seus respectivos sistemas de tratamento
- Criação de um sistema de vigilância atmosférica
- Criação e dotação com recursos necessários, de um sistema de controlo da qualidade de água
- Instalação de sistemas de tratamento de resíduos
- Aproveitamento económico e reutilização dos resíduos líquidos tratados para o uso industrial e agrícola quando possível.

3. Políticas e Programas

O quadro jurídico e regulamentar do sector é fraco. O Governo acabou de criar o Ministério de Urbanismo e Ambiente a fim de dar ímpeto na formulação de políticas e regulamentos neste sector.

Nos termos da Lei de Águas 06/02, 21 de Junho 2002, é estabelecida a igualdade no tratamento e oportunidade para os intervenientes no processo de uso de águas, a preservação do bem-estar e do ambiente, a promoção de prática de uso eficiente da água bem como o incentivo à iniciativa particular relativa ao uso racional dos recursos hídricos disponíveis. Ao Estado cabe garantir ao cidadão e entidades colectivas o acesso e uso de água para todos os fins com vista ao desenvolvimento sustentável da economia nacional e ao saneamento adequado das águas residuais.

4. Prioridades para assistência ao desenvolvimento

A prioridade da ajuda internacional consiste no apoio institucional incluindo as municipalidades no quadro do plano de desenvolvimento integrado e de um futuro

plano de ordenamento do território. O sistema da ONU apoia o Governo na elaboração da lei da terra e de lei de propriedades.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística			3
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos			3
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

Referências bibliográficas

Ministério do Urbanismo e Ambiente: Programa do País para cessação faseada das substancias que destroem a camada do Ozono, 2002.

Ministério de Energia e Água: Estratégia de desenvolvimento do sector eléctrico em Angola, 2002.

Ministério de Energia e Águas: Estratégia do desenvolvimento do sector das Águas, 2002.

Ministério de Planeamento; Estratégia interina de redução da pobreza.

Total Fina Elf: Avaliação de Impacto ambiental das operações de pesquisa no bloco 32, 2002.

UR Corporation: Avaliação de Impacto ambiental para o projecto de infra-estruturas da área maior de Takula (GAI), Bloco 0, Cabinda, Angola, 2000.

Relatório Nacional à cimeira do Desenvolvimento sustentável de Joanesburgo, 2002.

Ramade, F: Ecologie appliquée, Masson, Paris, 1994.

Barbault, Ecologie Général – Structure et fonctionnement de la Biosphère, Masson, Paris, 1997.

Soki, K. Estratégia Nacional do Ambiente (não publicado)

Objectivo 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento

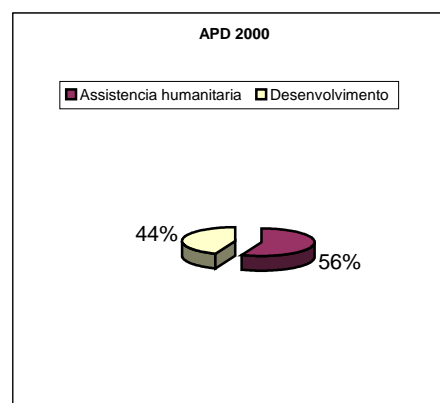
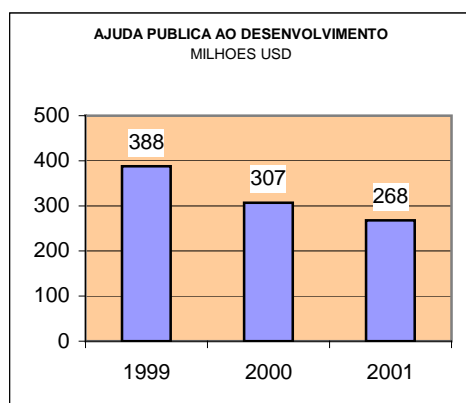
Para uma avaliação completa do Objectivo 8, *ver o relatório sobre NEPAD em anexo.*

Indicadores	1990	1996	2001	2015
Ajuda publica per capita USD			23	
Serviços de dívida por percentagem de exportações			26	
Valor estimado de PCs por 100 habitantes			0.13	
Linhas telefônicas por 100 habitantes			0.59	

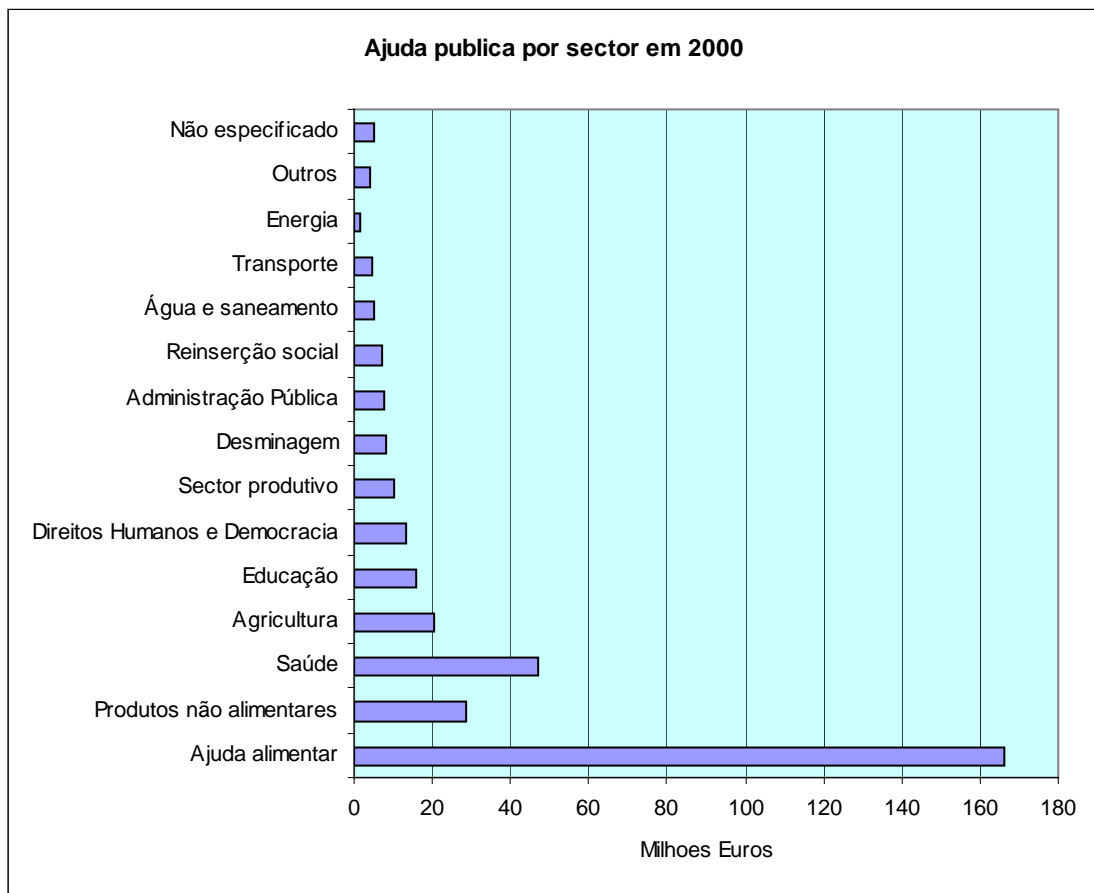
1. Diagnóstico e tendência

A problemática da parceria global para o desenvolvimento em Angola foi sempre colocado sob o signo de um dialogo difícil com os países doadores. Um acordo com o FMI deveria selar uma parceria que permitiria ao país beneficiar plenamente das ajudas e créditos bonificados dos países da OCDE e de financiamentos de instituições como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento etc.. Outra vantagem esperada desse acordo seria o de poder obter uma redução de sua dívida externa, sob os auspícios dos mecanismos actuais do Clube de Paris e um benefício mínimo poderia ser obtido via o mecanismo PPTE- HIPC- dado que a dívida multilateral de Angola é relativamente baixa.

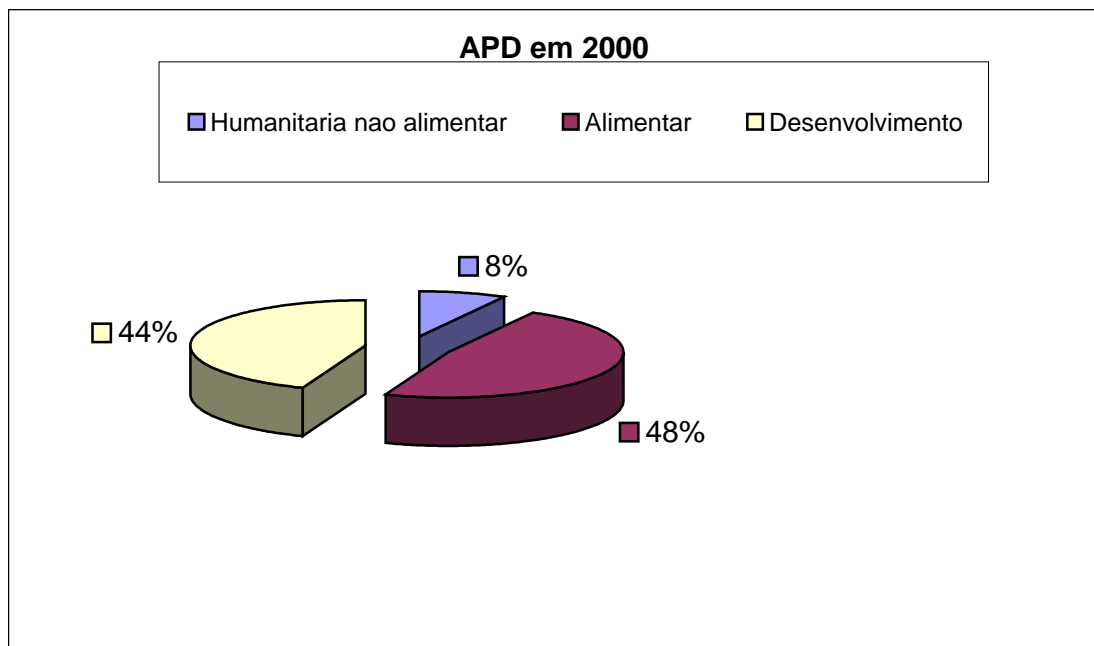
Dados do web site da OCDE indicam uma tendência de declínio nos fluxos de ajuda à Angola durante os últimos anos. O alvo da ajuda externa foi, nos últimos anos, direccionada para o financiamento das actividades relacionadas com a assistência humanitária, enquanto que as ajudas ao desenvolvimento mantiveram-se durante muitos anos limitadas. Segundo uma consulta levada a cabo neste campo pela União Europeia e o PNUD, baseada nos números publicados pela OCDE, a ajuda publica a favor de Angola atingiu um montante de 346 milhões de euros em 2000, o equivalente a 307 milhões de dólares, tendo 56% desse valor servido para financiar a assistência humanitária de urgência sob a forma de ajuda alimentar e de assistência medica aos deslocados.



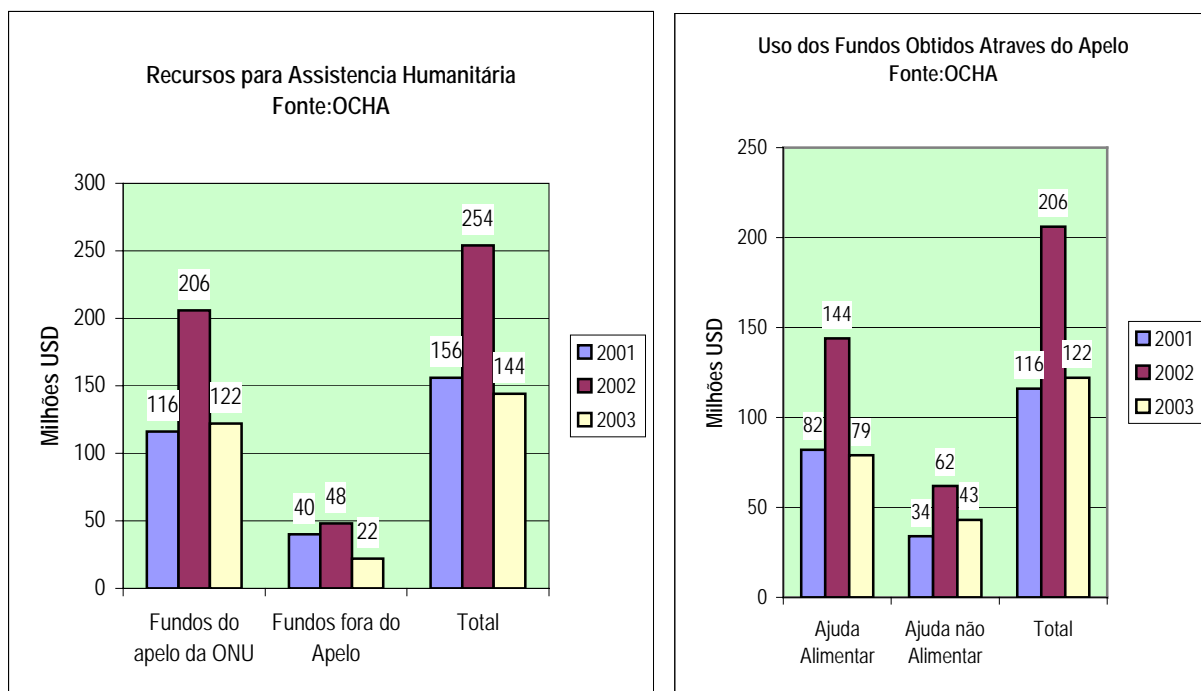
Fonte : OCDE



Fonte : EU, PNUD, 2001



Fonte : EU, PNUD, 2001



Fonte : www.reliefweb.int

Ajuda Humanitária para Angola em 2002

Doador	Valor USD	%
Estados Unidos	115,489,826	45.56
Comunidade Europeia	50,882,948	20.07
Países Baixos	13,487,970	5.32
Suécia	12,232,588	4.83
Alemanha	10,342,387	4.08
França	6,869,480	2.71
Canada	6,792,562	2.68
Reino Unido	6,190,542	2.44
NGO/Intl/Privadas	5,812,411	2.29
Dinamarca	4,886,794	1.93
Irlanda	4,255,968	1.68
Noruega	4,083,921	1.61
Suiça	3,935,105	1.55
Italia	2,738,020	1.08
Japão	2,463,812	0.97
Outros	3,014,662	1.19
Total:	253,478,996	100

Fonte : www.reliefweb.int

De acordo com informação disponível, baseada nos números publicados pela OCHA – *www.reliefweb.int*-, a ajuda humanitária a favor de Angola atingiu um montante de 253.6 milhões de USD em 2002. O Apelo Consolidado das Nações Unidas revelou-se pois ser um instrumento eficaz para mobilizar recursos a favor da assistência humanitária ao obter-se fundos que atingiram um montante de 206.1 milhões de USD. O montante obtido fora do Apelo das Nações Unidas atingiu apenas 47.5 milhões USD.

O montante alcançado através do Apelo representava cerca de 70 por cento do solicitado, que foi de 296 milhões USD. Do pacote de 206 milhões USD, 144 milhões, que representa cerca de 70%, foram usados para o financiamento da ajuda alimentar.

Entretanto o Apelo feito para o ano 2001 orçado em 116 milhões USD, e que representa apenas 50% das necessidades o Apelo 2002, foi também bem sucedido em termos de resposta da comunidade internacional, o que demonstra o interesse dos doadores no apoio a assistência humanitária à Angola.

Na realidade, o fim da Guerra permitiu ao Governo e as instituições humanitárias o acesso à áreas anteriormente inacessíveis, o que tornou possível prestar-se uma assistência mais abrangente às populações necessitadas.

Apelo Consolidado Inter-Agências das Nações Unidas em 2002
Sumário das Necessidades e Contribuições até 11 de Julho 2003

Organização Apeladora	Necessidades Revistas	Total de Recursos Disponíveis	Requisitos não satisfeitos	% Cobertura
FAO	6,846,000	5,139,158	1,706,842	75.1
DDH-UNMA	3,017,807	437,445	2,580,362	14.5
IOM	12,993,178	390,625	12,602,553	3.0
ONGs	41,145,860	0	41,145,860	0.0
OCHA	19,991,488	13,716,502	6,274,986	68.6
PNUD	13,646,755	1,602,015	12,044,740	11.7
FNUAP	2,396,250	125,786	2,270,464	5.2
UNHCR	11,267,285	8,348,880	2,918,405	74.1
UNICEF	22,668,142	21,664,923	1,003,219	95.6
PAM	153,178,580	150,861,086	2,317,494	98.5
OMS	9,200,000	3,816,872	5,383,128	41.5
TOTAL	296,351,345	206,103,292	90,248,053	69.5

Fonte *Reliefweb.int*

2. Desafios

A historia das negociações de Angola com os seus parceiros ocidentais teve resultados diversos. Se tal dificuldade podia explicar-se pelas opções de política económica até então adoptadas, o contexto actual é diferente, assistindo-se a aplicação dos princípios da economia de mercado na formulação da política económica e financeira. Enquanto que a ajuda económica continua dependente de um acordo com o FMI que ainda não está concluído, o essencial da ajuda externa à Angola tem sido maioritariamente destinada à assistência humanitária para reduzir o sofrimento das populações vitimas do conflito, com uma pequena proporção destinada a financiar a reabilitação e o desenvolvimento.

Com a assinatura do cessar fogo, em Abril de 2002, devia abrir-se a janela de dialogo sobre a ajuda a reabilitação e ao desenvolvimento. Com efeito, o Governo anunciou sua intenção de realizar uma Conferencia Internacional de Doadores cuja finalidade seria o de concertar sobre as necessidades imediatas de assistência do após Guerra. Para o efeito o Governo elaborou um programa de urgência para apoiar os esforços de reabilitação e de reconstrução das infraestruturas mínimas e os perfis sócio económicos provinciais, que contém informação económica e social de todas as províncias.

Uma questão essencial para o sucesso dessa conferencia é que diante dos doadores o Governo deve demonstrar uma nova vontade de gerir as finanças publicas com mais transparência e com uma boa afectação dos recursos, que passa pelo aumento dos investimentos sociais.

O fim da Guerra põe em questão o paradigma da ajuda tradicional à Angola, e exorta-se os parceiros no sentido de trabalharem na transição de uma ajuda humanitária para um aumento dos fluxos de ajuda orientada para as actividades de desenvolvimento sustentável.

De igual importância urge desafiar os potenciais investidores que usualmente direccionam recursos para os sectores petrolíferos. Uma nova parceria deve entretanto trabalhar no sentido de ver o país poder atrair directamente investimentos estrangeiros nos sectores não petrolíferos. Em Angola, por razoes ligadas ao desenvolvimento da produção de petróleo, a taxa do IDE, investimentos directos estrangeiros, *per capita*, é alta, 139 USD comparada a da África do Sul e Egipto, 38 USD, e a da Nigéria, 11 USD. Infelizmente, o sector petrolífero necessita de enormes saídas de divisas tanto para aquisição de equipamentos como para remuneração dos serviços.

3. Políticas e programas

Estando a altura do desafio, o Governo continua a cumprir, a seu ritmo, as reformas necessárias à aprovação de um programa com o FMI, e simultaneamente, formular a sua estratégia de reabilitação, reconstrução e desenvolvimento e manter o dialogo com os doadores para a realização Conferencia Internacional de Doadores, colocando todas as tarefas sob signo de transição de saída do período de pós conflito para evoluir em direcção a um verdadeiro desenvolvimento, e no prosseguimento da realização dos objectivos contidos na declaração do milénio.

4. Prioridades para a ajuda ao desenvolvimento

O Governo elaborou seu programa multi sectorial de reconstrução e de reabilitação PRR para o período 2003-2006, com um custo de cerca de dois bilhões de USD, cuja fase prioritária cobre a recuperação do sector agrícola, o restabelecimento das redes de estradas e caminhos rurais, a reabilitação das infraestruturas de base como a electricidade, agua, sanidade, etc. Outras actividades de importância prevêm o reforço da capacidade das administrações ao nível central e provincial e a extensão dos serviços do Estado a todo território.

Os problemas ligados à gestão da ajuda continuam a colocar-se com acuidade dado a fraca capacidade das instituições em registar, controlar e apresentar relatórios sobre os fluxos de ajuda recebida e a sua utilização. Além disso, impõe-se também a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de coordenação entre os doadores e o Governo. O Banco Mundial e o PNUD anunciaram as suas intenções de realizar um novo inquérito sobre o fluxo da ajuda e a necessidade de criar um instrumento de registo e análise das operações de assistência externa.

5. Capacidade de monitorização do progresso

Elementos de capacidade de seguimento	Avaliação		
	Forte	Razoável	Fraca
Capacidade de colecção de dados			3
Qualidade da informação dos inquéritos recentes			3
Capacidade de acompanhamento estatístico			3
Capacidade de análise estatística		3	
Capacidade de incorporar a análise estatística a políticas, planos e mecanismos de assinação de recursos		3	
Mecanismos de monitorização e avaliação			3

CONCLUSÃO

AVALIAÇÃO RÁPIDA

Resumo do progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

METAS/OBJECTIVOS	VAI-SE ATINGIR A META/ OBJECTIVO?				ESTADO DOS APOIOS			
	Provável- mente	Potencial- mente	Não	Sem dados	Forte	Razoável	Fraco mas melhorando	Fraco
EXTREMA POBREZA Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia		3						3
FOME Entre 1990 e 2015, reduzir para metade o número de pessoas que sofrem de fome		3						3
MÉDIO AMBIENTE Até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso sustentável a água potável			3					3
EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL Atingir a escolarização primária completa até 2015			3				3	
IGUALDADE DO GÉNERO Eliminar a desigualdade do género no ensino primário e no secundário, de preferência até 2005 e a todos os níveis de educação nunca depois de 2015			3					3
SAÚDE REPRODUTIVA Reduzir a taxa de mortalidade materna e em três quartos até 2015			3					3
MORTALIDADE INFANTIL Reduzir a taxa de mortalidade infantil (menores de 5 anos) em dois terços até 2015			3					3
VIH/SIDA Parar e reverter a expansão do VIH/ SIDA até 2015				3			3	
MALÁRIA Parar e reverter a expansão da Malária até 2015			3				3	
TUBERCULOSE Parar e reverter a pandemia da Tuberculose até 2015			3				3	
TRIPANOSOMIASSE Parar e reverter os efeitos da tripanosomiasse até 2015				3			3	
MEIO AMBIENTE Reverter a perda de recursos ambientais até 2015		3						3
MEIO AMBIENTE Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros pobres			3					3

Capacidade de monitorar e acompanhar o progresso nas metas

OBJECTIVOS	Quantidade e regularidade estudos			Qualidade dos estudos pontuais			Análises estatísticas			Estatística para tomada de decisões			Produção e disseminação de infor.		
	Forte	Razoável	Fraco	Forte	Razoável	Fraco	Forte	Razoável	Fraco	Forte	Razoável	Fraco	Forte	Razoável	Fraco
Pobreza e fome			3		3			3			3			3	
Escolarização primária universal			3		3			3			3			3	
Igualdade no género			3			3		3			3			3	
Mortalidade infantil			3					3			3			3	
Saúde reprodutiva			3					3			3			3	
Água e saneamento		3			3			3			3		3		
VIH/ SIDA			3		3			3			3			3	
Malária			3		3			3			3			3	
Tuberculose			3			3		3			3			3	
Tripanosomiasse			3			3		3			3			3	
Sustentabilidade ambiental			3			3		3			3		3		

INTRODUÇÃO

Este relatório funde e sintetiza os relatórios sectoriais que dizem respeito ao Objectivo 8 dos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* das Nações Unidas. Nele apresentam-se informações factuais, tratadas e agregadas, sobre o desempenho do Estado Angolano para alcançar as metas do Objectivo 8 (Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento) relativamente a NEPAD, Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa.

O Relatório tem duas partes: a primeira, avalia as pré-condições para o desenvolvimento tal como definidas pela NEPAD, em termos de construção de um contexto de desenvolvimento em Angola e de oportunidades propícias para a integração regional, no quadro da SADC; a segunda, destaca os sectores prioritários segundo a NEPAD, nomeadamente, o das infra-estruturas, do desenvolvimento do potencial humano em termos de educação e saúde, da agricultura e da abertura do mercado.

1 – PRÉ-CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SEGUNDO A NEPAD

As pré-condições para o desenvolvimento são classificadas em dois níveis: interno, no âmbito da envolvente nacional, e externo, no âmbito da integração regional. O primeiro representa a super-estrutura, na medida em que diz respeito aos elementos institucionais e culturais do país. O segundo, a infra-estrutura, refere-se à base material do desenvolvimento integrado e sustentável.

1.1 - CONSTRUÇÃO DE UM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA

Vários factores participam na criação de um contexto susceptível de favorecer o desenvolvimento do país, a saber, a paz, a segurança, a governação democrática, a sólida gestão económica e a governação empresarial. Estes correspondem aos cinco grandes desafios que se colocam ao país identificados pelo Presidente José Eduardo dos Santos², a saber:

- 1) *A consolidação da Paz, que engloba a promoção da reconciliação nacional e a reconstrução do país;*
- 2) *A consolidação da Democracia e do Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos;*
- 3) *A boa governação que se traduz numa gestão eficiente e transparente da despesa pública e na utilização racional e sustentável dos recursos humanos, tendo no seu epicentro o cidadão angolano, as suas aspirações individuais e colectivas;*
- 4) *A redução da intervenção directa do Estado na economia, em troca do reforço do seu papel regulador, propiciando o crescimento económico sustentável, o aumento da riqueza nacional e o combate ao desemprego e à fome;*
- 5) *As relações políticas e económicas regionais e internacionais que lhe garantam estabilidade e desenvolvimento.*

1.1.1 – Pela promoção da Paz e da Segurança

De acordo com a NEPAD, esta é a primeira pré-condição para o desenvolvimento sustentado de África. Ela é composta por três elementos fundamentais, a saber: promover condições para o desenvolvimento a longo prazo e segurança; construir a capacidade para que as instituições africanas consigam a detecção precoce de potenciais conflitos, bem como aumentar a sua capacidade para os prevenir, gerir e resolver; institucionalizar, através da liderança das Nações Africanas, o desempenho e a promoção dos valores fundamentais da NEPAD.

Promover condições para o desenvolvimento a longo prazo e segurança, requer a implementação de medidas eficazes nas áreas da Governação Política, Económica e Empresarial, e do Desenvolvimento Humano. Como se verá mais adiante, estas são áreas onde Angola deverá continuar a investir.

Por sua vez, a capacidade para detectar, prevenir e gerir potenciais conflitos é alcançada através do reforço institucional em quatro áreas-chave: a prevenção, gestão e resolução de conflitos; reforço e consolidação da paz e; a reconciliação pós-conflito, a reabilitação e a reconstrução; combate a proliferação ilícita de pequenas armas, armas ligeiras e minas.

Como se sabe a guerra civil não favoreceu o desenvolvimento do país. Em Angola, durante várias décadas, o conflito armado gerou a destruição não apenas das infra-estruturas económicas e sociais mas também valores humanos de dignidade, tolerância, espírito empreendedor, etc. Estes valores são de reconstrução difícil e demorada.

Por esta razão, consideramos que a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo de 4 de Abril de 2002, em Luena, entre o Governo de Angola e a UNITA, a amnistia subsequente (Lei n.º 4/02 de 4 Abril de 2002) e a prorrogação do mandato da Comissão Nacional para a Paz e Reconciliação Nacional (Resolução da Assembleia Nacional, n.º 13/02) constituíram uma condição necessária, mas não suficiente, na instauração de um clima de paz, de segurança e de reconciliação nacional.

² José Eduardo dos Santos, Discurso na Abertura do Seminário de Capacitação dos membros das comissões preparatórias do V Congresso do MPLA, *in* Jornal de Angola, 14 de Maio de 2003, Especial, p. 12-13.

Efectivamente, são vários os motivos que devem ainda preocupar o Governo, a sociedade civil angolana e a comunidade internacional em geral, um ano após Luena ter acontecido, observando os seguintes aspectos:

- Necessidade de reassentamento da população deslocada;
- Reintegração na vida activa civil dos militares UNITA;
- Necessidade de remover milhões de minas, muitas delas localizadas nas áreas para onde a população deslocada deverá ser reconduzida;

A não ser dada solução a muitos destes problemas, pode acentuar-se o sentimento de desencanto provocado pelo não cumprimento das promessas e expectativas que, por sua vez, levarão facilmente a situações de aumento de banditismo, crime organizado, e insegurança nas províncias.

1.1.2 – Pela Governação democrática

A segunda pré-condição diz respeito à Governação democrática. Entre muitos outros aspectos, esta exige a realização periódica e calendarizada dos processos eleitorais, tanto a nível nacional como local (municipal). As eleições propiciam aos cidadãos a oportunidade de sancionar ou penalizar os actos de gestão do pessoal político. A calendarização permite aos diferentes partidos preparar e planificar a competição eleitoral a fim de maximizar as probabilidades de sucesso.

As limitações dos partidos políticos, tanto organizativas como financeiras, levam a concluir que estes não terão capacidade suficiente de mobilização partidária para poder concorrer em pé de igualdade com as duas maiores organizações políticas do país.

Além disso, a expressão política em termos de disposição e acesso aos meios de comunicação está muito limitada tanto nas zonas urbanas como rurais. Maurice Duverger, politicólogo francês dizia que a democracia se encontrava no quiosque: isto significa que o cidadão deve dispor todos os dias, nos quiosques, de jornais que reflectem opiniões diversificadas. Com apenas um diário, o *Jornal de Angola*, e alguns semanários privados, a democracia, nesta dimensão, vem ganhando o seu espaço de intervenção. No entanto, as ondas curtas e hartzianas continuam limitadas. Conhece-se a força da comunicação social não só em palavras mas também em imagem.

Porém, a criação de condições de realização individual para todos é um marco de boa governação democrática. A vedação dos cargos políticos aos quadros capazes e competentes, por motivo partidário, como reconhece o Presidente da República no seu recente discurso de alcance nacional³, num encontro do Partido no poder, fecha a via para a **meritocracia** (*Merit system*). Na administração pública, deve-se aplicar os procedimentos de avaliação de desempenho e de gestão, retribuindo em consequência dos diferentes resultados alcançados por cada um. De forma a que o mérito seja o principal critério de promoção para todos os cidadãos. O sentimento de discriminação ou de injustiça, que os uns e outros membros sociedade sentem no exercício de determinados cargos públicos, mina o desempenho e a integração da administração pública.

Finalmente, importa realçar a decisão do Governo de proceder ao diagnóstico da situação judicial do país criando, para efeito, um grupo que vai trabalhar na revisão da legislação, material e processual, nos domínios civil, criminal, administrativo, aduaneiro e fiscal.

1.1.3 – Pela sólida Gestão económica

A nível da gestão macro-económica, o Governo angolano quer apostar numa gestão eficiente e transparente da despesa pública, e planifica a redução da intervenção do Estado na economia.

No que diz respeito à transparência na gestão dos valores do erário público, o Governo está a proceder a auditoria do Banco Nacional de Angola (BNA) e o diagnóstico do sector petrolífero. As interações entre o BNA, o Ministério das Finanças e a Sonangol devem ser esclarecidas. Que, a propósito, seja implementado: o Decreto n.º 04/00 que aprova as regras e procedimentos do Fundo de Desenvolvimento

³ José Eduardo dos Santos, *ibidem*: "Um Partido que não observe na sua vida interna regras democráticas, não pode também assegurar uma governação democrática do país".

Económico e Social (FDES), e o Decreto n.º 73/01 que define os órgãos, regras e formas de funcionamento do Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGFE).

Porém, existe um plano de privatização das empresas públicas acertado com as instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e FMI. A lei n.º 5/02 de 16 de Abril de 2002 revisa a Lei das privatizações e delimita os sectores da actividade económica.

O Governo decidiu recentemente rever o sistema nacional de preços e dos regimes de bens e serviços. Entretanto, definiu um calendário de ajustamento das tarifas da água, electricidade, transporte público urbano e dos combustíveis. São medidas que só podem ser eficazes, e sem sobressaltos para os consumidores e para os operadores económicos, se existir uma coerência nas políticas macro-económicas do Governo em termos de redução da inflação, de fomento da produção nacional, de aumento de receitas fiscais e de incentivo ao investimento.

1.1.4 – Pela Governação Empresarial

A nível micro-económico, o Governo⁴ renova a sua vontade de controlar eficazmente a gestão da coisa pública proibindo as entidades públicas de importar bens e serviços no estrangeiro que podem ser fornecidos por empresas nacionais o que pode incitar ao aumento da produção nacional e melhoramento da qualidade de bens e serviços locais e instituindo a obrigatoriedade da realização de concursos públicos para as aquisições e contratações feitas por organismos estatais.

Todavia, o controlo dos preços e as proibições das importações por entidades do Estado são **obstáculos** ao jogo livre do **mercado** se bem que as razões que podem as justificar são pertinentes: contenção das despesas públicas em moeda estrangeira, fomento da produção nacional, etc.

As empresas podem jogar o seu papel na criação da riqueza nacional quando existe um ambiente favorável para o efeito, nomeadamente, em termos de direito, de fiscalidade e de justiça. Que o contrato que regula as relações entre parceiros e os direitos de propriedade sejam respeitados. Porém, há toda a necessidade que exista um conjunto de instrumentos de apoio, tais como facilidades de créditos, de constituição de empresas, fundo de garantias, direitos de propriedade, etc.

A redução do desemprego passa entre outras pela modificação do tecido económico e industrial do país estimulando e apoiando as pequenas e médias empresas. Aliás, existe neste âmbito um projecto de formação de pequenos empresários a ser financiado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e algumas empresas petrolíferas.

⁴ Deliberação do Conselho de Ministros em sessão extraordinária de 22 de Maio de 2003.

2- INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: ANGOLA NA SADC

O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (*RISDP*) aprovado em Março de 2003 constitui um “*quadro de referencia*” indispensável para a integração regional. Assim, a avaliação sobre a implementação dos protocolos assinados e ratificados dá os elementos indicadores da vontade de Angola aproveitar as oportunidades de integração sub-regional.

Começamos por situar o desempenho de Angola na região.

o Desempenho económico

<i>País</i>	PIB (US\$ Bilhões)	PIB per capita (US\$)
Angola	9.203	692
Botswana	4.953	3.000
Rep. D. Congo	18.985	369
Lesotho	257	421
Malawi	1.605	160
Maurícias	4.627	3.901
Moçambique	3.635	211
Namíbia	3.494	1.874
Seychelles	604	7.448
África do Sul	126.431	2.887
Swazilândia	1.348	1.321
Tanzânia	9.028	268
Zâmbia	3.238	315
Zimbabwe	5.771	428

Fonte: Annual Report 2002, SADC. Economic Indicators (2000)

Do ponto de vista do desempenho económico, Seychelles, Ilhas Maurícias, Botswana e África do Sul ocupam as posições cimeiras. Importa salientar a posição ainda frágil da economia angolana caracterizada pelo “mono-produto”, e que reflecte a importância do sector petrolífero na produção interna. Por exemplo, a balança comercial, em 2001, mostra um excedente devido a este sector.

Em milhões de U.S. dólares

Exportações f.o.b:	6.534,32
Sector Petrolífero	5.802,86
Sector não Petrolífero	731,46
Importações f.o.b:	3.179,18

Fonte: BNA, DEE, Boletim Estatístico, Setembro/2002, p. 56-57.

○ **Poupança e investimento interno**

De modo geral, os países da SADC carecem de investimentos para financiar o desenvolvimento. Por causa de recessão e da instabilidade política internacional, a tendência mundial actual mostra a queda de investimentos estrangeiros directos no mundo. Em 2001, o aumento de investimentos estrangeiros directos em África, três vezes mais em relação ao ano 2000, resultou das vendas das licenças de telecomunicações e às privatizações: de 7,3 a 22,2 bilhões de dólares americanos⁵. A situação é a mesma na SADC. Apenas a África do Sul, Angola e Moçambique conseguem atrair os investidores. No caso de Angola, trata-se principalmente de investimentos no sector petrolífero num valor de 2.145,47 milhões de dólares americanos⁶.

Poupança Nacional Bruta (PNB) e Investimento Interno Bruto (IIB) em percentagem do PIB em 1999

Países	Poupança NB	Investimento IB
Angola	7,1	20,1
Botswana	31,2	32,7
República Democrática do Congo	2,8	8,1
Lesotho	9,4	36,9
Malawi	4,7	15,2
Maurícias	25,1	28,2
Moçambique	2,4	26,7
Namíbia	25,8	28,2
Seychelles	28,5	26,7
África do Sul	14,2	23,2
Swazilândia	8,9	30
Tanzânia	1,3	14,6
Zâmbia	5,9	24,2
Zimbabwe	14,5	17,2
SADC	12,6	16,25
ÁFRICA	15,4	20,8

Em Angola, a depreciação constante da moeda nacional contribui para a fragilidade da poupança nacional e do investimento interno.

2.1 – Materialização da estratégia de desenvolvimento da região

Projectado para um período de 10 a 15 anos, o **Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP)** permitirá a articulação entre as políticas económicas e sociais e as metas de integração e desenvolvimento regional. É um instrumento de pilotagem indispensável tendo em conta as diferenças de desenvolvimento existentes entre os membros. Do ponto de vista dos sectores cobertos pela NEPAD, o RISDP, traça estratégias de integração e desenvolvimento que a seguir apresenta-se em síntese.

2.1.1 - Economia e Comércio

A liberalização comercial e económica é o rumo da integração regional a fim de se conseguir o crescimento económico, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região e a criação do **mercado comum**. O alargamento do mercado exigirá o financiamento com recurso ao crédito, a ajuda

⁵ Jeune Afrique / L'Intelligent, Spécial Banques, n. 2167, du 22 au 28 Juillet 2002, p. 66.

⁶ Banco Nacional de Angola, DEE, Boletim estatístico, Setembro/2002, p. 56.

e ao investimento estrangeiro. Para ocupar o devido lugar na economia global, os operadores económicos da SADC devem ser competitivos. Neste âmbito, as estratégias consistem em:

- Acelerar a implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais;
- Criar o mercado comum da SADC, em 2015, conforme o seguinte calendário:
 - Até 2004: Iniciar as negociações sobre o estabelecimento da União Aduaneira
 - 2008: Zona de comércio livre;
 - 2010: União Aduaneira;
 - 2015: Diversificação da estrutura industrial e das exportações.
- Harmonizar as políticas dos quadros legais e reguladores da circulação livre dos factores de produção;
- Formular e implementar as políticas macro-económicas orientadas para estabilidade, a fim de se atingir a convergência macro-económica, conforme o seguinte calendário:
 - Até 2008: Índice de inflação de um dígito; Relação entre o défice orçamental e o PIB inferior a 5 %; Crédito do Banco Central ao Governo inferior a 10 % das receitas fiscais do ano anterior; Reservas externas/cobertura de importação de um mínimo de 3 meses; Aumento do nível das poupanças de pelo menos, 25 % do PIB; Aumento do nível dos investimentos internos num mínimo de 30 % do PIB;
 - Até 2012: Índice de inflação de 5 %; Relação entre o défice orçamental e o PIB inferior a 3 %; Relação entre o serviço da dívida inferior a 10 % das receitas de exportação; Crédito do Banco Central ao Governo inferior a 5 % das receitas fiscais do ano anterior; Reservas externas/cobertura de importação de um mínimo de 6 meses; Aumento do nível das poupanças de pelo menos, 30 % do PIB;
 - Até 2015: Índice de inflação de 3 %; Crédito do Banco Central ao Governo eliminado.
- Aumentar a competitividade através do desenvolvimento industrial e da promoção do aumento da produtividade nos sectores produtivos;
- Tornar a SADC o destino atractivo dos investimentos;
- Proceder a reforma do sector financeiro conforme o seguinte calendário:
 - Até 2004: Implementar os Memorandos de Entendimento (Sistemas de pagamento e de compensação, Quadro jurídico, Bolsa de Valores, Controlos Cambiais, e Tecnologia de Informação; Finalização do Protocolo sobre Finanças e Investimento;
 - Aumento do acesso ao crédito às Mulheres e às Pequenas e Médias Empresas.

2.1.2 – Infra-estruturas

Preconiza-se a construção das infra-estruturas eficazes e eficientes que servem de suporte a integração regional favorecendo o fornecimento de uma energia barata, o desenvolvimento do turismo, transportes, comunicações, meteorologia, e a gestão integrada dos recursos hídricos:

- Energia:
 - Electricidade: criar um pool de energia eléctrica através do alargamento da interligação entre os membros e transformação da Associação de Energia da África Austral (Southern African Power Pool - SAPP) de cooperativa em associação regional competitiva;
 - Petróleo e Gás: Promover a prospecção conjunta de recursos e harmonização de políticas, regulamentos e legislação.
- Turismo: encorajar o desenvolvimento de Áreas de Conservação Transfronteiriças da SADC (TFCA's) e Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI's) e padronizar os serviços e infra-estruturas no sector do turismo, conforme o seguinte calendário:
 - Até finais de 2003: Assinatura e ratificação do Protocolo do Turismo por todos os Membros;
 - Até 2004: elaboração do documento de Política e Estratégia do Turismo
 - Até 2005: Enquadramento do género
 - Até 2008: Implementação do sistema UNIVISA da SADC; Harmonização das políticas, legislação e normas; garantia que a SADC seja um destino conhecido.
- Transportes, Comunicações e Meteorologia: aumentar a qualidade e diminuir o custo das operações, garantir o acesso e mobilidade nas zonas rurais, liberalizar os mercados:
 - Até 2005: Aumento da capacidade das estações terrenas (comunicações);
 - Até 2006: Harmonização e integração regional (comunicações);
 - Até 2007: Desenvolvimento da capacidade operacional dos reguladores (comunicações);
 - Até 2008: Liberalização dos mercados regionais, harmonização das políticas, regras e normas e recuperação de todos os custos de manutenção das infra-estruturas (transportes);

- Até 2003: Investimento total em infra-estrutura;
- Até 2015: Livre circulação de pessoas, bens e serviços.
- Água: Reforçar as instituições que velam pelas águas partilhadas e promover o desenvolvimento de infra-estruturas hídricas:
 - Até Março de 2004: Elaboração e aprovação de políticas e estratégias de águas a logo prazo;
 - Até 2005: Participação do género na gestão dos recursos hídricos; Criação de centro de excelência para a investigação;
 - Até 2006: Harmonização das políticas e legislação; Reforço de pelo menos oito administrações de bacias hidrográficas;
 - Até 2007: Banco de dados sobre águas e redes operacionais.

2.1.3 – Agricultura e Recursos Naturais

Pretende-se a cooperação entre membros da SADC a fim de se atingir a segurança alimentar e assegurar o acesso da população a alimentos adequados em valor nutricional. As estratégias consistem em:

- **Aumento da produção e produtividade agrícola e pecuária:**
 - **Aumentar o rendimento de cereais em quilogramas por ha, de uma média de 1.392, em 1998-2000 para 2.000 (média mundial), até 2015;**
 - **Aumentar o uso de adubos de 44,6 quilogramas por ha das terras aráveis (1996-1998) para 65 quilogramas por ha, até 2015 (nível médio mundial é de 98,8 kg/ha);**
- **Diversificação dos produtos alimentares;**
- **Protecção da flora e fauna:**
 - **Até 2005: Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável;**
 - **Até 2012: Reverter as perdas dos recursos ambientais.**
- **Promoção da irrigação e das tecnologias apropriadas (por exemplo, adubos orgânicos):**
 - **Duplicar a superfície irrigada da terra para cultivo de 3% (1996-1998) para 7% até 2015;**
- **Acesso do género aos factores de produção;**
- **Promoção da preservação alimentar e tecnologias de armazenamento alimentar;**
- **Promoção das agro-empresas;**
- **Desenvolvimento das empresas nas zonas rurais;**
- **Aumento de valor nutritivo dos alimentos:**
 - **Promover o consumo de alimentos nutritivos: até 2015, aumentar a média diária de calorias per capita, de 2,160 kcal para 2,700 kcal; até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas com fome**
 - **Promover o enriquecimento dos alimentos, particularmente em micronutrientes**

2.1.4 – Desenvolvimento humano e social

A redução da pobreza e o aumento da disponibilidade de recursos humanos formados, qualificados, saudáveis, flexíveis, produtivos e culturalmente reactivos são os objectivos a atingir. As estratégias consistem em:

- Harmonização das políticas e programas que proporcionam a criação do emprego reduzindo assim a fuga de cérebros e efeitos da pandemia de HIV/SIDA, a mobilidade da mão de obra;
- Consolidação e promoção do tripartidismo e diálogo social no tratamento das questões de emprego e trabalho;
- Melhoria do índice de desenvolvimento humano da SADC: de 0,5 para 0,8;
- Redução da pobreza humana e desenvolvimento das capacidades humanas:
 - Até 2007: 100 % de percentagem líquida de ingressos para 30% dos Estados membros que já possuem elevadas percentagens no ensino secundário;
 - Até 2010: Eliminação das disparidades de género no ensino primário; Redução do fardo provocado pela malária em 60% e da prevalência da tuberculose em 50%.

- Até 2015: 90% de alfabetização universal dos adultos e ensino primário; Eliminação das disparidades de género no ensino secundário e em todos os níveis; 100 % de percentagem líquida de ingressos para os restantes dos Estados membros que já possuem elevadas percentagens no ensino secundário; a percentagem das despesas públicas no sector de educação deve atingir pelo menos 15 % do orçamento geral do Estado; Uma razão aluno/professor de 25 no ensino secundário; Crescimento da esperança de vida de 47 anos para mais de 60 anos; Redução da taxa de mortalidade infantil e da mortalidade materna em dois terços; Acesso universal de todos os cidadãos de SADC aos serviços de saúde, a água potável; Redução para a metade da percentagem de crianças malnutridas com idade inferior a cinco anos.

2.2 –Implementação dos protocolos assinados e ratificados

As políticas e estratégias definidas no quadro da SADC sempre foram traduzidas em Protocolos, documentos de estratégia sectorial, Memorandos de entendimento (MOU) e outros instrumentos jurídicos. Desde a assinatura do **Tratado da SADC**, aos 17 de Agosto de 1992, aquando da cimeira dos Chefes de Estado, em Windhoek (Namíbia) e que entrou em vigor no dia 30 de Setembro de 1993 (revisado aos 14 de Agosto de 2001), cerca de 24 **protocolos** foram já celebrados, nomeadamente:

	Protocolos da SADC	Data de entrada em vigor
1	Protocolo sobre Imunidades e Privilégios	30/09/1993
2	Protocolo sobre Sistemas de Cursos de Agua Partilhadas (revisto)	07/08/2000
3	Protocolo sobre Energia	17/04/1998
4	Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia	06/07/1998
5	Protocolo sobre Combate as Drogas Ilícitas	20/03/1999
6	Protocolo sobre Comercio (Emenda)	07/08/2000
7	Protocolo de Educação e Formação	31/07/2000
8	Protocolo sobre Minas	10/02/2000
9	Protocolo sobre Desenvolvimento do Turismo	26/11/2002
10	Protocolo sobre Saúde	
11	Protocolo sobre Conservação da Vida Natural e Execução da Lei	
12	Protocolo sobre Assuntos Legais	
13	Protocolo sobre Tribunal e Regras de Procedimentos (emenda)	03/10/2002
14	Protocolo sobre Políticas e Cooperação em Defesa e Segurança	
15	Protocolo sobre Controlo de Armas de Fogo, Munições e Assuntos Relacionados	
16	Protocolo sobre Pescas	
17	Protocolo sobre Cultura, Informação e Desportos	
18	Protocolo contra a Corrupção	

19	Protocolo Sobre Extradicação	
20	Protocolo sobre Silvicultura	
21	Protocolo sobre Assistência Legal Mutua em Assuntos Criminais	
22	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Taxas e Assuntos Relacionados	08/08/2002
23	Memorando de Entendimento sobre Convergência Macroeconómica	08/08/2002
24	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Padronização, Seguro de Qualidade, Acreditação e Metrologia	16/07/2000

A propósito de alguns protocolos, formulamos em síntese as seguintes considerações tendo em conta da sua importância como suporte da integração sub-regional⁷.

2.2.1 – Memorando de entendimento sobre a convergência macro-económica

Neste domínio, foram adoptados dois protocolos, um sobre a Convergência macro-económica que baliza um quadro para a coordenação das políticas a fim de assegurar a estabilidade macro-económica na SADC, e outro sobre a Fiscalidade e questões conexas que procura harmonizar os regimes fiscais, promover a cooperação para reforçar as capacidades no que diz respeito a aplicação das taxas, etc. O protocolo de acordo sobre o investimento, que procura harmonizar as políticas de investimentos chave na região, está em fase final de elaboração. Dois outros protocolos de acordo estão em preparação, um sobre a cooperação em matéria de políticas de controlo de câmbio e a sua coordenação; e outro sobre a harmonização dos quadros jurídicos e operacionais dos Bancos Centrais da SADC.

Também, institui-se um **Mecanismo Mutual de Estabilidade** (MMS) regional encarregue de acompanhar a convergência macro-económica: taxa de inflação, *ratio* do défice orçamental em relação ao PIB, *ratio* da dívida pública em relação ao PIB e a estrutura da conta externa.

2.2.2 – Protocolo sobre Comércio

Pretende-se com este protocolo a criação de uma zona livre de comércio no fim de um período de oito anos. A partir de 2008, o comércio dentro do espaço da SADC será liberalizado a mais de 85 %. Em 2012, todos os produtos trocados serão progressivamente isentos de direitos aduaneiros segundo o princípio de assimetria (diferenciação de nível de desenvolvimento entre os países);

- Até 2006: supressão de direitos entre os países da União alfandegária da África Austral (**Southen African Customs Union, SACU**): Botswana, Lesotho, Namíbia, África do Sul e Swazilândia;
- Num período curto: Ilhas Maurícias e Zimbabwe;
- A partir de 2008 ou 2009: os países da SADC menos avançados.

O comércio intra-SADC representará 35 % do comércio total da SADC em 2005, contra 22 % em 2002. Isto significa que existe uma dinâmica de cooperação regional para ser reforçada. Já foi criado um sub-comité da cooperação alfandegária que deve conceber as medidas a fim de facilitar os fluxos comerciais no seio da SADC.

2.2.3 – Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia

Pretende-se com este protocolo facilitar a circulação de pessoas, produtos e serviços na região, reduzir os custos de transporte e atrair investimentos estrangeiros. A implantação dos corredores de desenvolvimento e das iniciativas de desenvolvimento espacial (*Spatial Development Initiatives, SDI*) representa um trunfo para a integração regional e o desenvolvimento sustentável

⁷ Prega Ramsamy, Secretário executivo da SADC, *Vantagens comparativas da Região da Comunidade de Desenvolvimento da África austral (SADC) enquanto destinatário de investimento, 3 abril 2003, p.10*

Corredores de Desenvolvimento Regional/SDI

Corredor de Desenvolvimento Maputo	<i>África do Sul e Moçambique</i>
Corredor Biodiversidade e Turismo Swazilândia	<i>África do Sul, Swazilândia e Moçambique</i>
Trans Africa Coast to Coast SDI	<i>Namíbia, África do Sul, Swazilândia e Moçambique</i>
Corredor de Desenvolvimento Walvis Bay	<i>Namíbia, Botswana e África do Sul</i>
Corredor de Desenvolvimento Beira	<i>Zimbabwe, Malawi e Moçambique</i>
Corredor de Desenvolvimento Nacala	<i>Malawi e Moçambique</i>
Corredor de Desenvolvimento Tazara	<i>Zâmbia, Tanzânia e Malawi</i>
Bacia de Zambeze SDI	<i>Moçambique, Zimbabwe e Malawi</i>
Gariiep SDI	<i>África do Sul e Namíbia</i>
Okavango Upper Zambezi SDI	<i>Zimbabwe, Botswana, Angola, Namíbia e Zâmbia</i>
Lubombo SDI	<i>Moçambique, África do Sul e Swazilândia</i>
Corredor de Transporte Norte-Sul	<i>África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia e Malawi</i>
Corredor Trans Caprivi	<i>Namíbia e Zâmbia</i>
Corredor de Desenvolvimento Mtwara	<i>Tanzânia, Moçambique, Zâmbia e Malawi</i>
Corredor de Desenvolvimento de Lobito	<i>Angola, R. D. Congo e Zâmbia</i>
Corredor de Desenvolvimento de Namibe	<i>Angola e Namíbia</i>
Corredor de Desenvolvimento de Luanda (Malange)	<i>Angola e R. D. Congo</i>

Fonte: SATCC, Transport Investment Opportunities in emerging Market, February 2001, p. 25.

Por exemplo, a iniciativa **OUZIT** (Okavango/Upper Zambezi International Tourism Spatial Development Initiative) permite valorizar o santuário da vida selvagem que integra as reservas naturais em Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe e outros, cobrindo 453.652 Km², com 22 zonas de conservação transfronteiriças.

2.2.4 – Protocolo sobre Energia

O Protocolo de Energia da SADC promove a cooperação no sector e tem os seguintes objectivos:

- Harmonizar as políticas, estratégias e programas regionais no sector de energia em matéria de interesse comum, com base na equidade, equilíbrio e benefício mútuo;
- Cooperar no desenvolvimento de energia e na utilização em comum de energia eléctrica através do pool de energia de modo a garantir maior segurança e fiabilidade no abastecimento de energia a um custo mínimo;
- Cooperar no desenvolvimento e utilização de energia nos subsectores de electricidade, petróleo, carvão mineral e gás natural, novas e renováveis fontes de energia, lenhas combustíveis e eficiência e conservação de energia, bem como em outras questões transversais;

- Assegurar uma prestação fiável, contínua e sustentável de serviços de energia de modo mais eficiente e mais eficaz em termos de custos;
- Promover o desenvolvimento conjunto dos recursos humanos e a organização do aumento da capacidade do sector de energia;
- Cooperar na investigação, desenvolvimento, adaptação, disseminação e transferência de tecnologias de baixo custo relacionados com a energia;
- Empenhar-se e alcançar a normalização no desenvolvimento e aplicações adequadas, incluindo a utilização de métodos comuns e outras técnicas.

Em Agosto de 1995 foi criado o mercado comum de energia eléctrica através do Pool de Energia da África Austral (SAPP) com o objectivo de tirar maior proveito das economias de escala, utilização dos excedentes de alguns países para cobrir os défices de outros, melhorar a fiabilidade e segurança do abastecimento através das interligações de redes eléctricas e reduzir os custos.

Este *pool* evoluiu de cooperativo à competitivo, tendo hoje nove membros operativos e um centro regional de coordenação ou despacho sediado em Harare, Zimbabwe. Em 2002, a energia comercializada no pool atingiu o seu pico máximo em Julho, de 120 GWh.

Angola por não ter ainda a sua rede eléctrica nacional interligada a nenhum vizinho da SADC (existe uma interligação com a Namíbia a níveis de tensão inferior a 100 KV – exigência dos Acordos e Princípios entre os membros operacionais do SAPP este nível tem que ser igual ou superior a 100 KV) não é membro operativo e a sua participação está limitada neste momento. Este facto, constitui prioridade para o País, e a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), porque enquanto não interligar a sua rede à rede regional pouco beneficiará do processo de integração regional, beneficiando apenas das experiências vividas por outros membros do SAPP e acções de formação. Interligando o seu sistema à rede regional, Angola poderá comprar e vender energia ao sistema regional adquirindo moeda estrangeira e melhorar a fiabilidade, continuidade e segurança no fornecimento de energia eléctrica.

a) - Projectos de Angola na Carteira da SADC

Plano para a Utilização Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrografia do Rio Cunene – este projecto tem como objectivo a promoção da cooperação regional e integração dos sistemas eléctricos de Angola e Namíbia através do aproveitamento hidráulico do rio Cunene. Os trabalhos a nível do projecto estão a cargo de uma Comissão Técnica Mista entre Angola (GABHIC – Gabinete da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene) e Namíbia.

Interligação do Sistema Norte, Centro e Sul e possível extensão a Namíbia – os estudos de viabilidade técnico-económica foram efectuados, mas devido a necessidade de se estender o projecto a Namíbia, situação não prevista no momento, novos estudos serão necessários. A sua fase de implementação foi dificultada. Entretanto, o projecto das Comunicações e Sistemas de Informação foi implementado. A fase I e II concluída em 1992. Os equipamentos foram instalados em Luanda, Cambambe, Ndalatando, Cacus e Malange.

Conclusão do Desenvolvimento do Aproveitamento Hidroeléctrico do Gove – o objectivo seria instalar uma central e ligar ao sistema Centro. A potência a instalar prevista é de 3* 15 MW e a energia produtível, em média ano, de cerca de 140 GWh. Os estudos foram efectuados mas infelizmente a fase de implementação não conheceu desenvolvimentos. Em 1990, ocorreu a sabotagem que causou danos significativos a barragem inutilizando os órgãos de manobra das comportas das descargas do meio fundo e fundo e também danificaram parte das estruturas de betão destes órgãos.

Reparação da Barragem do Gove – devido a sabotagem em 1990, era necessário uma intervenção de emergência, por se tratar de uma barragem importante para a regularização dos caudais do rio Cunene a jusante. Este projecto, teve apoio financeiro disponível do Reino da Noruega, mas também não conheceu desenvolvimentos significativos. Hoje a ENE continua a considerar a prioridade deste projecto.

Como se pode concluir, Angola pouco beneficiou dos fundos da Comunidade devido as questões de instabilidade político militar. Urge então, a necessidade de se evitar esforços para que Angola possa beneficiar ao mesmo nível, que os outros membros da SADC dos fundos comunitários para o desenvolvimento de projectos de carácter regional. Caberá ao Comité Nacional recentemente criado,

tudo fazer para que projectos de Angola com caracter regional sejam incluídos no novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional em elaboração para os próximos 15 anos.

b) - Algumas actividades e projectos prioritários no âmbito do Plano de Acção para a Energia da SADC

São projectos que Angola pode beneficiar:

- *Estabelecimento da Rede Regional de Planificação Energética* – a implementação deste projecto está em curso e abrange todos os 14 países da SADC, incluindo Angola. Este projecto vai fortalecer as capacidades nacionais na recolha, análise, processamento, gestão e disseminação de informação, ajudar na tomada de decisão e facilitar a publicação estatística energética regional.
- *Associação Regional de Reguladores de Electricidade* – este órgão vai servir de fórum de consultas, troca de experiências em matéria de cooperação sobre regulação eléctrica. Vai permitir que nos vários Estados Membros da SADC se criem reguladores independentes por forma a criar maior credibilidade e segurança no sector.
- *Remoção de barreiras nas Novas e Renováveis Fontes de Energia* – o objectivo é ajudar os Estados Membros a ultrapassarem barreiras (institucionais, informação, conhecimento, riscos, investimento, mercado) para promoção das tecnologias de energia renováveis.
- *Criação da Associação Regional sobre Petróleo e Gás* – que tem como objectivo promover o comércio regional de produtos petrolíferos e gás, coordenar as actividades de exploração de hidrocarbonetos na SADC e assistir os países na elaboração e harmonização de leis, regras, normas e regulamentos sobre petróleo e gás na região.

c) - Projecto de desenvolvimento do Corredor do Lobito

O projecto do corredor ocidental entre a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) de Angola, a NamPower da Namíbia, a ESKOM da África do Sul, a BPC do Botswana e a SNEL da Republica Democrática do Congo tem o seguinte objectivo:

- A construção de uma central hidroeléctrica no Inga, Congo de 3500 MW;
- A construção de uma linha de transmissão, interligando os cinco países, e;
- A componente de telecomunicações utilizando cabo de guarda com fibras ópticas para facilitar a operação e aumento da fiabilidade dos sistemas energéticos.

O projecto encontra-se numa fase inicial de consultas, muito embora já existam estudos de pré-viabilidade elaborados em 1997/98 entre a ENE, NamPower, ESKOM e SNEL. Este projecto vai permitir que a central hidroeléctrica de Capanda de 520 MW em fase de construção na província de Malange, Angola, possa ser melhor rentabilizada, pois este empreendimento não só fornecerá energia à rede nacional, mas também a rede regional. O projecto vai igualmente permitir que o país seja interligado a rede regional e a ENE se torne um membro operativo do SAPP e esteja em mesmo pé de igualdade com as outras empresas de electricidade da região.

2.2.5 – Partilha dos recursos hídricos

Em 2002, o Conselho de Ministros da SADC aprovou o Plano Estratégico Regional de Acção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (RSAP) para a sua implementação. O problema era de identificar as agências implementadoras que deverão integrar o projecto. Para efeito, os parceiros internacionais disponibilizaram cerca de 45,5 milhões de dólares americanos. A fim de facilitar a implementação do Programa, e para maximizar as sinergias e as complementaridades, o Conselho de Ministros da SADC, reunido em Luanda, Angola, decidiu que:

- O âmbito do Projecto AAA2 “*Directrizes para a Segurança de Barragens*” seja alargado de modo a englobar não só a harmonização das operações das barragens para poderem fazer frente às cheias e secas, como também a análise da segurança das barragens num todo;
- Os Projectos AAA9 “*Directrizes Para a Formulação e Revisão das Políticas Nacionais Relativas a Água nos Estados Membros*” e AAA10 “*Apoio ao Desenvolvimento das Políticas/Estratégias Nacionais do Sector de Água*” em

Estados Membros seleccionados sejam integrados para implementação efectiva. O Projecto único deveria receber o nome de Projecto AAA9 **”Directrizes e Apoio para a Formulação/Revisão da Política do Sector de Água dos Estados Membros”**;

- Os Projectos AAA17 *”Formação em Agrimensura, Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica”* e AAA22 *”Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos”* sejam integrados para se conseguir uma implementação eficiente. O Projecto final deveria ter o nome de Projecto AAA22 **”Capacitação do Sector de Águas”**;
- A Sede Regional da União Internacional para a Conservação da Natureza na África Austral (IUCN-ROSA) seja a principal agência implementadora do novo Projecto AAA20 **”Sensibilização sobre Questões Relativas à Água”**
- O Conselho Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (NWASCO) da Zambia seja a agência implementadora do Projecto AAA13 *”Estudo Para Alargar a participação do Sector Privado nos Serviços de Águas e Saneamento”* e o Projecto AAA5 **”Desenvolvimento de um Programa de Abastecimento de Água e de Saneamento na Região da SADC”**;
- O Grupo de Monitorização Ambiental (GMA) seja a agência implementadora da componente piloto da Bacia Hidrográfica do Limpopo e que a Rede de Apoio a Questões Hídricas na África Austral (NAWISA) seja a agência implementadora da componente da ONG;
- Os Projectos AAA18 *”Melhoramento e Modernização dos Sistemas de Monitorização dos Recursos Hídricos do Lago Malawi/Niassa”*, o Projecto AAA27 *”Controlo e Desenvolvimento do Lago Malawi/Niassa e Rio Shire”*, o Projecto AAA28 *”Estudo da Navegabilidade dos Rios Zambezi e Shire”*, e o Projecto AAA29 *”Estabilização do Curso do Rio Songwe”* fiquem integrados para que haja uma implementação eficaz. O Projecto integrado terá o novo nome de Projecto AAA18 **”Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Sub Bacia do Lago Malawi/Niassa”**.

3 – ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO QUADRO DA NEPAD

Tomamos em consideração neste capítulo as acções desenvolvidas por Angola nos sectores definidos como prioritários pela NEPAD, Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, nomeadamente as Infra-estruturas, a Educação, a Saúde e a Agricultura.

3.1 – IMPLANTAÇÃO DAS INFRA-STRUTURAS

Como infra-estruturas, retemos as vias de comunicação e telecomunicação, as fontes de energia e os recursos hídricos.

3.1.1 - Reabilitação, modernização das vias de comunicação e extensão dos serviços de telecomunicações

a) Modernização das vias de comunicação

Tendo em conta a extensão do território de Angola e a sua situação geográfica na região central e austral, os projectos integrados, do ponto de vista de redes internas e externas, criam as condições que facilitam a circulação das pessoas, bens e serviços.

Porém, convém citar o projecto ANGO FERRO 2000, avaliado em cerca de 4.158,5 milhões de dólares americanos, que pretende reabilitar e construir cerca de 3.100 km. de via, 8.000 km. de extensão, 36 pontes (só no caso de Companhia de Caminhos de Ferro de Benguela, CFB) reabilitar e construir, 29 estações e postos (só no CFB), 70 novas estações e 150 novos apeadeiros. Também prevê o aumento de pontos de conexões dos caminhos de ferro com 16 nacionais e 6 internacionais e 15 pontos de conexões com tráfego rodoviário.

A rede ferroviária integrada angolana disponibilizará as infra-estruturas portuárias aos países membros da SADC que não têm acesso ao mar, e não só, com seguintes conexões:

Lobito – Lubumbashi (Rep. D. Congo)	2.000 km
Lubumbashi – Dar-es-Salaam (Tanzânia)	2.200 km.
Lubumbashi – Beira (Moçambique)	2.600 km.
Lubumbashi – Durban (África do Sul)	3.300 km.

- Conexão do CFL – CFB – CFM: Dondo (CFL) – Waku Kungu – Huambo (CFB) – Cuima – Chipindo – Kuvango (CFM);
- Conexão da transversal **Trans-Africa Norte-Sul**: Songololo (com conexão caminho de ferro Matadi – Kinshasa, **RDC**) ou Noqui (Angola) – Mbanza Kongo – Songo – Uíge – Negage – Malange – Mussende – Andulo – Kuito Chinhama – Hungulo Galangue – Kuvango – Cassinga Ondjiva – Namacunde – com conexão Tsumb Oshikango – em Oshikango na **Namíbia**;
- Transversal Norte-Sul: Luanda

Com este projecto, para além dos transportes, espera-se numerosos efeitos multiplicadores nos domínios social, ordenamento do território, industrial, obras de engenharia, serviços, silvicultura, etc. Isto corresponde a uma visão de sinergia a nível nacional.

b) - Extensão dos serviços de telecomunicações

A Comissão Nacional das Tecnologias de Informação, como órgão multisectorial do Governo, com outros parceiros (Universidade Agostinho Neto, Sonangol, etc.) criou o CENAPATI (Centro Estratégico Nacional de Pesquisa Aplicação das Tecnologias de Informação), órgão executivo e de fiscalização do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em Angola. As telecomunicações estão numa fase inicial de desenvolvimento como espelha o quadro abaixo.

	<i>Designação</i>	Indicadores
1	Backbone's da Internet (BICA-CENAPATI)	1
2	Provedores de acesso à Internet (Ebonet, Netangola, Snet, Angonet, Multitel)	5
3	Internet hosts	8
4	Cidades com pop da Internet	5
5	Subscrições na Internet por Dial Up	4.000
6	Utilizadores da Internet	15.000
7	Total estimado de PC's	17.000
8	Valor estimado de PC's por 100 habitantes	0,13

Fonte: ITU, 2002, <http://www.itu.int>

Portanto, verifica-se uma fraca implantação das tecnologias de informação cujas causas apontadas são o baixo nível de escolarização da população, os custos elevados dos serviços de telecomunicações e o preço elevado dos computadores.

	<i>Designação</i>	Indicadores
1	Operadores de telefones fixos	1
2	Operadores de telefones móveis	2
3	Telefones fixos em 2001	80.000
4	Telefones móveis em 2001	10.000
5	Custo de uma chamada telefónica local por hora (USD/hora)	6
6	Linhas telefónicas por 100 habitantes	0,59

Fonte: ITU, 2002, <http://www.itu.int>

O Governo angolano aposta no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação de acordo com o Plano de Acção da Sociedade de Informação em Angola (PASIA). As acções de execução prioritária a partir das estratégias de base são:

- Competências básicas em tecnologia de informação para todos os cidadãos;
- Formação avançada em TIC;
- Investigação e Desenvolvimento em TIC;
- Facilitar o acesso dos cidadãos aos meios e recursos das TIC;
- Desenvolver e disponibilizar conteúdos angolanos na Internet;
- Estado aberto: modernizar a administração pública;
- Participar activamente na implementação dos programas de sociedade de informação da SADC e da CPLP;
- Tornar os recursos de informação nacionais e documentos públicos facilmente acessíveis a todos os cidadãos através de redes de informação públicas;
- Garantir que a educação e a pesquisa em tecnologias de ensino, existam no nível adequado, criando algumas unidades de pesquisa ao mais alto padrão mundial.

Note-se a existência de vários projectos na área das telecomunicações, nomeadamente:

- Expansão e desenvolvimento das infra-estruturas de transmissão em (backbone) fibra óptica
- Extensão da rede celular móvel em norma CDMA
- Transformação do ITL (Instituto de Telecomunicações) em centro de formação de nível básico, médio e superior
- Extensão do sistema suporte de telecomunicações inter-municipais, etc.

Os principais objectivos dos projectos ligados as telecomunicações são:

- Forte crescimento dos serviços Internet;
- Aparecimento de novos operadores neste sector;
- Forte crescimento do sistema de telefonia móvel;
- Forte crescimento dos serviços inerentes às comunicações de gestão das empresas;

- Ligações com os países vizinhos; etc.

Contudo, verificamos a existência da posição pouco confortável de Angola do ponto de vista da digitalização no sector de telecomunicações, em relação aos outros membros da SADC:

Percentagem de digitalização nas telecomunicações

N.º	País	1999	2000	2001
1.	África do Sul	92,5	99	99,6
2.	Angola	53	61	61
3.	Botswana	-	-	-
4.	Lesotho	-	-	-
5.	Malawi	66,85	92	100
6.	Maurícias	100	100	100
7.	Moçambique	99	100	100
8.	Namíbia	100	100	100
9.	Rep. Dem. Congo	-	-	-
10.	Seychelles	100	100	100
11.	Swazilândia	100	100	100
12.	Tanzânia	83,9	89	93
13.	Zâmbia	71,53	73,65	80,43
14.	Zimbabwe	-	-	-

Porém, no âmbito dos acordos entre países da SADC, Angola projectou a expansão e o desenvolvimento da infra-estrutura nacional de transmissão (Backbone) em fibra óptica (Segmento ao longo do Corredor de Lobito, Lobito-Luau), cujo custo está estimado a 23.750.000 de dólares americanos.

Mercado de telecomunicações

	Política e legislação		Regulador independente	Funcionamento do mercado		
	Implantação da nova política	Implantação da nova legislação		Operador privado	Concorrência Celular	Concorrência Internet
Angola	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Botswana	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
RDCongo	I	I	I	I	I	I
Lesotho	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Malawi	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (D)	Sim
Maurícias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Moçambique	Sim	Sim	Sim	Não	Em evolução	Sim
Namíbia	Sim	Sim	Em evolução	Não	Não	Sim
Seychelles	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
África do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Swaziland	Em evolução	Em evolução	Não	Não	Não	Sim
Tanzania	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Zambia	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Zimbabwe	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

D: Duopólo

I: Inexistente

Fonte: SADC Members States, SATCC-TU

Também, estão em reestruturação os serviços postais de Angola a fim de corresponder ao Protocolo sobre Transportes, Comunicação e Meteorologia.

c) Serviços postais

A Empresa Nacional de Correios (ENCTA) oferece vários produtos e serviços, tais como correio normal e expresso (nacional e internacional), encomendas postais, exploração telegráfica, vales postais, correio azul, post-expresso, filatelia e Internet. Existem também vários operadores privados prestando serviços de encomendas postais e correio postal, associados a produtos ou empresas internacionais: DHL, UPS, TNT E FedEx, GAC e AMI e outros mais.

Comparando com os outros membros da Comunidade, notamos que os serviços postais necessitam de novos investimentos em equipamentos e infra-estruturas.

Serviços e Rede Postal (correios) na SADC em 2001

País	Número de agências ou balcões	Número de apartados particulares em uso (1000)	Número de apartados particulares livres (1000)	Número de sacos em uso (1000)	Número de caixas postais nas ruas
Angola*	51	6,0	-	6,0	5
Botswana	193	108,6	17,0	3,3	48
R D Congo	-	-	-	-	-
Lesotho	154	36,2	6,3	0,8	-
Malawi	323	55,3	10,3	3,8	64
Maurícias	107	2,2	-	-	175
Moçambique	364	22,5	10,0	-	-
Namíbia	95	92,0	19,0	87,4	56
Seychelles	5	1,7	0,1	-	26
Africa do Sul*	2.587	3.800	1.190	166	-
Swaziland	67	27,4	0,8	0,1	5
Tanzania*	452	159	36	0,3	374
Zambia	188	53,5	-	2,3	108
Zimbabwe	310	103,5	23,1	6,4	2.540

* Dados referentes a 2000

Fonte: SADC Postal Enterprises, Annex 1, p. 1-2.

3.1.2 – Aumento das fontes de fornecimento de energia

Angola possui abundantes recursos de hidrocarbonetos e um enorme potencial hidráulico. Todavia, existem grandes problemas no fornecimento de energia eléctrica nas zonas urbanas, pois a guerra afectou significativamente o sector eléctrico. Grande parte das infra-estruturas eléctricas foram destruídas ou mesmo abandonadas. A falta de recursos financeiros e **de mão** de obra qualificada também contribuíram em grande parte, para a deterioração do sector eléctrico.

Tal como em qualquer outro **país** africano, em Angola os combustíveis lenhosos desempenham um papel irrisório no balanço energético nacional. Nas zonas rurais, a maior parte das populações não têm acesso ao abastecimento de combustíveis comerciais, incluindo a electricidade. O carvão vegetal é consumido pelas famílias urbanas com pouco ou nenhum acesso aos GPL e ao querosene, e que não estão **ligadas** a rede eléctrica.

É entretanto necessário mudar este cenário melhorando o acesso da energia comercial às populações e melhorar a fiabilidade no fornecimento de energia eléctrica assim com reduzir os custos ao consumidor final.

a) - Prioridades no quadro da NEPAD

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) reconhece o papel que a energia desempenha no processo de desenvolvimento, como uma necessidade cujo custo afecta directamente outros bens e serviços. Considerando a distribuição desigual deste recurso no continente africano, a NEPAD recomenda que África deve procurar:

- Desenvolver **os** seus abundantes recursos de energia solar;
- Incrementar o acesso de energia comercial de 10 para 35% ou mais dentro de 20 anos;
- Melhorar a fiabilidade e promover custos mais baixos do fornecimento de energia para as actividades produtivas, a fim de permitir o crescimento económico de 6% por ano;

- Interligar as redes de transmissão e gaseodutos para facilitar os fluxos transfronteiriços de energia;
- Introduzir reformas e harmonizar os regulamentos e a legislação dos produtos petrolíferos no continente;
- Inverter a degradação ambiental que está associada ao uso de combustíveis tradicionais principalmente nas zonas rurais.

Os desafios do NEPAD sobre o desenvolvimento da infra-estruturas energéticas na África Austral (SADC) apontam para:

- *Desenvolvimento do projecto hidroeléctrico do Mepanda Uncua em Moçambique;*
- *Projecto de interligação entre Moçambique e o Malawi – projecto prioritário na SADC e SAPP;*
- *Desenvolvimento do Corredor Ocidental – estudos de viabilidade já iniciados entre a ENE, NamPower, BPC, ESKOM e SNEL;*
- *Cooperação em novas e renováveis fontes de energia;*
- *Cooperação em energia rural;*
- *Formação de especialistas de energia;*
- *Desenvolver os sistemas de informação e planificação de energia em África.*

No âmbito da NEPAD alguns destes projectos poderão conhecer desenvolvimentos logo que haja disponíveis fundos financeiros para a materialização destas intenções, mas entretanto é necessário evitar duplicação de esforços e má utilização de recursos, pelo que deverá haver uma avaliação criteriosa na selecção de projectos das sub-regiões para a carteira da NEPAD.

3.1.3 Recursos hídricos

A água constitui um dos mais preciosos recursos do planeta, tendo em conta que este líquido é a base da vida e ao mesmo tempo, constitui um factor decisivo de progresso e desenvolvimento da humanidade. Neste sentido, as necessidades de desenvolvimento socio-económico necessitam da definição de um quadro regulador que contemple uma gestão adequada, facilitando a intervenção do Governo sobre todos os utilizadores singulares e colectivos.

É por isso que os instrumentos jurídicos assumem um papel muito relevante a fim de criar um quadro legal e garantir as condições para que os utilizadores se posicionem e os interesses colectivos sejam salvaguardados. Neste sentido, o Ministério de Energia e Águas procedeu a um levantamento da legislação relativa à utilização dos recursos hídricos tendo constatado a urgente necessidade da sua actualização. Com efeito, a política e estratégia de águas minerais, nascente, subterraneas, minero-medicinais e de mesa, foi regulamentada através da Lei 6/02 de 21 de Junho de 2002 pela Assembleia Nacional.

O objectivo principal desta regulamentação é de estabelecer os princípios gerais do regime jurídico inerente ao uso dos recursos hídricos abundantes que existem no país. É de salientar que, a política nacional de gestão de recursos hídricos em Angola visa a igualdade de tratamento e oportunidade para todos os intervenientes no processo de uso da água, a preservação do bem-estar e do ambiente, a promoção da prática de uso eficiente da água, bem como o incentivo à iniciativa individual relativa ao uso racional dos recursos hídricos disponíveis.

A política principal adoptada pelo o Governo de Angola, tem os seguintes objectivos :

- Garantir ao cidadão e entidade colectiva o acesso e uso de água;
- Assegurar o equilíbrio permanente entre os recursos hídricos disponíveis e a procura;
- Abastecer as populações de forma contínua e suficiente em água potável, para satisfação das suas necessidades doméstica e de higiene;

- Promover e regulamentar a utilização da água para fins agrícolas, pecuários, industriais e hidroeléctricos;
- Garantir o adequado saneamento das águas residuais;

No âmbito da cooperação regional e internacional, a República de Angola definiu o seguinte :

- Adopção de medidas coordenadas de gestão dos cursos de água sobre uma mesma bacia hidrográfica tendo em conta os interesses de todos Estados da bacia;
- Repartição justa e razoável das águas de interesse comum ou o seu uso conjunto, de acordo com os interesses e obrigações assumidas pela República de Angola;
- Controlo da qualidade da água e da erosão dos solos;

3.2 – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Promover o desenvolvimento dos recursos humanos consiste em propiciar as condições de melhoramento da qualidade de vida e de uma educação base à toda a população. É um posicionamento estratégico. Por enquanto, a situação vigente na região é débil.

Privação Humana: Angola e Parceiros Regionais

N.º	País	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (% da morte)	Taxa de analfabetismo de adultos (% 15 anos e mais)	População que não usa fontes de água melhoradas (%) 2000
1.	Chade	41,0	57,4	73
2.	Angola	41,6	-	62
3.	Ruanda	51,9	33,2	59
4.	Guiné Equatorial	33,7	16,8	57
5.	Rep. Dem. Congo	34,7	38,6	55
6.	Guiné-Bissau	42,2	61,5	51
7.	Congo	34,8	19,3	49
8.	Tanzânia	33,3	24,9	46
9.	Malawi	50,4	39,9	43
10.	Repúb. Centro-Africana	45,3	53,3	40
11.	Moçambique	49,2	56,0	40
12.	Camarões	36,2	24,2	38
13.	Zâmbia	53,6	21,9	36
14.	Gabão	32,0	-	30
15.	Cabo Verde	10,4	26,2	26
16.	Namíbia	46,7	18,0	23
17.	Zimbabwe	51,6	11,3	15
18.	África do Sul	24,4	14,7	14
19.	Lesotho	35,4	16,6	9
20.	São Tomé e Príncipe	-	-	-
21.	Swazilândia	36,3	20,4	-
22.	Botswana	49,5	22,8	-
23.	Burundi	50,1	52,0	-

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, p. 157-159.

Constatamos que apesar da abundância de recursos hídricos, Angola é um dos países da região onde a população (62 %) não usa fontes de água melhoradas.

Índice de Desenvolvimento Humano

Ordem segundo IDH	País	1990	2000
Desenvolvimento humano elevado			
47	Seychelles	-	0,811
Desenvolvimento humano médio			
100	Cabo Verde	0,626	0,715
107	África do Sul	0,714	0,695
111	Guiné Equatorial	0,623	0,664
117	Gabão	-	0,637
119	São Tomé e Príncipe	-	0,632
122	Namíbia	-	0,610
125	Swazilândia	0,615	0,577
126	Botswana	0,653	0,577
128	Zimbabwe	0,597	0,551
132	Lesotho	0,574	0,535
135	Camarões	0,513	0,512
136	Congo	0,510	0,512
Desenvolvimento humano baixo			
151	Tanzânia	0,422	0,440
153	Zâmbia	0,432	0,433
155	Rep. De. Congo	-	0,431
161	Angola	0,346	0,403
162	Ruanda	0,362	0,400
163	Malawi	0,312	0,386
165	República Centrafricana	0,372	0,375
166	Chade	0,322	0,365
167	Guiné-Bissau	0,304	0,349
170	Moçambique	0,310	0,322
171	Burundi	0,344	0,313

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, p. 154-156.

O quadro situa Angola do ponto de vista de Índice Desenvolvimento Humano (IDH) em relação aos seus diferentes parceiros, nomeadamente os da SADC, da CEAC (Comunidade dos Estados de África Central) e dos PALOP (Países da Língua Oficial Portuguesa). O IDH agrega vários indicadores, tais como a esperança de vida, educação, etc. Portanto, é uma posição de fraco desempenho. Assim, da comparação dos indicadores de desenvolvimento humano de Angola em relação aos países da região, ressalta uma posição pouco confortável.

3.2.1 – Melhoramento da qualidade de vida

A luta contra as doenças endémicas e pandémicas deve ser uma das prioridades do Governo no domínio da saúde porque não só afectam a qualidade da vida mas também debilita o desempenho dos indivíduos nas suas actividades de produção. Existem programas para o combate às grandes endemias, tais como, Lepra, SIDA, Tuberculosa, Tripanossomiase e Paludismo. Neste empreendimento, conta-se com apoio das organizações internacionais como a OMS, o UNICEF, a USAID, etc.

a) - HIV/SIDA

A criação, ultimamente, da Comissão Nacional de Luta contra a Sida (CNLS) liderada pelo Presidente da República representa um sinal positivo no combate ao HIV/SIDA. A CNLS foi criada à luz do Plano Estratégico Nacional contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Para poder minimizar os efeitos da pandemia, Angola está a levar a cabo acções visando a sensibilização através de informação, educação e comunicação;

prevenção da transmissão; apoio ao diagnóstico; fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica, etc

HIV/SIDA: Angola e Parceiros Regionais

N.º	País	Adultos (% 15-49 anos) 2001	Mulheres (15-49 anos) 2001	Crianças (0-14 anos) 2001
1	África do Sul	20,10	2.700.000	250.000
2	Zimbabwe	33,73	1.200.000	240.000
3	Tanzânia	7,83	750.000	170.000
4	Rep. Dem. Congo	4,90	670.000	170.000
5	Moçambique	13,00	630.000	80.000
6	Zâmbia	21,52	590.000	150.000
7	Camarões	11,83	500.000	69.000
8	Malawi	15,00	440.000	65.000
9	Ruanda	8,80	250.000	65.000
10	Burundi	8,30	190.000	55.000
11	Angola	5,50	190.000	37.000
12	Lesotho	31,00	180.000	27.000
13	Botswana	38,80	170.000	28.000
14	Repúb. Centro-africana	12,90	130.000	25.000
15	Namíbia	22,30	110.000	30.000
16	Swazilândia	33,44	89.000	14.000
17	Chade	3,61	76.000	18.000
18	Congo	7,15	59.000	15.000
19	Guiné-Bissau	2,81	9.300	1.500
20	Guiné Equatorial	3,38	3.000	420
21	Cabo Verde	-	-	-
22	Gabão	-	-	-
23	São Tomé e Príncipe	-	-	-

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, p. 170-171.

Do ponto de vista da infecção das mulheres com HIV/SIDA, Angola encontra-se no meio do quadro. É uma situação preocupante.

Casos das endemias: Angola e Parceiros Regionais

N.º	País	Malária (por 100.000 habitantes), 2000	Tuberculose (por 100.000 habitantes), 1999
1	Burundi	48.528	97
2	Zâmbia	34.274	-
3	São Tomé e Príncipe	31.614	67
4	Malawi	27.682	229
5	Moçambique	18.108	104
6	Guiné-Bissau	16.454	-
7	Angola	8.796	129
8	Ruanda	6.518	90
9	Congo	5.916	175
10	Zimbabwe	5.422	435
11	Botswana	4.760	513
12	Camarões	3.423	52
13	Rep. De. Congo	2.963	118
14	Swazilândia	2.913	-
15	Guiné Equatorial	2.506	97
16	República Centrafricana	2.487	141

17	Gabão	2.202	134
18	Namíbia	1.466	469
19	Tanzânia	1.208	160
20	Chade	196	63
21	África do Sul	143	323
22	Cabo Verde	-	50
23	Lesotho	-	291

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, p. 170-171.

Verifica-se que o paludismo é uma das causas do absentismo nas escolas e nos locais de trabalho, contribuindo para a falta de desempenho.

3.3 – RELANÇAMENTO DA AGRICULTURA

Nesta fase pós-guerra, o país deve evoluir das acções de emergência, principalmente com ajuda alimentar, para um plano estratégico de desenvolvimento no domínio da agricultura que conduz à segurança alimentar. É o caminho para combater a fome que assola o país e alterar o desequilíbrio da balança comercial caracterizada pelo peso das importações.

3.3.1 – Aplicação do Programa de relançamento da produção agrária

O Programa de relançamento da produção agrária define metas para um desenvolvimento sustentável do país, nomeadamente:

- A reabilitação dos processos produtivos de alimentos básicos, com vista ao auto-suficiência alimentar;
- A reactivação e aproveitamento das potencialidades e capacidades produtivas das regiões e dos agentes económicos;
- O aumento da oferta de produtos agro-pecuários, nos principais centros de consumo;
- A melhoria das condições de vida das populações através do emprego directo e indirecto proporcionado pela actividade agrária;
- Integração dos deslocados na actividade produtiva.

O Programa de relançamento da produção agrária (2003/2004)⁸ que prevê abranger **1.959.606 famílias camponesas** em cerca de **5.228.144 ha** e cerca de **7.000 pequenas e médias empresas** compreende os seguintes **sub-programas**:

- Preparação de terras, trabalhos de hidráulica e reabilitação de estradas **terceárias: 42.100ha**, já foram executados; para o ano agrícola 2003/2004, projecta-se a preparação mecanizada de 165.399ha, a construção de barragens de terra e chimpacas (40); o desassoreamento de cerca de 112 km em termos de valas de irrigação, a abertura e terraplanagem de cerca de 1.1120 km em matéria de estradas **terceárias**, etc.;
- Programa agrícola: com a participação dos institutos públicos, implica dois sectores:
 - Camponês: Cereais (milho, massango/massambala), Raízes e Tubérculos (mandioca, batata rena e batata doce), Leguminosas (palmar, soja e girassol) e Culturas industriais (café);
 - Empresarial: Raízes e Tubérculos (batata rena), Oleaginosas (palmar e soja) e Culturas industriais (café).
- Produção pecuária: com as seguintes acções, nomeadamente a assistência técnica veterinária, fomento de tracção animal, fomento de pequenas ruminantes, suinicultura, avicultura tradicional;
- Produção florestal: com as seguintes acções, nomeadamente o repovoamento florestal, produção florestal, fomento da apicultura, luta anti-desertificação do Tômbwa, prevenção e combate à erosão e às ravinas, formação de fiscais de caça e guardas florestais e reabilitação de infra-estruturas dos parques nacionais;
- Apoio à produção: assistência técnica aos produtores e criadores, produção de semente pré-básica e básica, relançamento da investigação veterinária e zootécnica.

⁸ In Programa executivo global do MINADER para o relançamento do produção agrária, Fevereiro de 2003.

O relançamento da investigação veterinária e zootécnica precisa cerca de **11.193.468,00** de dólares americanos⁹.

O Governo reconhece a importância da reabertura do Instituto de Investigação Agronómica e do Instituto de Investigação Veterinária¹⁰.

Resultados da campanha agrícola 2002/2003: resumo

Culturas	Área semeada (ha)	Produção total (Ton)
Milho	818.445	618.684
Massngo/Massambala	242.860	83.090
Arroz (c/casca)	7.872	10.831
Feijão	232.408	93.184
Amendoim (desc)	150.281	58.849
Mandioca	720.430	6.892.161
Batata rena	59.521	269.204
Batata doce	142.116	543.319

Fonte: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Monitoria da Campanha Agrícola, 2002/2003

No que respeita a campanha agrícola 2002/2003, o Ministério da Agricultura considera que houve crescimento das culturas alimentares na maior parte do país, mas aquém da demanda geral, apesar da melhoria no que diz respeito ao abastecimento técnico-material.

Balanço alimentar, Campanha agrícola 2002/2003

Descrição	Cereais (ton.)				Total Cereais	Outros produtos (ton.)			
	Milho	Massang Massamb	Arroz	Trigo		Feijão	Amend	Mandioc	Batat rena
Disponibilidade (produção total + estoque inicial)	628.684	88.090	14.831	5.000	736.605	234.408	60.849	6.912.161	817.524
Importações	88.676	112.328	228.996	220.225	650.225	86.384	6.718	3.829.169	12.633
Utilização (consumo humano, sementes, rações, perdas menos estoque final)	707.360	195.419	239.827	213.225	1.355.830	318.792	65.567	2.882.992	825.156
Exportações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Stock final:	10.000	5.000	4.000	12.000	31.000	2.000	2.000	20.000	5.000

Fonte: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Monitoria da Campanha Agrícola, 2002/2003; adaptação do coordenador.

Também, verifica-se de acordo com o quadro abaixo, um maior engajamento dos parceiros sociais do Governo e da comunidade internacional, nomeadamente, FAO, EURONAIID, ACT, Estados Unidos de América, Japão, ONG's, etc. no apoio às actividades agrícolas.

Doações recebidas, Campanha 2002/2003

	E.U.A (Projecto 2002/USA)	Japão (Projecto 201/JPN)	EURONAIID	Portugal
N.º de famílias	125.256	150.000	110.022	80.564

⁹ In Programa executivo global do MINADER, op. cit.

¹⁰ Discurso do Primeiro Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos no Huambo, dia 9 de Maio de 2003.

assistidas				
Milho (MT)	1.050	-	748	-
Massango (MT)	50	-	45	-
Massambala (MT)	50	-	256	-
Feijão (MT)	575	-	672	-
Amendoim (MT)	575	-	361	-
Sementes Horticolas (Kg)	4.590,40	3.000	2.984	-
Enxadas (Un.)	119.961	150.000	-	75.564
Catanas (Un.)	119.961	150.000	-	-
Machados (Un.)	35.282	-	-	-
Limas (Un.)	-	150.000	-	-
Instrumentos (Ton)	-	-	4.290	-
Fertilizantes (Ton)	-	-	3.779	-

Fonte: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Monitoria da Campanha Agrícola, 2002/2003; consolidado dos anexos.

Finalmente, importa sublinhar a importância do factor ligado a segurança para aqueles que trabalham a terra. Segundo dados disponíveis, cerca de 35 % do território nacional estaria infectado de com mais ou menos **6 a 7 milhões de minas** implantadas¹¹.

3.4 – Tomando em consideração os ecossistemas

A vontade expressa pelo Governo em combater a pobreza pelo crescimento económico pressupõe, entre outras acções, o aumento da produção nacional que tem geralmente consequências sobre o ambiente. A sustentabilidade ambiental só é possível quando integrada nas políticas económicas e sociais.

a) – Do ponto de vista das acções

O Governo angolano está a implementar e a preparar planos e programas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a manutenção de um ambiente sadio para a população, nomeadamente:

- O Programa Nacional de Gestão Ambiental que identifica os sectores sensíveis e indica as medidas de actuação por sector;
- A Estratégia Nacional de Conversação da Diversidade Biológica e Plano de Acção correspondente;
- A realização do estudo visando a elaboração do estado actual do ambiente;
- O Plano Director de gestão integrada da Orla costeira;
- A aplicação do **princípio da FAO “Pesca responsável”** nas actividades pesqueira;
- O estudo e medidas que preservam os solos;
- O investimento nas infra-estruturas de saneamento básico;
- A aplicação de medidas contra a poluição das águas e a segurança química;
- O desenvolvimento de um sistema que evita a desflorestamento mas também promove a implantação de bosques energéticos.

O país possui ainda fortes potencialidades para se investir no **turismo ecológico**: 37 áreas protegidas com estatuto de Parque Nacional, Parque Natural Regional, Reserva Florestal, Reserva Natural Integral, Reserva Parcial e Coutada cobrindo 188.650 km² correspondendo a 15,1 % da superfície do território nacional.

Zonas naturais protegidas

Designação	Área	Províncias	Fauna de especial importância
Parque Nac. Kissama	9.600 Km ²	Bengo	Manatin, Palanca Vermelha, Talapoim, Tartarugas Marinhas
Parque Nac. Cangandala	699 Km ²	Malange	Pacanca preta gigante
Parque Nac. Bicular	7.900 Km ²	Huíla	Búfalo negro

¹¹ Angola, os desafios pós-guerra, Avaliação conjunta do país 2002, Sistema das Nações Unidas em Angola, p. 15.

Parque Nac. Iona	15.150 Km ²	Namibe	Zebra da montanha, Guelengue, avestruz
Parque Nac. Mupa	6.600 Km ²	Cunene	Girafa, caama
Parque Nat. Regional Chimalavena	150 Km ²	Benguela	Cabra de leque
Reserva Nat. Integral do Luando	8.280 Km ²	Malange, Bié	Palanca preta gigante, bitatunga, puko, songue
Reserva Nat. Integral Ilhéu dos pássaros	1,7 Km ²	Luanda	Diversas aves migratórias, palmípedos, pernaltas
Reserva Parcial do Luaiana	8.400 Km ²	Kuanda-Kubango	
Reserva Parcial do Búfalo	400 Km ²	Benguela	Búfalo preto
Reserva Parcial do Namibe	4.450 Km ²	Namibe	Zebra da montanha, rinoceronte preto, guelengue, avestruz
Reserva Parcial de Mavinga	5.950 Km ²	Kuando-Kubango	Rinoceronte preto, palanca preta gigante, vulgar, kaku, avestruz

Fonte: Ministério da Agricultura, Instituto de Desenvolvimento Florestal, Agosto 2001.

3.5 – ABERTURA DO MERCADO

3.5.1 –Aumento das capacidades atractivas dos investimentos estrangeiros

A proibição¹² de importação dos bens e serviços que podem ser fornecidos por empresas nacionais pode incitar ao aumento da produção nacional e o melhoramento da qualidade de bens e serviços locais. Ora, tendo em conta o peso da dívida pública e o carácter irrisório da poupança interna, o país precisa de investimento. Para efeito, é necessário como aliás o recomenda o **Grupo ACP**¹³:

- Criar um ambiente favorável ao investimento, nomeadamente a estabilidade das políticas macro-económicas, o quadro jurídico apropriado, assim como a formação de mão de obra qualificada;
- Criar infra-estruturas de base para o fornecimento de energia, água, estradas etc.
- Criar serviços de apoio ao investimento;
- Aplicar políticas orientadas para o crescimento e visando a optimizar a poupança;
- Adoptar medidas de incitação que promovam a criação de pequenas e médias empresas.

3.5.2 –Fluxos de capitais

A este propósito, a “*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*”, NEPAD visa vários objectivos:

- Criar uma parceria graças a qual a dívida externa dos países africanos seria fortemente aliviada no quadro dos mecanismos actuais, nomeadamente o mecanismo PPTE-HIPC;
- Facilitar o acesso dos produtos dos países africanos aos mercados dos países ricos;
- Atrair os investimentos produtivos e os financiamentos que aliviam a balança de pagamentos.

Segundo alguns estudos, para reduzir de maneira substancial a pobreza no horizonte 2015, é necessário que os países africanos no Sul do Sahara realizem um crescimento de 7 % do seu PIB, o que implica uma taxa de investimento na ordem de 20 %. Em Angola, só o sector ligado à produção de petróleo alcança tais níveis e até mesmo superiores. Por conseguinte, em Angola, a taxa dos investimentos directos estrangeiros, *per capita* (IDE), é alta-139 USD, comparada a da África do Sul e Egipto, 38 USD e a da Nigéria, 11 USD; o sector petrolífero é o principal beneficiário de investimentos estrangeiros directos.

Porém, tendo em conta os aspectos acima expostos e a fragilidade da base produtiva angolana caracterizada pela predominância do petróleo e do diamante, e de uma pequena produção agrícola e industrial, questiona-se sobre o alcance dos objectivos da NEPAD na sua vertente de Acesso aos Mercados e aos fluxos de capitais. Também, a fraca componente multilateral na estrutura da dívida angolana e outras condições de elegibilidade não antevê a possibilidade de redução significativa da dívida sob auspícios da HIPC.

a) – Assistência Oficial ao Desenvolvimento

É difícil afirmar que Angola tivesse recebido efectivamente algo de mais que não tivesse sido para o apoio a assistência humanitária de emergência. Contudo, os dados relativos ao **apêlo** aos doadores de 2003 configuram as necessidades do país¹⁴:

Apelo consolidado 2003 das Agências das Nações Unidas em Angola Maio - Dezembro

Agência das NU	Solicitação anterior (USD)	Nova Solicitação (USD)
Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos	1.800.000	1.178.969
FAO	12.710.631	12.710.631
Organização Internacional para Migração	7.989.631	7.752.325

¹² Deliberação do Conselho de Ministros em sessão extraordinária de 22 de Maio de 2003.

¹³ Groupe ACP, *Déclaration*, Troisième Réunion des Ministres ACP du Commerce, 11-12 Décembre 2000, Bruxelles, p. 8.

¹⁴ OCHA, May 2003, Luanda, Angola, p. 16.

Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários	9.429.943	9.429.943
UNICEF	22.508.943	23.872.517
PNUD	5.688.930	4.950.290
Alto Comissário das N.U para os Refugiados	25.125.793	25.125.793
Fundo dos Nações Unidas para População	1.479.848	1.479.848
PAM	243.916.040	171.389.604
OMS	5.814.425	5.814.425
Total	336.464.299	263.704.345

**Apelo consolidado das Agências das Nações Unidas em Angola 2003
Maio – Dezembro**

Nova Solicitação de Fundos por Programa (em USD)

Programa	Agências das N.U.	ONG's	Total
Segurança alimentar	169.110.631	6.594.266	175.704.897
Saúde Pública	23.007.807	14.427.663	37.435.470
Protecção e Educação	8.359.282	6.146.948	14.506.230
Acesso e Coordenação	26.648.507	12.370.735	39.019.242
Integrado	36.578.118	10.599.243	47.177.361
Total	263.704.345	50.138.855	313.843.200

Abaixo, os dados relativos a ajuda e doadores¹⁵.

Ajuda Pública em 2000 (em mil Euros)

Doador	Emergência		Desenvolvimento	
Comunidade Europeia	23.492	36 %	41.420	64 %
França	3.765	41 %	5.313	59 %
Alemanha	5.929	65 %	3.192	35 %
Itália	7.141	26 %	20.317	74 %
Holanda	3.143	23 %	10.230	77 %
Portugal	1.617	11 %	13.716	89 %
Espanha	601	12 %	4.461	88 %
Suécia	10.894	58 %	7.871	42 %
Reino Unido	1.182	18 %	5.277	82 %
Outros países da União Europeia	2.084	100 %	-	0 %
Sub-total	59.848	35 %	111.797	65 %
Estados Unidos de América	108.977	91 %	11.160	9 %
Noruega	5.183	27 %	13.848	73 %
Outros	20.788	59 %	14.649	41 %
Total	194.795	56 %	151.453	44 %

Ajuda Pública por Doador em 2000

Doador	Ajuda Bilateral		Ajuda através das agências das NU		Total Ajuda	
Comunidade Europeia	49.762	77 %	15.150	23 %	64.912	18,7 %
França	6.055	67 %	3.024	33 %	9.079	2,6 %
Alemanha	3.160	35 %	5.961	65 %	9.121	2,6 %
Itália	19.504	71 %	7.955	29 %	27.458	7,8 %
Holanda	8.962	67 %	4.411	33 %	13.373	3,9 %
Portugal	13.716	89 %	1.617	11 %	15.334	4,4 %
Espanha	5.062	100 %	-	0 %	5.062	1,5 %
Suécia	11.720	62 %	7.045	38 %	18.765	5,4 %
Reino Unido	6.459	100 %	-	0 %	6.459	1,9 %

¹⁵ Union Européenne, PNUD, Septembre 2001.

Outros países da união Europeia	-	0 %	2.084	100 %	2.084	0,6 %
Sub-total	124.398	72 %	47.247	28 %	171.645	49,6 %
Estados Unidos de América	49.265	41 %	70.872	59 %	120.137	34,7 %
Noruega	12.848	68 %	6.182	32 %	19.030	5,5 %
Outros	-	0 %	35.436	100 %	35.436	10,2 %
Total	186.511	54 %	159.738	46 %	346.249	100 %

Da análise da Ajuda por sector nota-se o peso de Ajuda Alimentar e a da Saúde.

Ajuda Pública por Sector em 2000 (1.000 Euros)

Sector	Valor	%
Ajuda alimentar	166.248	48
Produtos não alimentares	28.547	8
Saúde	47.274	13
Agricultura	20.583	6
Educação	15.926	4
Direitos Humanos e Democracia	13.422	2
Sector produtivo	9.997	2.9
Desminagem	8.093	2.3
Administração Pública	7.598	2.2
Reinserção social	7.371	2.1
Água e saneamento	5.131	1.5
Transporte	4.769	1.4
Energia	1.716	.05
Outros	4.304	1.2
Não especificado	5.270	1.5
Total	346.249	100

Por doador destaca-se a União Europeia e os Estados Unidos como os maiores doadores:

Ajuda Pública por País Doador, em 2000 (1.000 Euros)

Doador	Valor	%
Comunidade Europeia	64.912	18.7
França	9.079	2.6
Alemanha	9.121	2.6
Itália	27.458	7.9
Holanda	13.373	3.9
Portugal	15.334	4.4
Espanha	5.062	1.5
Suécia	18.765	5.4
Reino Unido	6.459	1.9
Outros países da União Europeia	2.084	0.6
Sub-total	171.645	49.6
Estados Unidos de América	120.137	34.7
Noruega	19.030	5.5
Outros	35.436	10.2
Total	346.249	100

Portanto, constata-se que durante os últimos anos do conflito, Angola tinha beneficiado da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ADP) na ordem de 346 milhões de euros constituída em cerca de metade em ajuda alimentar.

b) – Sustentabilidade da dívida externa

A aplicação das reformas com o FMI no quadro do SMP (Staff Monitored Programme) tem adiado o **rescalonamento** da dívida com o Club de Paris. Assim, a balança de pagamentos e as finanças públicas continuam sob pressão e a moeda nacional (*Kwanza*) com tendência inflacionista. Além disso, o acordo com o FMI poderia facilitar a realização com êxito da Conferência Internacional de Doadores.

Todavia, tendo em conta o facto que a estratégia de redução de pobreza (**PRSP**) faz parte do SMP, é de pensar que o Governo irá retomar o contacto com FMI para o êxito na Conferência Internacional de Doadores. Note-se que o Governo prepara o PRSP e realiza as reformas sugeridas pelo FMI segundo o seu calendário.

Finalmente, por falta de recursos humanos capazes de acompanhar as reformas encaradas para uma economia liberal, recomenda-se o pacote de reformas de “**geração zero**” (a abordagem **LICUS**, *Low Income Countries Under Stress*), exequíveis apesar da fragilidade institucional; poderia ser num programa de reformas durante um período de transição considerando os constrangimentos políticos do Governo na perspectiva das eleições legislativas e presidenciais, em 2004 ou 2005.

A implementação do LICUS pressupõe a apresentação de um I-PRSP sustentado por um quadro macro-económico, um plano de consultas credível, um plano de desminagem, um plano de luta contra o SIDA, um roteiro (road map) de reformas políticas e institucionais, com vista a promover os direitos humanos e a transparência. Esta plataforma mínima de reformas deve ser articulada com o programa de emergência de reabilitação e reconstrução pós-guerra (PRR) a fim de suscitar a adesão dos doadores aquando da Conferência Internacional.

3.5.3 – Pelo Aproveitamento das oportunidades resultantes da cooperação internacional

A nível da **Organização Mundial do Comércio** (OMC), verifica-se uma fraca participação de Angola nas negociações conducentes (Uruguai Round) à modificação das regras e normas do comércio internacional a fim de melhor beneficiar das derrogações e **outras** disposições ali previstas. Para efeito, uma **assistência técnica** pode ser solicitada junto da OMC.

Contudo, a declaração ministerial de Doha¹⁶ reafirma os princípios e os objectivos enunciados no Acordo de Marrakech constitutivo da OMC e rejeita o recurso ao proteccionismo. Portanto, é um dos desafios que se colocam a Angola, como afirmou o Presidente da República, de procurar relações políticas e económicas regionais e internacionais que lhe garantam estabilidade e desenvolvimento¹⁷. Com efeito, o país, cuja economia está dependente da indústria petrolífera, está debilitado no sistema comercial multilateral aberto. Note-se que, em 2002, os países da SADC notificaram o seu Protocolo de Comércio a título do artigo XXIV do GATT determinando o engajamento de conformar-se às regras comerciais multilaterais. Também, na perspectiva de uma “**boa governação**”, a OMC proporciona apoio em termos de **assistência técnica e capacitação** no domínio da transparência dos concursos públicos.

Por outro lado, o Governo angolano deve aproveitar a disponibilidade dos organismos internacionais, como a **Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento** (CNUCED) na **gestão da dívida externa**, aquando das negociações financeiras e comerciais¹⁸, na captação do investimentos estrangeiro e na formação técnica dos empresários¹⁹.

¹⁶ Organisation Mondiale du Commerce, Conférence ministérielle, Quatrième session, Doha, 9-14 novembre 2001, «*Déclaration ministérielle*», 11 pages.

¹⁷ Discurso do Presidente José Eduardo dos Santos na abertura do Seminário de Capacitação do MPLA *in* Jornal de Angola, 15 de Maio de 2003, Especial, p. 12-13.

¹⁸ Existe um programa de assistência técnica no domínio de gestão da dívida aos países em desenvolvimento e aos países em transição cuja vertente central consiste na criação dum sistema informatizado de gestão da dívida SYGADE (Sistema de Gestão e de Análise da Dívida).

¹⁹ Declaração do Prof. Rubens Ricupero, Secretário Geral da CNUCED, *in* Jornal de Angola, 23 de Maio de 2003, p. 3.

No que concerne a parceria com a **União Europeia(EU)/ACP**, no âmbito dos acordos de Cotonou e no alargamento da EU para os países da Europa de Leste, exige-se um protagonismo de Angola dentro do grupo dos 77, no processo negocial iniciado em Setembro de 2002, relativo ao Acordo de Parceria Económica (APE).

Acerca da iniciativa dos Estados Unidos de América sobre o comércio com a África sub-sahariana, entrou em vigor a partir do mês de Outubro de 2000 o **Africa Growth and Opportunity Act (AGOA)** a qual Angola ainda não está elegível. Os países elegíveis podem beneficiar das facilidades na exportação dos seus produtos para os Estados Unidos.

Finalmente, a propósito do turismo, atendendo as potencialidades da fauna, flora e outros sítios susceptíveis de atrair turistas externos, importa que Angola reforça a sua participação na **Organização Mundial do Turismo (OMT)**. Com efeito, as imensas potencialidades turísticas de Angola podem ser transformadas em um dos suportes do desenvolvimento sustentável propiciando e estimulando actividades comerciais, culturais, de serviços (agências de viagens, frete, restauração, etc.), infra-estruturas (hoteleiras, aeronáuticas, rodoviárias, marítimas, de telecomunicação, etc.); em suma, receitas para o Estado. O sector turístico deve ser liberalizado para possibilitar o investimento nacional e estrangeiro. Porém, a cooperação regional e internacional pode constituir um elemento catalisador. Por exemplo, o programa conjunto **UNESCO-OMT** de turismo cultural sobre “*A Rota do Escravo*” que interessa fortemente Angola, abrange pesquisa científicas, educação e ensino da escravatura, promoção das culturas vivas e das expressões artísticas e espirituais, e memória da escravatura e a diáspora. Também, o Código Mundial de Ética do Turismo (CMET) propõe princípios directores no domínio da deontologia aos actores que participam no desenvolvimento do turismo. A semelhança da Guiné-Conakry, em 2002, Angola pode, no quadro de um projecto **PNUD-OMT**, solicitar o apoio técnico para a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento do turismo.

CONCLUSÃO

O objectivo principal deste relatório é mostrar o desempenho de Angola no que concerne ao alcance das metas do Objectivo 8 (Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento) associado a NEPAD. Reconhece-se que o Governo de Angola está animado de boas intenções e de boa fé na tentativa de resolver as situações de emergência provocadas ao longo dos anos de guerra civil, mas, paradoxalmente, maximizadas pelo fim dessa mesma guerra.

Contudo, também reconhece-se que a situação humanitária é, ainda, muito preocupante e que é preciso fazer muito mais e melhor. Com efeito, é urgente concretizar medidas práticas que dêem resposta a todas as situações que derivam directamente do fim da guerra civil e que são, entre outras, as seguintes:

- criar condições para que a economia angolana, adaptada a uma situação de guerra prolongada, se desenvolva num ambiente de paz, tendo o Estado a função reguladora, deixando aos agentes económicos a tarefa de normalizar as leis da oferta e da procura, num mercado que se deseja livre e concorrencial;
- criar condições, para que se realizem efectivamente todas as medidas de efeito prático urgentes que cumpram:
 - o as expectativas dos desmobilizados de guerra;
 - o as expectativas das populações deslocadas;
 - o as expectativas dos refugiados no estrangeiro, concretamente nos países limítrofes de Angola;
 - o o objectivo de reduzir/eliminar o elevado grau de vulnerabilidade das populações no acesso à alimentação regular e aos cuidados de saúde primários e educação